



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ISSN 0011-7641

Ano CVI – Nº 838 – 1º quadrimestre de 2019



A pretensão brasileira de assento permanente no Conselho de Segurança da ONU p.4

MARCELLO YOSHIDA

Exército Brasileiro e Exército de Terra espanhol: uma visão comparativa p.49

JESÚS PADÍN

As relações entre civis e militares nas operações de paz multidimensionais p.99

SÉRVIOS CORRÊA DA ROCHA JUNIOR

**Diretoria do Patrimônio
Histórico e Cultural do Exército**
Gen Div Carlos Alberto Mansur

Editor
Ten Cel Cav Marco André Leite Ferreira
Diretor da BIBLIEC

Corpo Redatorial
Rodrigo Pereira Vergara (presidente)
Carlos Eduardo De Francisco Ramos
José Maria da Mota Ferreira
Ricardo Ribeiro Cavalcanti Baptista
Ariel Martim de Oliveira e Silva Junior (editor executivo)
Carlos Eduardo de Moura Neves

Composição
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Praça Gen. Tibúrcio, 125
Praia Vermelha – Rio de Janeiro-RJ – CEP 22.290-270
Tel.: (21) 3873-3868

Direção, revisão, diagramação e distribuição
BIBLIEC
Palácio Duque de Caxias
Praça D. de Caxias, 25 – 3º andar – Ala Marcílio Dias
Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20.221-260
Tel.: (21) 2519-5711 – Fax: (21) 2519-5569

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas. Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser enviados para o editor executivo (adefesanacional@gmail.com) e serão apreciados para publicação, sempre que atenderem os seguintes requisitos: documento digital gerado por processador de texto, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (Esq. e Dir.) e 2,5cm (Sup. e Inf.), com entrelinhamento 1,5.

Figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 96dpi. Tabelas deverão ser fornecidas igualmente em separado, em formato de planilha eletrônica. Gráficos devem ser acompanhados de seus dados de origem. Não serão publicadas tabelas em formato de imagem.

As referências são de exclusiva responsabilidade dos autores e devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

A venda de números avulsos será feita na Administração:
Tel.: (21) 2519-5715



Fac-Símile da portada do N.º 1, Ano I – 10/10/1913 de **A DEFESA NACIONAL**



NOSSA CAPA

Homenagem à Força Aérea Brasileira pelo Dia da Aviação de Caça, 22 de abril. Aeronaves do Esquadrão Pacau (1º/4º GAV). © 2019 Parreiras, M. Antônio Tratamento de imagem e diagramação: Vladson Santos

EDITORIAL

Caros leitores,

Nos últimos anos, os governos brasileiros realizaram muitas ações diplomáticas e mesmo concessões econômicas visando obter apoios de outros países, na busca de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nesta edição, o artigo do Cel Marcello Yoshida nos dá a oportunidade de compreender quais são os antecedentes, as condicionantes e os óbices bem como realiza uma breve análise da situação atual do Brasil e da possibilidade de atingir esse objetivo, o que nos transformaria em um *global player*.

No segundo artigo desta edição, o Cel Flávio Moreira Mathias discorre sobre a utilização de blindados sobre lagartas e sobre rodas na Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela. Adicionalmente, cita as razões históricas de suas opções, as principais características e as perspectivas de modernização dos materiais utilizados nesses países. É assunto indispensável aos militares.

O artigo *O papel do Exército Brasileiro e o sistema de preparo: uma reflexão sobre a adequação do sistema de preparo para o cumprimento de suas missões constitucionais*, em um trabalho de cinco maiores, atualmente, alunos de Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), nos traz reflexões sobre as visões de importantes atores, como o Ministério da Defesa, o Ministério das Relações Exteriores, a Comunidade Acadêmica e a Sociedade Brasileira, sobre o perfil desejado para o Exército Brasileiro.

No artigo subsequente, o Cel Jesús Padín, do Exército de Terra da Espanha, aplicado estudioso de assuntos militares, aproveitando sua experiência e profícua permanência como aluno e instrutor da ECEME, por quatro anos, apresenta-nos interessante e completa comparação entre o seu exército e o brasileiro, abordando com exatidão aspectos administrativos e operacionais, não esquecendo nem mesmo os principais valores e alguns aspectos religiosos — também anímicos —, que motivam nossos soldados.

O Cap Henrique de Oliveira Mendonça, valendo-se de sua vivência recente como adjunto da Seção de Pós-Graduação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no artigo *Gestão do conhecimento no nível tático: a pesquisa na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais como catalisadora e difusora de soluções práticas*, realiza uma análise objetiva, crítica, profissional e muito

bem fundamentada sobre aspectos a serem aperfeiçoados no que tange à pesquisa e à produção científica naquele Estabelecimento de Ensino, adequando-o às demandas atuais.

Esta edição tem a contribuição do Cel Av Damião Fontenele dos Santos (FAB), que, respaldado pelos marcos legais e pelo pioneirismo da Força Aérea na prática com *offset*, apresenta uma visão do momento atual e a prospectiva sobre a compensação tecnológica, industrial e comercial no âmbito do Ministério da Defesa. No artigo, são esmiuçadas as dificuldades e apontados os rumos aos acordos, para que atinjam efetivamente seus objetivos, com destaque para a tão difícil transferência de tecnologia.

Finalizando esta edição, o capitão de mar e guerra (CMG) Sérvio Corrêa da Rocha Junior, em seu artigo, aborda as relações entre civis e militares nas operações de paz multidimensionais. Inicialmente, faz uma digressão histórica sobre a evolução das operações de manutenção de paz (OMP) sob a égide da ONU e, em seguida, avança com as atuais necessidades, que exigem envolvimentos mais complexos, com muitas dimensões, nas quais militares, civis e policiais de diferentes nacionalidades, formações e culturas profissionais trabalham em tarefas específicas dentro de um espectro maior: são as OMP multidimensionais.

A equipe editorial e o corpo redatorial de *A Defesa Nacional* comprazem-se em entregar aos seus leitores mais uma edição e fazem votos de que sua leitura participe, vivamente, dos estímulos que visam ao aperfeiçoamento profissional dos militares e amplie o conhecimento e o debate sobre o tema da Defesa na comunidade acadêmica e na sociedade brasileira.

Boa leitura a todos!

SUMÁRIO

A pretensão brasileira de obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU	4
<i>Marcello Yoshida</i>	
A utilização de blindados sobre lagartas e sobre rodas na Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela: tendências.....	22
<i>Flavio Moreira Mathias</i>	
O papel do Exército Brasileiro e o sistema de preparo: uma reflexão sobre a adequação do sistema de preparo para o cumprimento de suas missões constitucionais.....	35
<i>Leonardo de Andrade Alves</i>	
<i>Jales Resende Siqueira</i>	
<i>Eduardo Moraes Fonseca</i>	
<i>Bruno Krepke Leiros Peixoto</i>	
<i>André Rolim Da Silva</i>	
Exército Brasileiro e Exército de Terra espanhol: uma visão comparativa	49
<i>Jesús Padín</i>	
Gestão do conhecimento no nível tático: a pesquisa na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais como catalisadora e difusora de soluções práticas	70
<i>Henrique de Oliveira Mendonça</i>	
Compensação tecnológica, industrial e comercial no Ministério da Defesa: uma visão prospectiva.....	85
<i>Damião Fontenele dos Santos</i>	
As relações entre civis e militares nas operações de paz multidimensionais.....	99
<i>Sérvio Corrêa da Rocha Junior</i>	

A pretensão brasileira de obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU

*Marcello Yoshida**

Introdução

O Brasil é um país de dimensões continentais que possui potencial natural para liderar a América do Sul e projetar poder no mundo, influenciando decisões que lhe favoreçam. Uma das maneiras de exercer esta ingerência é através de sua inserção e atuação em organismos internacionais.

Neste sentido, o Estado brasileiro vem buscando uma participação mais efetiva no principal organismo de segurança internacional, desde a Liga das Nações. A ocupação de tal posição garantiria ao país maior projeção mundial e a possibilidade de maior influência nos assuntos globais. Tal anseio alinha-se com o Objetivo Nacional de Defesa número VI, da Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2012): “VI. intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais”.

Entretanto, cabe questionar se, apesar de suas riquezas e desenvolvimento, quando comparado aos atuais membros permanentes e outros candidatos a esta posição, o Brasil reúne condições e está preparado para arcar com as responsabilidades inerentes aos

detentores de assentos definitivos no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

ONU e CSNU

A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma instituição internacional formada atualmente por 193 Estados soberanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018b), cujos propósitos são:

- manter a paz e a segurança internacionais;
- desenvolver relações amistosas entre as nações;
- realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos Direitos Humanos e às liberdades fundamentais; e
- ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018f).

* Cel Cav (AMAN/93, EsAO/01, ECEME/11;18). Realizou o Curso de Comando e Estado-Maior no Exército dos EUA (Fort Leavenworth/12). Atualmente, serve no Estado-Maior do Exército.

O Sistema Nações Unidas é integrado por seis órgãos principais: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, o Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado. Todos estes órgãos estão situados junto à sede da ONU, em Nova York, com exceção do Tribunal, que fica em Haia, na Holanda. (UNITED NATIONS, 2018)

O Conselho de Segurança é responsável pela manutenção da paz e segurança internacionais. Ele é composto por 15 membros, sendo cinco membros permanentes (China, EUA, França, Reino Unido e Rússia), comumente chamados de P5, e 10 membros não permanentes (UNITED NATIONS, 2018). Os membros não permanentes são eleitos pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) para um mandato de dois anos, sem possibilidade de reeleição (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018a). Cada membro do Conselho de Segurança tem direito a um voto, sendo que os membros permanentes possuem a capacidade de voto. O Conselho tem uma presidência em forma de rodízio, que troca todo mês (UNITED NATIONS, 2018).

No cumprimento de sua missão, o Conselho identifica ameaças à paz ou atos de agressão, tenta fazer as partes resolverem sua disputa por meios pacíficos e recomenda métodos de ajuste e termos para um acordo. Em alguns casos, o Conselho de Segurança pode impor sanções ou até autorizar o uso da força para manter ou restabelecer a paz e segurança internacionais. (UNITED NATIONS, 2018)

Em conformidade com a Carta das Nações Unidas, todos os membros da ONU são obrigados a aceitar e cumprir as decisões do Conselho de Segurança (UNITED

NATIONS, 2018). Importante destacar que este é o único órgão da ONU que detém poder decisório (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018a). Enquanto outros órgãos da ONU fazem recomendações aos estados-membros, somente o Conselho de Segurança tem o poder de tomar decisões as quais todos os estados-membros são obrigados a implementar (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2018c).

O Conselho de Segurança foi criado, inicialmente, com 11 membros, sendo cinco permanentes e seis não permanentes, e trabalhou assim até 1965, quando o número de membros não permanentes foi expandido para 10. Esta mudança foi consequência do processo de descolonização, que ocorreu a partir de 1960 (VALLE, 2005, p. 100).

Entretanto, o número de países-membros da ONU nunca deixou de crescer: enquanto em 1963, a Organização contava com 113 estados membros, em 1979, passaram a ser 152. Neste cenário, ainda em 1979, um grupo de países, na maioria em desenvolvimento, pleiteou um aumento de membros permanentes e não permanentes do CSNU, baseado em uma distribuição geográfica equitativa, num total de 21 membros (VALLE, 2005, p. 101).

Conforme o Artigo 108 da Carta das Nações Unidas, para alteração da Carta, há necessidade de uma decisão da Assembleia Geral aprovada por dois terços dos membros da Assembleia e ratificada por dois terços dos estados-membros, incluindo os membros permanentes do CSNU. Como a mudança da composição do Conselho de Segurança só pode ser feita por uma alteração da Carta, o Artigo 108 aplica-se ao tema da reforma do CSNU (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2018b).

Com a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), consequência do fim da Guerra Fria, e da ex-Iugoslávia, surgiram novos Estados, e a ONU passou a contar com 188 membros no início da década de 1990. Com isto, renovaram-se as aspirações de reforma do CSNU (VALLE, 2005, p. 102).

A primeira iniciativa concreta de outra reforma do Conselho de Segurança foi apresentada pela Índia em 1991. A partir daí a Assembleia Geral passou a analisar a questão da expansão do CSNU (VALLE, 2005, p. 102). Um órgão subsidiário da Assembleia, o Grupo Aberto de Trabalho sobre a Questão da Representação Equitativa e Aumento dos Membros do Conselho de Segurança e outros assuntos relacionados ao CSNU foi estabelecido pela Resolução 48/26 da Assembleia Geral, em 10 de dezembro de 1993, para considerar todos os aspectos na questão do aumento do número de membros do Conselho de Segurança (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2018b).

De maneira otimista, acreditava-se, em 1994, que a reforma do CSNU poderia ocorrer em 1995, no quinquagésimo aniversário da ONU. Todavia, este anseio não se concretizou. O Grupo Aberto de Trabalho não conseguiu obter um quorum sobre quantos, como e quem seriam os novos membros do Conselho. Além das diferentes posições, a complexidade do tema aumenta à medida que as potências mundiais e os demais países mudam suas preferências ao longo da história (VALLE, 2005, p. 102).

Em 1997, Ismail Razali, embaixador da Malásia e presidente da Assembleia Geral, apresentou ao Grupo de Trabalho uma

proposta de reforma do Conselho conhecida como “proposta Razali” ou “2+3”. De acordo com esta iniciativa, o CSNU passaria a ser composto por 24 integrantes, devido à adição de cinco membros permanentes e quatro membros não permanentes. Os novos assentos permanentes seriam ocupados por dois países desenvolvidos (Japão e Alemanha seriam os maiores candidatos por passarem a ser o segundo e terceiro maiores contribuintes financeiros da ONU após o fim da Guerra Fria) mais três vagas, uma para cada região em desenvolvimento (África, Ásia e América Latina e Caribe). Esta proposta teve excelente repercussão, com o embaixador dos EUA na ONU admitindo, pela primeira vez, a possibilidade de os P5 aceitarem uma reforma proposta pelo Grupo de Trabalho. Entretanto, esta proposição não prosperou, tendo em vista as contrapropostas apresentadas por Argentina e México (BARBOSA, 2015, p. 31; MARCONI, 2016, p. 231; VALLE, 2005, p. 102).

Anos mais tarde, em 2004, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, convocou um grupo de 16 pessoas com grande experiência e conhecimento da ONU para formarem um Painel de Alto Nível para realizarem um estudo sobre ameaças, desafios e mudanças, visando ao fortalecimento das Nações Unidas. O resultado deste painel foi um relatório de 129 páginas e 101 recomendações (SOARES, 2005, p. 74). O informe, intitulado *Um mundo mais seguro: a responsabilidade que compartilhamos*, apresentou duas opções concretas para ampliar o Conselho de Segurança para 24 membros, denominando-os de Modelo A e Modelo B (VALLE, 2005, p. 110).

O Modelo A propôs a criação de seis novos assentos permanentes, sem direito a voto, e três novos membros não permanentes (com mandato de dois anos), divididos entre as principais regiões mundiais, como mostra o **Quadro 1**.

O Modelo B não propôs a criação de novos assentos permanentes, mas criava uma nova categoria de oito assentos com mandato de quatro anos e mais um assento não permanente de mandato de dois anos (não renovável), divididos entre as principais regiões do mundo, da maneira exposta no **Quadro 2**.

O informe confeccionado pelo Painel de Alto Nível foi endossado pelo Secretário Geral da ONU e as análises e as propostas foram amplamente aceitas por aquela autoridade (UNITED NATIONS, 2004, p. IX). Neste sentido, em 21 de março de 2005, Kofi Annan divulgou o informe *Em grande liberdade: rumo ao desenvolvimento, segurança e direitos humanos para todos*, no qual ratificou as propostas apresentadas pelo Painel de Alto Nível, inclusive os Modelos A e B de reforma do Conselho de Segurança da ONU (ROSAS, 2005, p. 51).

Neste contexto, em 6 de julho de 2005, o G4 (grupo de países composto por

Região	Número de países	Assentos permanentes (mantidos)	Proposta de novos assentos permanentes	Proposta de assentos por dois anos (não renováveis)	Total
África	53	0	2	4	6
Ásia e Pacífico	56	1	2	3	6
Europa	47	3	1	2	6
Américas	35	1	1	4	6
Totais do Modelo A	191	5	6	13	24

Quadro 1 – Modelo A de reforma do CSNU

Fonte: United Nations (2004, p. 81)

Região	Número de países	Assentos permanentes (mantidos)	Proposta de assentos por quatro anos renováveis	Proposta de assentos por dois anos (não renováveis)	Total
África	53	0	2	4	6
Ásia e Pacífico	56	1	2	3	6
Europa	47	3	2	1	6
Américas	35	1	2	3	6
Totais do Modelo A	191	5	8	11	24

Quadro 2 – Modelo B de reforma do CSNU

Fonte: United Nations (2004, p. 81)

Alemanha, Brasil, Índia e Japão), acompanhado por 23 países, protocolou, na Assembleia Geral da ONU, o projeto de resolução A/59/L.64, com uma proposta bastante parecida com o Modelo A do Painel de Alto Nível. A proposta do G4 incluía expandir o CSNU para 25 integrantes, com 11 permanentes e 14 não permanentes. Os seis novos assentos permanentes seriam distribuídos para África (2), Ásia (2), Europa Ocidental (1) e América Latina e Caribe (1) e os quatro assentos não permanentes seriam atribuídos à África (1), Ásia (1), Europa Oriental (1) e América Latina e Caribe (1). Além disso, por 15 anos, os novos membros permanentes acordariam em não utilizar o voto, situação que seria revisada após o referido período. (BRASIL, 2018b)

Em contrapartida, a União Africana (UA), com base nas propostas estabelecidas no Consenso de Ezulwini,¹ realizado por aquela organização para discutir a reforma das Nações Unidas, protocolou o projeto de resolução A/59/L.67, em 14 de julho de 2005, no qual apresentou proposições diferentes das pretendidas pelo G4, em relação à expansão do CSNU. A proposta apresentada pela UA pretendia aumentar para 26 o número de assentos no Conselho de Segurança. Neste contexto, seis postos permanentes, com direito a voto, seriam ocupados da seguinte maneira: dois para África, dois para Ásia, um para Europa Ocidental e outros Estados e um para a América Latina e Caribe. Os cinco novos postos não permanentes seriam atribuídos a: África (2), Ásia (1), Europa oriental (1) e América Latina e Caribe (1) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018c).

Além disso, outro grupo, a União pelo Consenso, também conhecido como Grupo do Café, protocolou, em 21 de julho de 2005, um projeto específico de resolução com sugestões para a reforma do CSNU, o A/59/L.68, que foi assinado por 12 países (Argentina, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Espanha, Itália, Malta, México, Paquistão, República de Coreia, San Marino e Turquia). Neste documento, propôs-se que o Conselho de Segurança fosse composto por 25 membros, sendo que não haveria alteração no número de membros permanentes. Os 20 membros não permanentes passariam a poder concorrer à reeleição imediata, sendo distribuídos da seguinte maneira: seis para a África, cinco para a Ásia, dois para a Europa Oriental, quatro para a América Latina e Caribe e três para a Europa Ocidental e outros Estados (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018d).

Cabe ressaltar ainda a formação do Grupo L.69, que, além do G4, conta países em desenvolvimento que defendem a expansão do CSNU. O grupo é conhecido por L.69 devido ao projeto de resolução A/61/L.69, apresentado, em 11 de setembro de 2007, à Assembleia Geral. Este projeto pediu a abertura de negociações intergovernamentais e previu o aumento de membros permanentes e não permanentes; maior representação dos países em desenvolvimento; representação dos países desenvolvidos e dos países com economias em transição condizente com a realidade mundial contemporânea; aprimoramento abrangente dos métodos de trabalho do Conselho de Segurança, inclusive para garantir maior acesso aos Estados insulares e pequenos Estados; e processo de revisão. O projeto foi assinado por 20 países,² em 2007,

e hoje conta com mais de 40 integrantes. Este grupo estabeleceu importante canal de diálogo com o Grupo Africano sobre o tema da reforma do CSNU (BRASIL, 2018b).

Analisando-se os projetos de resolução apresentados, verifica-se que não há entendimento entre os grupos de países com interesse no assunto, o que vem mantendo os debates e adiando uma reforma efetiva do CSNU. Com a Decisão 62/557, adotada por consenso, em setembro de 2008, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, as discussões entre os estados vêm ocorrendo na forma de negociações intergovernamentais, tendo como foro negociador o plenário informal da AGNU. (BRASIL, 2018b)

O Brasil no CSNU

Tendo em vista sua participação na 1a Guerra Mundial, o Brasil pleiteou, já na década de 20, um assento permanente na Liga das Nações, a qual funcionou de 1919 a 1946. Assim sendo, pode-se dizer que a campanha do país por um assento definitivo nos principais órgãos de segurança e paz internacionais está para completar 100 anos. Todavia, cabe destacar que este esforço não ocorreu de maneira constante e uniforme durante todo este período (HAMANN, 2018, p. 3 e 7).

Após tomar parte na 2^a Guerra Mundial, o Brasil voltou à tona com sua demanda nas negociações que dariam origem à ONU e ao CSNU. Ressalta-se que o Brasil foi o único país da América Latina e Caribe que participou das duas Guerras Mundiais. Além do mais, isto ocorreu em um momento em que havia cerca de apenas 50 Estados constituídos e existiam grandes desafios para o des-

dobramento e manutenção de tropas do outro lado do Atlântico. Tais aspectos denotavam o firme engajamento do Brasil com a segurança e paz mundial (HAMANN, 2018, p.3).

Nas conferências de Dumbarton Oaks, que ocorreram entre agosto e outubro de 1944 e tiveram a participação de EUA, Reino Unido, URSS e China, foram delineados os primeiros projetos daquilo que se tornaria a ONU. Franklin D. Roosevelt, então presidente norte-americano e articulador da criação das Nações Unidas, tendo como base o reconhecimento da contribuição brasileira na 2^a Guerra Mundial com tropas e a cessão de bases aéreas e, além disso, uma genuína simpatia pelo Brasil, país que havia visitado duas vezes (1936 e 1943), chegou a propor informalmente o Brasil como sexto membro permanente do CSNU, por considerá-lo como um bom vizinho, um país com grande potencial de desenvolvimento e um aliado capaz de manter a paz na América do Sul (GARCIA, 2011b, p. 66).

A posição favorável de Roosevelt ao Brasil e também de seu secretário de Estado, Cordell Hull, pode ser observada no registro de impressões no livro de memórias de Hull (1948, p. 1678, apud GARCIA, 2011b, p. 69):

Nós sentimos que deveríamos também levantar neste momento a questão de se dar ao Brasil um assento permanente. Eu próprio sentia fortemente sobre este ponto, acreditando que o tamanho, a população e os recursos do Brasil, assim como a perspectiva de um grande futuro e a excepcional assistência que prestou às suas irmãs Nações Unidas, justificariam que recebesse o assento permanente. O presidente [Roosevelt] era plenamente da mesma opinião. Nos dias seguintes, entretanto, tanto

os britânicos quanto os russos se opuseram enfaticamente à nossa visão.

Assim sendo, a resistência britânica e soviética levou Roosevelt a desistir da ideia. Os ingleses alegavam que, se o número de membros permanentes no CSNU fosse expandido para mais de cinco, haveria considerável confusão, o que dificultaria as deliberações (GARCIA, 2011b, p. 66).

No ano seguinte, em 1945, o Brasil participou das reuniões preparatórias para o estabelecimento do Conselho de Segurança das Nações Unidas, na Conferência de São Francisco. Estas reuniões ocorreram no Comitê 1 da III Comissão da Conferência, o qual tinha como responsabilidade aprovar a estrutura e o modo de funcionamento do CSNU (ZIEMATH, 2016, p. 19).

Ao se tratar do número de membros, a discussão pareceu ser uma questão que já havia sido superada por parte das potências centrais. Tendo em vista a relevância do continente europeu e a necessidade de contrabalançar eventual proeminência soviética na Ásia (uma preocupação norte-americana), França e China fariam parte do CSNU, juntamente com os três grandes (EUA, URSS e Grã-Bretanha). O Brasil defendeu a importância de incluir uma representação permanente da América Latina, a fim de ampliar a representatividade do Conselho, e se via como sério candidato a ocupar esta vaga. Todavia, os representantes de Londres e Moscou novamente expressaram sua restrição ao aumento no número de membros permanentes, demonstrando preocupação com a possibilidade de comprometer a eficácia do órgão com a inclusão de mais Estados (ZIEMATH, 2016, p. 22).

Além disso, a morte de Roosevelt, em abril de 1945, pouco antes da Conferência de São Francisco, e o afastamento de Hull, devido a problemas de saúde, havia enfraquecido substancialmente o apoio norte-americano que o Brasil possuía. O novo presidente dos EUA, Harry S. Truman, e o seu secretário de Estado, Edward Stettinius, não possuíam o mesmo comprometimento com o Brasil. Por isso, a perspectiva brasileira de alcançar um assento permanente no CSNU acabou bastante reduzida (GARCIA, 2011a, p. 167 e 175).

Diante desta conjuntura, o Brasil retirou sua proposta, em 14 de maio de 1945, e aceitou a decisão do Comitê de não estabelecer o sexto assento permanente. O país concentrou-se, então, na campanha por um assento não permanente no primeiro biênio de funcionamento do órgão, o que foi obtido (ZIEMATH, 2016, p. 23).

Conforme exposto no **Quadro 3**, o Brasil, além do primeiro biênio de funcionamento do CSNU, ocupou mais nove vezes um assento não permanente naquele Conselho, somando um total de 10 mandatos até o presente. Tal fato só é suplantado pelo Japão, que conta atualmente com 11 participações. Chama a atenção a recorrente eleição do Brasil, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o que demonstra que o país é percebido como ator relevante pela comunidade internacional, uma vez que esta continuada presença envolve a capacidade de contribuir para a manutenção da paz e segurança internacionais e intensa articulação política, em vários níveis, durante a campanha (HAMANN, 2018, p. 20; UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2018a).

#	Membros	Tempo no CSNU (anos)	Participação no CSNU em relação ao tempo de existência do órgão
1	Japão	22	30,56%
2	Brasil	20	27,78%
3	Argentina	18	25,00%
4	Colômbia Índia Paquistão Itália	14	19,44%
5	Canadá	12	15,67%
6	Polônia Holanda	11	15,28%
7	Austrália Bélgica Chile Panamá Peru Venezuela Nigéria Espanha Alemanha	10	13,89%

Quadro 3 – Países eleitos membros não permanentes do CSNU

Fonte: Hamann (2018, p. 22) e UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (2018a)

Ainda neste contexto, constata-se que, num total de 76 anos de funcionamento do CSNU, o Brasil ocupou, em 20 anos, um assento de membro não permanente, o que representa uma presença de 27,78% na existência do Conselho. Em face destes dados, Hamann (2018, p. 22) afirma que, com uma média de acesso ao Conselho de um a cada três anos, o Brasil tem uma posição peculiar de membro “semipermanente”.

Contudo, cabe ressaltar que, desde mesmo antes de iniciar o seu mais recente

mandato no CSNU (2010-2011), o Brasil não havia apresentado candidatura para o órgão. O motivo não se sabe ao certo, mas, com isto, criou-se a possibilidade de o país ficar até 2033 sem representação no Conselho de Segurança. Caso esta projeção se consolidasse, o Brasil iria permanecer fora do mais importante organismo de paz e segurança internacionais por 22 anos. Seria a maior ausência do Brasil no CSNU desde a criação do Conselho, superando o afastamento ocorrido na década de 60, quando o país esteve fora do CSNU entre os anos de 1969 e 1987 (MELLO, 2017).

Felizmente, em março de 2018, o Ministério de Relações Exteriores anunciou a candidatura do Brasil para o assento não permanente do CSNU, para o biênio 2022-2023, na vaga destinada aos países da América Latina e do Caribe. Isto foi possível devido a um acordo realizado com o governo de Honduras, por meio do qual o “Brasil antecipou seu pleito do biênio 2033-2034 para 2022-2023”. Desta maneira, o Brasil poderá adiantar em 11 anos o seu retorno ao órgão (BRASIL, 2018a).

Com base no **Quadro 3**, também é possível visualizar a participação dos países da América Latina e do G4 no Conselho de Segurança. Brasil, Argentina e Colômbia são

os países latinos que se fizeram mais presentes no CSNU. Entre os integrantes do G4, Japão, com 11 biênios, e Brasil, com 10 biênios, lideram o ranking geral de participação, enquanto a Índia tem sete biênios, e a Alemanha, apenas cinco biênios.

Em relação à efetiva campanha pela reforma do CSNU, segundo Hamann (2018, p. 5), o Brasil não investiu na busca do assento permanente durante a República Liberal (1945-1964) e nem no período dos governos militares (1964-1985). Assim, contabilizam-se dois períodos de cerca de duas décadas cada um de baixo esforço pelo assento definitivo.

Entretanto, ainda nos anos 1960, forma-se um grupo específico de diplomatas, que vão dar novo impulso ao tema. Eles conseguem fazer com que o Brasil ocupe o CSNU em dois mandatos quase consecutivos (1963-1964 e 1967-1968) e, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, eles dão renovado ânimo ao pleito pela reforma do CSNU e o assento permanente (HAMANN, 2018, p. 5).

Apesar disso, durante os anos 1990, ocorre novo período de “baixa”. Na época, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e seu ministro de Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia (1995-2001), não se entusiasmavam por temas de segurança. Mesmo assim, em Nova York, o representante permanente do Brasil, defendia com firmeza uma reforma estrutural do Sistema ONU. A diferença de pensamento entre Brasília e a representação do Brasil na ONU tornou-se mais evidente em 1997, quando Kofi Annan assumiu o cargo de secretário-geral e empenhou-se na reforma da ONU. Surgiram novas discussões sobre a revisão das Nações Unidas, mas, a despeito

da enfática abordagem do representante permanente, o Brasil não participou mais ativamente neste processo, tendo em vista a falta de apoio político da cúpula central do governo brasileiro (HAMANN, 2018, p. 7).

Na época, o presidente Fernando Henrique sustentava que era preferível para o Brasil contar com bons vizinhos a ocupar um assento permanente no CSNU. Assim, ele fazia declarações que abrandavam sua posição sobre este tema a fim de não enfrentar a Argentina, que era seu sócio comercial mais importante no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Os argentinos nunca aceitaram a ideia do Brasil como membro permanente representando a América Latina e sempre defenderam o aumento de membros não permanentes no CSNU (VALLE, 2005, p. 114).

Este período foi sucedido pela época considerada de maior engajamento do Brasil nos temas da reforma da ONU. Nos anos 2000, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010),

graças ao empenho político de Brasília, foi possível apoiar a revisão do arcabouço de paz e segurança internacional com influentes debates e novos arranjos que contaram com participação ativa do Brasil. (HAMANN, 2018, p. 8)

Coincidemente, havia espaço para reforma no plano internacional. No âmbito global, avançou-se no tema com a criação da Comissão de Consolidação da Paz,³ em 2005, e discussões concretas sobre a reforma do CSNU, em 2009. No nível regional, havia otimismo com o estabelecimento da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008. Neste mesmo período,

algumas organizações internacionais, como as instituições de Bretton Woods, por exemplo, sofreram importantes processos de revisão. Além disso, foram criados novos arranjos internacionais, com o Brasil passando a integrar (HAMANN, 2018, p. 8):

- Grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) – concebido em 2001, fundado em 2008 e unido pelos altos índices de crescimento econômico no início dos anos 2000, bem como o interesse de promover leituras alternativas da ordem mundial em determinados temas; e
- “Grupo dos 4” (G4) – estabelecido em 2004 e composto por Alemanha, Brasil, Índia e Japão, países que se uniram pelo interesse de reformar o CSNU.

Contudo, na sequência, a administração de Dilma Rousseff (2011-2016) caracteriza-se como um novo período de “baixa” na busca do assento permanente no CSNU. O governo brasileiro, neste período, não demonstrou interesse pelas questões de paz e segurança internacionais, concentrando seus esforços e recursos nos temas comerciais e financeiros (HAMANN, 2018, p. 9).

Ainda assim, em 2013, foi realizado, no Brasil, um importante evento sobre a reforma do CSNU, com ampla e inédita participação da sociedade civil (HAMANN, 2018, p. 10). A iniciativa surgiu durante a Reunião Ministerial do G4, em setembro de 2012, realizada à margem da abertura da 67^a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, quando os chanceleres dos países integrantes do Grupo discutiram a necessidade de maior envolvimento da

sociedade civil, imprensa e universidades no debate sobre a reforma do CSNU e concordaram que o G4 deveria buscar maior diálogo com esses atores (BRASIL, 2018d).

Neste contexto, foi realizado, na Praia do Forte, na Bahia, no dia 26 de abril de 2013, o seminário *Atuais Desafios à Paz e à Segurança Internacionais: a Necessidade de Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas*. O evento contou com a participação do facilitador para as negociações intergovernamentais sobre reforma do CSNU, embaixador Zahir Tanin (representante permanente do Afeganistão na ONU), de representantes governamentais dos países do G4, da África do Sul, da Guatemala e de Serra Leoa, além de representantes de centros de pesquisa, universidades, sociedade civil e imprensa de diferentes regiões do mundo (BRASIL, 2018d).

No entanto, em 2016, agrava-se a crise política, econômica e social no Brasil e, em 2018, há reflexos desta situação para a política externa e a busca do assento permanente. Exemplo disto é o fato de o Brasil ter dado resposta negativa ao convite da ONU para participar da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA), sob a justificativa de restrição orçamentária e prioridade do governo na intervenção federal na segurança pública no Rio de Janeiro (GÓES, 2018).

Assim, observa-se que o cenário esforço brasileiro pelo assento permanente no CSNU passou por claros períodos de altos e baixos, que estiveram relacionados à conjuntura internacional (oportunidades evidentes para a reforma) e ao interesse doméstico (alinhamento político de Brasília com a delegação do Brasil na ONU). É interessante notar que os períodos de “alta” estiveram

presentes não só quando as oportunidades externas foram evidenciadas, mas também quando houve grande interesse do governo brasileiro em temas de paz e segurança internacionais, particularmente do presidente da República e ministro das Relações Exteriores (HAMANN, 2018, p. 7).

O impacto da conjuntura internacional atual na reforma do CSNU

A conjuntura internacional atual apresenta as seguintes características: instabilidade política, globalização em todas as áreas, significativo crescimento econômico da Ásia, envelhecimento da população (particularmente nos Estados Unidos, Europa, China, Japão e Brasil), contínua instabilidade no Oriente Médio e África, influência da tecnologia nas operações militares e forte atuação do terrorismo internacional.

No contexto deste quadro de grande volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade (ambiente chamado VUCA, acrônimo de *volatility, uncertainty, complexity and ambiguity*),⁴ no qual há indícios de que pode ocorrer um rearranjo da ordem mundial, o nacionalismo reaparece, fazendo com que a tendência dos principais atores mundiais seja calcular minuciosamente cada passo, com o objetivo de ganhar mais influência ou, no mínimo, manter o *status quo* no atual equilíbrio de poder. Neste cenário, o ideal de maior representatividade no principal organismo de segurança e paz internacionais não se coaduna com a grande disputa de poder ora em vigor. O único tema que parece capaz de obter alinhamento das nações é o combate ao terrorismo e aos crimes transnacionais.

Diante das circunstâncias, é possível concluir que a conjuntura internacional atual não favorece as discussões sobre a reforma do Conselho de Segurança. Entretanto, como o ambiente é volátil, novos acontecimentos podem, a qualquer instante, gerar oportunidades para avançar neste tema. Além disso, cada vez que a ONU completa mais 10 anos de existência, a proposição de sua reforma ganha força. Assim sendo, cabe ao Brasil monitorar a conjuntura internacional para aproveitar os momentos propícios. Vale frisar também que o assunto já vem sendo discutido há um bom tempo e, existindo condições favoráveis, a reforma do CSNU pode finalmente ocorrer.

As lacunas no poder nacional do Brasil que representam um óbice à pretensão de ocupar um assento permanente no CSNU

Comparando-se o Brasil com os cinco membros permanentes do CSNU (China, EUA, França, Reino Unido e Rússia) e com os outros três integrantes do G4 (Alemanha, Índia e Japão), nas Expressões Política, Militar, Econômica, Psicossocial e Científico-Tecnológico, verifica-se que há significativas lacunas em todas as Expressões do Poder Nacional do Brasil que representam um óbice à pretensão de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, conforme pode ser observado no **Quadro 4**. Tais óbices carecem de atenção urgente e ação eficaz do governo, pois não têm consequência apenas na questão do assento definitivo do CSNU, mas impactam o bem-estar da população e a segurança nacional.

Expressão	Área	Lacuna
Política	Política interna	<ul style="list-style-type: none"> • Crise política
	Política externa	<ul style="list-style-type: none"> • Enfraquecida pelos problemas internos do país • Esforço brasileiro inconstante na ocupação de assentos não permanentes no CSNU e na campanha pelo assento definitivo
	Capacidade de influência	<ul style="list-style-type: none"> • Influência regional parcial somente
	Rivalidades regionais	<ul style="list-style-type: none"> • Rivalidade apresentada por Argentina e México
Econômica	Situação geral da economia no país	<ul style="list-style-type: none"> • Crise econômica
	PIB	<ul style="list-style-type: none"> • Apesar de o Brasil estar entre as 10 maiores economias do mundo, seu PIB é relativamente baixo, considerando a dimensão, recursos e capacidades do país⁵ • Baixo crescimento da economia nos últimos anos⁶
	Renda	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa renda da população⁷ • Alta concentração de renda⁸
Militar	Investimento em Defesa	<ul style="list-style-type: none"> • Limitado⁹
	Forças Armadas	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade limitada¹⁰
	Contribuição militar e policial para a ONU	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa¹¹
Psicossocial	Anseio popular de projeção internacional	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistente
	Percepção do tema Defesa	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa importância do tema para a população em geral
	IDH	<ul style="list-style-type: none"> • Brasil estagnado na 79ª posição em um ranking de 189 países¹²
Ciência e tecnologia	Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo investimento em pesquisa e reduzido número de pesquisadores¹³
	Inovação	<ul style="list-style-type: none"> • Pouca capacidade de inovação¹⁴

Quadro 4 – Lacunas nas Expressões do Poder Nacional que limitam a pretensão brasileira de obter um assento permanente no CSNU

Fonte: o autor, com base em FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (2018), ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (2018), STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (2018), GLOBAL FIREPOWER (2018), ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2018g e h), UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (2018), UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION INSTITUTE FOR STATISTICS (2018) e GLOBAL INNOVATION INDEX (2018)

Comentário do autor: É importante frisar que os dados e análises sobre o Brasil apresentados neste quadro referem-se principalmente a uma comparação com os países do P5 e G4.

Na Expressão Política, os problemas passam pela política interna e externa, influência mundial e rivalidades. Na política interna, destaca-se a crise política que o país

atravessa, no qual os políticos vivem um momento de grande descrédito devido a inúmeros casos de corrupção. A política externa encontra-se enfraquecida pelos problemas internos do país. Ademais, o Brasil não manteve, ao longo dos anos, um esforço constante na ocupação dos assentos não permanentes do CSNU e na campanha por um assento permanente. Além disso, apesar de o Brasil possuir um potencial natural para liderar o continente sul-americano, o país não exerce esta liderança por não conseguir integrar-se plenamente a seus vizinhos e não se dedicar mais aos temas específicos da região. Somando-se a isto, existe a rivalidade apresentada pela Argentina e México aos anseios do Brasil no CSNU.

No campo econômico, há uma grave crise assolando o país. Tal crise vem reduzindo o PIB e mantendo baixo o crescimento da economia do Brasil, o que dificulta o desenvolvimento e melhor distribuição da renda. Tudo isto contribui negativamente para a imagem do país, além de impedi-lo de investir no bem-estar da população e na segurança nacional. Tais aspectos são fundamentais para um país

que quer assumir um papel de maior responsabilidade no âmbito mundial.

Já na Expressão Militar do Poder Nacional, os óbices são o baixo investimento em Defesa, a reduzida capacidade das Forças Armadas brasileiras e a baixa contribuição de tropas e policiais para as operações de paz da ONU. A falta de investimento nas Forças Armadas dificulta o desenvolvimento do potencial militar do Brasil, o que resulta em inferioridade qualitativa global, quando feita a comparação com outras forças pelo mundo afora, principalmente as do P5 e G4. Somando-se a isto, a baixa contribuição do Brasil em termos de pessoal militar e policial para a ONU, particularmente após o término da Missão de Paz no Haiti, prejudica a imagem de um país que quer ter uma posição mais relevante no Conselho de Segurança da ONU.

No campo Psicossocial, as lacunas mais graves encontram-se na falta de um anseio popular de projeção internacional do país, na baixa importância dada ao tema da Defesa e nos baixos índices de bem-estar da população. Neste contexto, o governo deixa de dar prioridade à questão do CSNU, uma vez que os brasileiros não estão tão preocupados em projetar o país no cenário mundial por existirem muitos problemas internos ainda sem solução. Além disso, a população também não se mostra preocupada com os assuntos de Defesa, o que desestimula o governo a investir nesta área. O resultado relativamente ruim no tocante ao IDH é outro fator que diminui o impulso na direção do assento permanente, por levar a população a se preocupar muito mais com os problemas domésticos do que com os internacionais.

No tocante à Ciência e Tecnologia, desafios relacionados aos investimentos e pessoal qualificado nesta área bem como a acahnada capacidade de inovação do Brasil se contrapõem à pretensão do assento permanente. A falta de investimento na pesquisa, o reduzido número de pesquisadores e a baixa taxa de inovação limitam o crescimento do país bem como o desenvolvimento de sua economia e de sua Defesa.

Diante desta análise, percebe-se que as lacunas identificadas nas Expressões do Poder Nacional do Brasil que limitam os anseios do país de ocupar um assento perene no CSNU constituem-se em problemas que estão inter-relacionados e têm impactos em mais de uma Expressão do Poder. A crise econômica, por exemplo, além de afetar todos os campos da economia, impede que o país invista mais no bem-estar da população e na segurança nacional. A falta de investimentos do governo nestes setores diminui as demandas de produtos e serviços, levando ao desemprego, redução do consumo e fechamento de empresas. Neste cenário, verifica-se a existência, então, de um ciclo vicioso, isto é, uma espiral negativa, que só piora a situação do país em todas as áreas, com o passar do tempo.

Conclusão

Neste artigo, ressaltou-se que o anseio brasileiro de ocupar um assento permanente no principal órgão de segurança mundial tem quase 100 anos. A referida aspiração data da década de 1920, quando da criação da Liga das Nações; desde então, o Brasil vem apresentando esta demanda nos diversos fóruns de discussão e já realizou

diversas ações nesta direção. Cabe destacar que, como parte deste esforço, o Brasil ocupou assentos não permanentes no CSNU em 10 biênios, sendo superado, neste aspecto, apenas pelo Japão, que soma 11 biênios. Por outro lado, embora a pretensão seja antiga, o esforço brasileiro não foi constante ao longo do tempo, havendo períodos de maior impulsão e outros em que o tema não recebeu tanta prioridade do governo.

Vem sendo discutida uma reforma do CSNU de modo a aumentar sua representatividade, legitimidade e eficácia. Para realizar esta alteração, há necessidade de aprovação de 2/3 da Assembleia Geral das Nações Unidas, incluindo os cinco membros permanentes. Há um grupo de trabalho coordenando o assunto na AGNU, mas ainda não se chegou a um entendimento. Existem algumas propostas para a reforma, as quais são defendidas acirradamente pelos grupos de países que as protocolaram na AGNU, tais como: Grupo dos 4, União Africana e União pelo Consenso. A falta de um acordo entre estes grupos vem retardando a reforma do Conselho.

A conjuntura internacional não é favorável à reforma do CSNU. Há uma disputa muito grande no mundo atualmente nos

campos econômico e político, entre EUA, China e Rússia, havendo, inclusive, uma possibilidade de reestruturação da ordem mundial. Neste contexto, os países estão se movimentando com muita cautela, pois, no âmbito global, ocorre uma constante busca do poder pelos Estados, sempre procurando aumentá-lo e só o compartilhando quando estritamente necessário.

Comparando o Brasil com os países detentores de assentos permanentes do CSNU e os integrantes do G4, é possível verificar que há lacunas em todas as Expressões do Poder Nacional do Brasil, que restringem a pretensão brasileira de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Os problemas assinalados estão inter-relacionados e têm reflexos em mais de uma Expressão do Poder. Assim, faz-se mister que o governo encontre soluções para as diversas crises e concentre-se nas lacunas identificadas, o que permitirá a estabilidade e a retomada do desenvolvimento bem como a implantação de um ciclo virtuoso, que resultará no fortalecimento do Poder Nacional do Brasil, em todas as Expressões do Poder, e melhores condições para justificar e negociar a reforma do CSNU e a obtenção de um assento definitivo. ☰

Referências

BARBOSA, Edgar Luiz Siqueira. **A perspectiva de o Brasil ingressar no Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro permanente.** 2015. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa.** Brasília, DF, 2012.

_____. **Declaração do ministro Aloysio Nunes Ferreira sobre a candidatura brasileira a assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.** Disponível em: <www.mil.def.br>.

itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18548-declaracao-do-ministro-aloysio-nunes-ferreira-sobre-a-candidatura-brasileira-a-assento-nao-permanente-no-conselho-de-seguranca-das-nacoes. Acesso em: 25 jul. 2018a.

_____. **Reforma do Conselho de Segurança da ONU - O Brasil e a reforma.** Disponível em: <<http://csnu.itamaraty.gov.br/o-brasil-e-a-reforma>>. Acesso em: 5 mar. 2018b.

_____. **Reforma do Conselho de Segurança da ONU - Glossário.** Disponível em: <<http://csnu.itamaraty.gov.br/glossario>>. Acesso em: 8 maio. 2018c.

_____. **Reforma do Conselho de Segurança da ONU - Seminário “Atuais Desafios à Paz e à Segurança Internacionais”.** Disponível em: <<http://csnu.itamaraty.gov.br/seminario-atuais-desafios-a-paz-e-a-seguranca-internacionais>>. Acesso em: 18 junho. 2018d.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **World Economic Outlook Database April 2018.** Disponível em: <www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/01/weodata/index.aspx>. Acesso em: 29 jun. 2018.

GARCIA, Eugênio V. De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945. **Revista Brasileira de Política internacional**, Brasília , v. 54, n. 1, p. 159-177, 2011a. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292011000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Jun. 2018.

_____. **O sexto membro permanente: o Brasil e a criação da ONU.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2011b.

GLOBAL FIREPOWER. **2018 Military Strength Ranking.** Disponível em: <www.globalfirepower.com/countries-listing.asp>. Acesso em: 30 jun. 2018.

GLOBAL INNOVATION INDEX (GII). **Analysis.** Disponível em: <www.globalinnovationindex.org/analysis-indicator>. Acesso em: 30 jun. 2018.

GÓES, Bruno. Brasil desiste de participar de missão de paz na República Centro-Africana. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 abr. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-desiste-de-participar-de-missao-de-paz-na-republica-centro-africana-22573896>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

HAMANN, Eduarda Passarelli. **A Reforma do Conselho de Segurança da ONU: Visão de Mundo e Narrativas do Brasil.** Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/05/NE-17_A-reforma-do-Conselho-de-Seguran%C3%A7a-da-ONU.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2018.

HULL, Cordell. **The memoirs of Cordell Hull.** Nova York: Macmillan Company, 1948.

MARCONI, Claudia A. O Conselho de Segurança da ONU e os impasses quanto à reforma: dos obstáculos institucionais à falta de coesão do pleito dos emergentes. In. JUBILUT, Liliana Lyra; RAMINA, Larissa; SILVA, João Carlos Jarochinski (Org.). **A ONU aos 70: contribuições, desafios e perspectivas**, Rondônia: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2016, p. 215-243.

MELLO, Patrícia Campos. Brasil ficará de fora do Conselho de Segurança da ONU ao menos até 2033. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 mar. 2017. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/03/1867280-brasil-ficara-de-fora-do-conselho-de-seguranca-da-onu-ao-menos-ate-2033.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2018.

NEVES, Gilda Motta Santos. **Comissão das Nações Unidas para Consolidação da Paz – Perspectiva Brasileira**. Brasília: FUNAG, 2010.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Income Inequality**. Disponível em: <<https://data.oecd.org/inequality/income-inequality.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2018a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Como funciona**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/#verticalTab4>>. Acesso em: 03 mar. 2018b. 2018a.

_____. **Países-membros da ONU**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/>>. Acesso em: 7 abr. 2018b.

_____. **Projeto específico de resolução A/59/L.67**. Disponível em: <http://csnu.itamaraty.gov.br/images/20._A_59_L_67_Uni%C3%83%C2%A3o_Africana_ESP.pdf>. Acesso em 8 mai. 2018c.

_____. **Projeto específico de resolução A/59/L.68**. Disponível em: <http://csnu.itamaraty.gov.br/images/21._A_59_L_68_Uniting_for_Consensus_ESP.pdf>. Acesso em 8 mai. 2018d.

_____. **Projeto específico de resolução A/61/L.69**. Disponível em: <http://csnu.itamaraty.gov.br/images/25._A_61_L_69_L.69_ESP.pdf>. Acesso em 8 mai. 2018e.

_____. **Propósitos e princípios da ONU**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/principios/>>. Acesso em: 7 abr. 2018f.

_____. **Ranking of military and police contributions**. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>>. Acesso em: 29 jun. 2018g.

_____. **ST/ADM/SER.B/973 - Determinación de los anticipos de los Estados Miembros al Fondo de Operaciones para el bienio 2018-2019 y de las cuotas del presupuesto ordinario de las Naciones Unidas para 2018**. Disponível em: <www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=ST/ADM/SER.B/973&referer=http://www.un.org/en/documents/index.html&Lang=S>. Acesso em 29 jun. 2018h.

ROSAS, Maria Crsitina. O Conselho de Segurança das Nações Unidas: 60 anos não é nada. In: _____. **Reformas na ONU**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005. p. 29-71.

SOARES, João Clemente Baena. A tarefa do Grupo dos 16 e as Nações Unidas. In: _____. **Reformas na ONU**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005. p. 73-93.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **Trends In World Military Expenditure, 2017**. Disponível em: <www.sipri.org/sites/default/files/2018-05/sipri_fs_1805_milex_2017.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2018a.

TOVAR, Pablo. **Leadership challenges in the V.U.C.A world.** Disponível em: <www.oxfordleadership.com/leadership-challenges-v-u-c-world/>. Acesso em: 21 jun. 2018.

UNITED NATIONS. **A more secure world: our shared responsibility.** Nova York: United Nations, 2004.

_____. **Main organs.** Disponível em: <www.un.org/en/sections/about-un/main-organs/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Reports.** Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/composite/HDI>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION INSTITUTE FOR STATISTICS. **How much does your country invest in R&D?** Disponível em: <<http://uis.unesco.org/apps/visualisations/research-and-development-spending/>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Members.** Disponível em: <www.un.org/en/sc/members>. Acesso em: 1 jun. 2018a.

_____. **Security Council reform.** Disponível em: <www.un.org/en/sc/about/faq.shtml#reform>. Acesso em: 10 abr. 2018b.

_____. **What is the Security Council?** Disponível em: <<http://www.un.org/en/sc/about/>>. Acesso em: 10 abr. 2018c.

VALLE, Valeria Marina. A reforma do Conselho de Segurança da ONU: uma análise sobre a posição brasileira e suas repercussões. In: _____. **Reformas na ONU.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005. p. 95-125.

ZIEMATH, Gustavo Gerlach da Silva. **O Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1945-2011).** Brasília: FUNAG, 2016.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Por meio do Consenso de Ezulwini, que ocorreu em março de 2005, a União Africana definiu uma posição comum para os estados africanos a respeito da reforma do CSNU. A posição que passou a ser defendida pelo grupo tinha como premissa que seriam destinados àquele continente, no mínimo, dois assentos com todas as prerrogativas atuais dos membros permanentes (inclusive o voto) e cinco assentos não permanentes. (BRASIL, 2018c)

² Benin, Butão, Brasil, Cabo Verde, Congo, Fiji, Granada, Haiti, Índia, Ilhas Salomão, Jamaica, Libéria, Maurício, Nauru, Nigéria, Palau, Papua Nova Guiné, São Vicente e Granadinas, Seicheles e África do Sul. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018e)

³ A Comissão para Consolidação da Paz (Peacebuilding Commission – PBC) foi estabelecida pela ONU, em 20 de dezembro de 2005, no contexto de reforma institucional ampla proposta pelo secretário-geral Kofi Annan. O órgão deveria suprir a deficiência da Organização na área de consolidação da paz em

países emergentes de conflitos e preencher a lacuna institucional entre o CSNU, em seu papel de garantidor da paz e segurança internacionais, e o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), que se dedica ao progresso econômico e desenvolvimento social das nações (NEVES, 2010).

- ⁴ O conceito VUCA foi introduzido, no começo da década de 1990, pelo US Army War College (Escola de Guerra do Exército dos EUA), para referir-se ao mundo multilateral que emergiu após o fim da Guerra Fria e é caracterizado por ser mais volátil, incerto, complexo e ambíguo do que já fora antes. (TOVAR, 2018)
- ⁵ Entre os P5 e G4, o PIB do Brasil fica à frente apenas da Rússia. Para mais dados sobre o PIB dos países analisados, vide FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2018.
- ⁶ O crescimento do PIB foi negativo em 2015 (-3,6%) e 2016 (-3,5%) e de apenas 1,0% em 2017. (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2018)
- ⁷ O PIB per capita do Brasil, em 2017, foi de US\$ 9.894,93. Este índice é maior do que o da China e da Índia, próximo da Rússia e, na média, um quarto menor do que o dos outros integrantes do P5 e G4. (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2018)
- ⁸ O Brasil, com 0,47 no Índice de Gini, indicador que mede o grau de concentração de renda, encontra-se no mesmo patamar de China (0,50) e Índia (0,51), estando estes três países bem afastados dos demais integrantes do P5 e G4 neste aspecto. (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2018)
- ⁹ De acordo com os dados do STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (2018), entre os países do P5 e G4, o Brasil é o país que menos investe em Defesa, ocupando a 11^a posição no mundo neste quesito. Destaca-se ainda que é significativa a diferença no montante total que os países que estão próximos ao Brasil neste ranking (Reino Unido é o 7º, Japão é o 8º e Alemanha é o 9º) investem neste campo. Estes países investem uma média de 45 bilhões de dólares em Defesa, enquanto que o Brasil, apenas algo na faixa dos 30 bilhões de dólares. Ganha vulto esta diferença quando comparamos a extensão territorial do Brasil com a destes países.
- ¹⁰ De acordo com os dados da GLOBAL FIREPOWER (2018), no âmbito dos países que compõem o P5 e o G4, o Brasil ocupa o último lugar neste grupo comparativo e a 14^a posição no mundo. Esta discrepância se torna mais evidente quando se recorda que o Brasil está entre os cinco maiores países do mundo em extensão territorial e população e possui significativa parcela da biodiversidade e recursos minerais, energéticos e estratégicos do globo.
- ¹¹ A contribuição de tropas e polícia para as operações de paz da ONU deve ser apreciada em combinação com os recursos financeiros que cada Estado membro destina para as Nações Unidas. Assim, à primeira vista, na análise dos dados da ONU de 31 de maio de 2018 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018g), a contribuição de tropas para a ONU não seria notada como um aspecto tão deficitário para o Brasil (49º no mundo), tendo em vista que Rússia (68º), EUA (74º) e Japão (111º) cedem menos efetivos para as missões de paz. Entretanto, ao se considerar o quanto cada uma destas nações contribui para a ONU em termos financeiros (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018h), conclui-se que Brasil e Rússia poderiam ceder mais tropas para as operações de paz, uma vez que EUA e Japão estariam menos obrigados a esta contribuição, devido ao montante de recursos financeiros que destinam à ONU.
- ¹² O Brasil, com um índice de 0,759 (2017), ocupa a 79^a posição, estando à frente da Índia (0,640/130^a posição) e pouco melhor que a China (0,752/86^a posição), países superpopulosos, ambos com mais de 1 bilhão de habitantes. Ainda, o Brasil encontra-se atrás de Chile (0,843/44^a posição), Argentina (0,825/47a posição) e Uruguai (0,804/55^a posição) e bem atrás dos demais países que integram o P5 e o G4. (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2018)
- ¹³ Brasil, Índia e Rússia não têm bons indicadores no tocante à porcentagem do PIB e gasto total em Ciência e Tecnologia bem como no número de pesquisadores por milhão de habitantes, em relação aos demais membros do P5 e G4, de acordo com os dados levantados pela UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION INSTITUTE FOR STATISTICS (2018).
- ¹⁴ O Brasil possui um Índice de Inovação Global de 33,1, ocupando a 69a posição no mundo neste aspecto, sendo o último da lista, quando comparado aos P5 e G4. (GLOBAL INNOVATION INDEX, 2018)

A utilização de blindados sobre lagartas e sobre rodas na Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela

Tendências

*Flavio Moreira Mathias**

Introdução

Os blindados foram utilizados pela primeira vez em 1916, durante a 1^a Guerra Mundial. Porém, sua consolidação como espinha dorsal dos exércitos se deu por ocasião da 2^a Guerra Mundial.

A partir da Guerra do Golfo, em 1991, ganhou força a discussão sobre qual seria o tipo de blindado mais adequado ao combate moderno, sobre lagartas (SL) ou sobre rodas (SR). Desde então, essa questão vem sendo estudada, discutida e analisada por diversas forças armadas, em alguns casos, provocando a substituição de um tipo de viatura por outro. Nesse contexto, este trabalho analisa a tendência de utilização de blindados sobre lagartas e sobre rodas nos principais exércitos da América do Sul: Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela.

Para isso, foi realizado o levantamento das quantidades de veículos que operam nos referidos exércitos, como principal indicador de tendência. Estudou-se também o tipo de emprego dos veículos, conjugado com a organização das grandes unidades blinda-

das e mecanizadas e, finalmente, informações sobre aquisições recentes ou programas de modernização, com a finalidade de complementar a análise, como um possível indicador de tendência. Assim, visualizou-se compor um quadro abrangente, que possibilitasse concluir sobre qual a tendência de utilização de um tipo de blindado ou outro nos países estudados e que constituem o entorno estratégico sul-americano.

Blindados sobre lagartas e sobre rodas

Durante a Guerra Fria, a força blindada do Exército dos EUA era, preponderantemente, sobre lagartas, a fim de enfrentar as tropas do Pacto de Varsóvia. Contudo, na Guerra do Golfo, os EUA constataram a dificuldade de um desdobramento rápido de forças blindadas pesadas fora da Europa.

No primeiro mês da guerra, somente a 82^a Divisão Aerotransportada permaneceu desdobrada no terreno, sem nenhum apoio de blindados, até a chegada das primeiras unidades da 24^a Divisão de Infantaria (Mecanizada). Tal fato constituiu-se em uma grande

* Cel Inf (AMAN/93, EsAO/01, ECEME/10), com especialização em Operações com Blindados.

vulnerabilidade, caso Saddam Hussein tivesse atacado a 82ª Divisão com suas forças blindadas (VICK et al., 2002). Em consequência, foram criadas as brigadas (Bda) Stryker, que eram brigadas de infantaria equipadas com veículos blindados sobre rodas.

Assim, experiências colhidas na Guerra do Golfo (1991), nas operações na Somália (1993) e no Kosovo (1999) e nas Guerras do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003) demonstraram que a mobilidade estratégica passava a ter um papel relevante. Em consequência, julgou-se que os veículos sobre rodas seriam mais adequados ao combate moderno (TALAMBAS, 2003).

Nos países mais desenvolvidos, ocorreram alterações relevantes como: aumento da frota de viaturas sobre rodas e diminuição da frota de viaturas sobre lagartas, como na Alemanha¹ e na França; reorganização e criação de novos tipos de unidades blindadas (Bld) e mecanizadas (Mec); e, até mesmo, a desativação de todos os blindados sobre lagartas, como na Holanda, em 2011, e na Bélgica, em 2014.

Contudo, a evolução dos conflitos é constante. Assim, após o emprego inicial na Guerra do Iraque e do Afeganistão, veio a longa campanha de estabilização, as quais trariam novos desafios aos planejadores. O emprego de armamento anticarro portátil (RPG²) pelo inimigo e a imperiosa necessidade de garantir a sobrevivência da tropa levaram os exércitos a empregar, novamente, seus carros de combate.

Nesse contexto, explicam os professores Rogério e Eduardo Atem (CARVALHO; CARVALHO, 2016):

Os conflitos assimétricos registrados recentemente forçaram o emprego de carros de combate (CCs) em áreas urbanas

densamente povoadas, o que até então era considerado como um erro tático com consequências graves. Porém, a ausência de CBTPs [VBTP] capazes de sobreviver em áreas infestadas por IEDs e RPGs forçaram a tal. Os CCs sobreviveram ao embate em ambiente confinado, quando empregados [...] com a Infantaria e a Engenharia de Combate, sendo que, dos modelos atualmente em uso, o Challenger 2 teve o melhor desempenho de todos [...] os comandantes no campo se viram na contingência de empregar seus CC como veículo de patrulha [1], já que estes eram os únicos veículos em seus arsenais capazes de sobreviver a ataques simultâneos de até dezenas de RPGs e IEDs (*rocket propelled grenade* e *improvised explosive device*, respectivamente). (p. 63-64)

Ademais, em 2014, a Rússia ocupou em força a península da Crimeia, tomando-a da Ucrânia e anexando-a a seu território. Posteriormente, em 2017, fruto da condução da política externa russa, a OTAN sentiu a necessidade de desdobrar tropas, inclusive blindadas, nos países bálticos — Lituânia, Estônia e Letônia.

Tais fatos demonstrariam que os veículos blindados sobre lagartas, particularmente os carros de combate, ainda têm papel importante, mesmo em conflitos assimétricos ou de amplo espectro, inclusive, operando dentro das cidades.

Blindados na América do Sul

A seguir, serão apresentados, por país: a frota de veículos existente, por tipo e quantidade; a distribuição desses veículos nas unidades e grandes unidades; qual função prioritária esses veículos desempenham em

combate (neste artigo, serão divididos nas categorias CC, VBTP, VBCI, VBR);³ e, por fim, os possíveis processos de substituição ou modernização de famílias de blindados.

Argentina

O Exército Argentino (EA) possui duas brigadas blindadas e três mecanizadas (ARGENTINA, 2015). No que se refere à natureza e ao tipo, a brigada mecanizada argentina corresponde à brigada de infantaria blindada do Exército Brasileiro, porém, com relação à organização, ela difere de sua congênere brasileira.

Os tanques argentinos medianos (TAM) equipam os regimentos de cavalaria

Categoría	Modelo	Quant. 1	Quant. 2	Quant. 3	Tipo
CC	TAM (médio)	213	231	231	SL
	SK-105 (leve)	112	113	113	
	AMX-13 (leve)	-	-	42	
	Patagón (leve)	5	4	4	
VBCI	VCTP	263	118	107	SL
	M-113 A2 (Can)	-	114	-	
VBTP	M-113 A1 / A2	408	274	413	SL
	AMX-13 VTT	-	-	12	
	WZ-551B1	-	4	4	SR
VBR	AML-90	47	47	47	SR
	MOWAG	-	-	36	

Quadro 1 – Blindados do Exército Argentino
Fonte: ARMORED VEHICLES (2016); IISS (2017); ARGENTINA (2015)

de tanques (RCTan) das brigadas blindadas (DEFENSA NACIONAL, 2013). Os TAM foram produzidos na Argentina, com base no chassi da VBCI Marder alemã, sendo a base da principal família de veículos blindados daquele país, possuindo diversas versões. Os SK-105 são CC leves (caça-tanques) e equipam os

RCTan das brigadas mecanizadas. O Patagón é um CC baseado no SK-105 e no AMX-13 (francês) e teve uma produção limitada.

Com relação às unidades de infantaria, a distribuição de veículos segue, via de regra, o raciocínio dos CC. Os VCTP (veículos de combate de transporte de pessoal), que pertencem à família TAM, equipam os regimentos de infantaria mecanizados (RIMec) das brigadas blindadas. Já os M-113, equipam os RIMec das brigadas mecanizadas (DEFENSA NACIONAL, 2013).

Os AML-90 equipam os regimentos e esquadrões de cavalaria de exploração, que atuam como elementos de reconhecimento das brigadas blindadas, mecanizadas, de montanha e de monte (DEFENSA NACIONAL, 2013).

No tocante às novas aquisições, em 2005, a Argentina assinou com o Chile um acordo para a criação da Força de Paz Conjunta Cruz del Sur, visando a participar do Sistema de Pronto Emprego da ONU (United Nations Stand-by Arrangement System – UNSAS). Essa força possui um batalhão de infantaria mecanizado em sua composição.

Dessa forma, o EA teve de buscar um veículo blindado sobre rodas para equipar a tropa destinada àquela força, uma vez que o exército sempre priorizou a utilização de viaturas blindadas sobre lagartas na infantaria mecanizada. A utilização de veículos sobre rodas era restrita às unidades de exploração.

Assim, em 2010, foram adquiridos quatro veículos blindados sobre rodas Norinco WMZ-551B, sendo destinados ao RIMec 12. Eles servirão para a experimentação do emprego deste tipo de blindado pelas tropas argentinas, visando à aquisição futura de uma frota maior.

Além disso, o exército vem realizando

a modernização de suas VBTP M-113, colocando novos equipamentos de comunicações, visão noturna e motor. Realiza também a capacitação de pessoal visando à futura modernização do TAM para a versão TAM 2C. Ambos os processos ocorrem de forma lenta devido às restrições orçamentárias.

Chile

O Exército do Chile possui quatro brigadas blindadas (*acorazadas*) e 1 destacamento blindado. Este destacamento é composto por um batalhão de infantaria e unidades de apoio (IISS, 2017).

Categoría	Modelo	Quant. 1	Quant. 2	Quant. 3	Tipo
CC	Leopard 2A4 (médio)	131	131	131	SL
	Leopard 1 (médio)	114	115	114	
VBCI	Marder 1A3	173	173	435	SL
	YPR-765	18	18		
VBTP	M-113 A1 / A2	369	369		SL
	Piranha 6x6 e 8x8	179	179		SR
VBR	-	-	-	-	-

Quadro 2 – Blindados do Exército Chileno

Fonte: ARMORED VEHICLES (2016); IISS (2017); CHILE (2017)

A distribuição dos meios blindados pelas brigadas segue, via de regra, os binômios CC Leopard 2 A4 com VBCI Marder 1A3 e CC Leopard 1 com M-113. Os grupos blindados (Gr Bld) são unidades semelhantes aos regimentos de carros de combate.

Dessa forma, no que tange aos CC Leopard 2 A4, eles estão distribuídos nos Gr Bld das 1^a, 2^a e 3^a Bda Bld, que se localizam ao norte do território chileno, direcionadas para a fronteira com o Peru. Já os CC Leopard 1 são dotação do Gr Bld da 4^a Bda Bld, localizada ao sul, em Punta Arenas, fronteira com a Argentina (FERNÁNDEZ, 2013).

Com relação às unidades de infantaria, a distribuição de veículos segue os binômios citados anteriormente. Assim, a VBCI Marder 1 A3 equipa os batalhões de infantaria blindados (BIB), das 1^a, 2^a e 3^a Bda Bld, e as VBTP M-113 equipam o BIB 25, da 4^a Bda Bld. O veículo YPR-765 é uma VBCI desenvolvida com base na VBTP M-113.

As VBTP sobre rodas Piranha 6x6 e 8x8 entraram em serviço no Chile em 1981. Posteriormente, foram produzidas localmente, sob licença da MOWAG suíça, pela empresa Cardoen e pela FAMAE (Fábricas y Maestranzas del Ejército). Esses veículos equipavam, inicialmente, os BIB, porém, com a chegada dos Marder 1 A3, foram distribuídos por outras unidades do exército e a maioria encontra-se hoje em serviço no Batalhão de Infantaria Mecanizado (BIMec) do Regimento de Infantaria nº 1 “Buin” (GARCÍA, 2018).

O Exército Chileno não possui viaturas blindadas de reconhecimento SR. Assim, os pelotões de exploração blindados, orgânicos das brigadas blindadas, são dotados de VBCI Marder (SL), picapes Land Rover e motocicletas.

A aquisição dos CC Leopard 2 A4 e VBCI Marder 1 A3 ocorreu a partir de 2007, em substituição aos Leopard 1 e VBTP M-113, que foram remanejados para as unidades ao sul do território. A empresa FAMAE vem pesquisando soluções para aperfeiçoar o Leopard 2 A4, em particular o sistema de tiro.

Ainda em termos de atualização, o exército prevê a modernização de seus veículos Piranha 6x6 e 8x8 bem como uma futura aquisição de novos veículos blindados sobre rodas para transformar suas unidades de infantaria motorizada em infantaria mecanizada (GARCÍA, 2018).

Colômbia

O Exército da Colômbia (EC) possui uma brigada blindada e uma de infantaria (mecanizada) (COLÔMBIA, 201-).

Categoría	Modelo	Quant. 1	Quant. 2	Tipo
CC	-	-	-	-
VBCI	-	-	-	-
VBTP	M-113 A1 / A2	54	28 (A1) 26 (A2)	SL
	EE-11 Urutu	56	56	SR
	LAV III	32	32	
	RG-31 Nyala	4	4	
VBR	EE-9 Cascavel	121	121	SR
	M-1117	8	38	
	Commando Advanced	-	28	

Quadro 3 – Blindados do Exército Colombiano

Fonte: ARMORED VEHICLES (2016); IISS (2017)

Os veículos blindados equipam as unidades da 2^a Brigada e da 10^a Brigada Blindada e os grupos de cavalaria mecanizados (Gr Cav Mec), integrantes de algumas brigadas de infantaria. Esses grupos são semelhantes aos regimentos de cavalaria mecanizados brasileiros. Ressalta-se que o Exército Colombiano não possui carros de combate.

Com vistas a fortalecer a defesa na região norte do país, em 2004, o exército criou um Grupo Blindado Médio (Gr Bld Me), em Guajira, subordinado à 10^a Bda Bld. Devido à inexistência de CC, esta unidade foi formada com grande número de VBR EE-9 Cascavel (LOPES, 2014). Em consequência, a 10^a Bda Bld está constituída por 1 BIMec, 1 Gr Cav Mec e 1 Gr Bld Me.

Segundo a página oficial do Exército da Colômbia (201-), a 10^a Bda Bld en-

contra-se desdobrada na fronteira com a Venezuela, e a 2^a Bda (Mec), que possui 2 BI Mec, está desdobrada mais em profundidade, na costa caribenha. Em consequência, há maior concentração desses veículos ao norte do território colombiano.

As VBTP M-113 são de dotação dos BI Mec integrantes das 2^a Bda e 10^a Bda Bld. Os LAV III Gladiador são de dotação do BI-Mec 5 “Córdova” (2^a Bda), que substituíram as VBTP M-113.

No tocante aos veículos de reconhecimento, as VBR Cascavel, VBTP Urutu, VBTP M-1117 e veículos “multipropósito” RG-31 Nyala equipam os oito grupos de cavalaria mecanizados das brigadas. O veículo Commando Advanced é uma das versões mais recentes da antiga série M-1117, a qual foi renomeada para Commando.

Em 2012, iniciaram-se estudos para a aquisição de um carro de combate, o que não chegou a concretizar-se por razões financeiras. Para minimizar o problema, o EC decidiu prosseguir na renovação de seus blindados sobre rodas. Dessa forma, os LAV-III Gladiador foram adquiridos em 2014 para equipar os BI Mec, com a finalidade de modernizar a infantaria mecanizada. É importante frisar que o exército tem por objetivo adquirir um CC, visando criar uma nova capacidade, particularmente na fronteira com a Venezuela, conforme declarado pelo comandante das Forças Militares colombianas (CADAVID, 2018).

Peru

O Exército do Peru (EP) possui quatro brigadas blindadas e duas brigadas de cavalaria (Cav) (PERU, 2018).

Categoria	Modelo	Quant. 1	Quant. 2	Tipo
CC	T-55 (médio)	165	165	SL
	AMX-13 (leve)	96	96	SL
VBCI	-	-	-	-
VBTP	M-113 A1	120	120	SL
	UR-416 4x4	150	150	SR
	Fiat 6614 4x4	25	25	
	REPONTEC	4	-	
VBR	BRDM-2 4x4	30	30	SR
	Fiat 6616 4x4	15	15	

Quadro 4 – Blindados do Exército Peruano

Fonte: ARMORED VEHICLES (2016); IISS (2017)

Os carros de combate T-55, de origem russa, equipam os batalhões de tanques das brigadas blindadas (WATSON, 2015). Já os CC leves AMX-13 franceses, equipam os regimentos de cavalaria blindados das brigadas de cavalaria. Apesar de o AMX-13 ser classificado normalmente como CC leve, no caso do Exército Peruano, por equipar unidades de cavalaria, diferentes dos batalhões de tanques, será considerado como veículo empregado em missões de reconhecimento (VBR).

Os M-113A1 equipam os batalhões de infantaria blindados das brigadas blindadas, formando forças-tarefa com os T-55 (WATSON, 2015).

Nas brigadas de cavalaria, além dos AMX-13 já citados, são empregadas VBTP M-113 e também as VBTP sobre rodas UR-416, de origem alemã, Fiat 6614, italianas, e as VBR Fiat 6616, além dos BRDM-2, russos.

Os T-55 peruanos foram adquiridos da ex-União Soviética no início da década de 1970

e, na época da aquisição, eram os CC mais modernos da América do Sul. Porém, atualmente, o Peru é o país que possui a frota de CC mais antiga dentre os países estudados neste trabalho (WATSON, 2018). No caso dos Bld SR, os UR-416 estão bastante defasados, comparados com seus similares na América do Sul.

Desde 2009, o Exército Peruano tem buscado veículos blindados no mercado mundial, a fim de modernizar suas forças blindadas. Vários modelos foram testados e analisados, mas, até o momento, nenhuma aquisição se concretizou, e não há previsão de nenhum programa de modernização da frota existente (WATSON, 2018).

Venezuela

O Exército Venezuelano possui duas brigadas blindadas, três de infantaria mecanizadas e uma de cavalaria blindada (Cav Bld) (VENEZUELA, 2018).

Categoria	Modelo	Quant. 1	Quant. 2	Tipo
CC	T-72 B1 (médio)	92	92	SL
	AMX-30 (médio)	81	81	
	AMX-13 C90 (leve)	31	31	
VBCI	BMP-3	123	123	SL
	BTR-80A	114	114	SR
VBTP	AMX-13 VTT	70	-	SL
	AMX-13 VCI	25	25	
	TPz-1 Fuchs	10	-	SR
	V-100/150 Dragon	79	79	
VBR	Dragoon 300 ASV		36	SR
	Dragoon 300 LFV2	78	42	
	Scorpion-90 (leve)	78	78	SL

Quadro 5 – Blindados do Exército da Venezuela

Fonte: ARMORED VEHICLES (2016); IISS (2017)

A distribuição dos veículos pelas brigadas segue, de modo geral, um padrão, a fim de agrupar materiais de mesmo tipo ou mesmo país de procedência.

Assim, a 41^a Bda Bld possui o material mais moderno, de origem russa, os CC T-72 B, e as VBCI BMP-3 equipam as unidades de carros de combate e de infantaria mecanizada (HERNÁNDEZ, 2011). Já a 11^a Bda Bld é equipada com material francês, os CC AMX-30V, os CC leves AMX-13 C90 e os blindados AMX-13 VTT/VCI.

A 14^a e a 25^a Bda Inf Mec, constituídas por um BIMec e um batalhão de infantaria motorizado, e a 31^a Bda Inf Mec, que possui um BIMec e um grupo de cavalaria motorizado, são dotadas de VBCI BMP-3 e BTR-80A, mesclados dentro das unidades de infantaria (HERNÁNDEZ, 2013).

Os grupos de cavalaria blindados da 91^a Bda Cav Bld operam os veículos blindados de reconhecimento sobre lagartas Scorpion-90, de origem inglesa. Por fim, os grupos e os esquadrões de cavalaria mecanizados, orgânicos das brigadas de infantaria, são equipados com os veículos blindados sobre rodas V-100, V-150 ou Dragoon ASV.

A Venezuela foi o país que realizou compras mais recentes de veículos blindados. Essas aquisições ocorreram a partir de 2009, com material russo, os CC T-72 B, as VBCI BMP-3 e BTR-80. O BTR-80 conferiu à infantaria venezuelana uma plataforma sobre rodas, uma vez que, antes, a infantaria dispunha, em sua maioria, de veículos AMX-13 VTT ou VCI sobre lagarta.

A par disso, a Venezuela está modernizando seus CC AMX-30, incluindo os sistemas de tiro e comunicações. Além deles,

encontram-se também em processo de modernização os AMX-13 VTT/VCI, os AMX-13 C90 e Dragoon 300.

Tendências

A análise das tendências foi feita por países, uma vez que cada um deles possui doutrina militar terrestre, ambiente operacional e ameaças externas e internas próprias. Não obstante, é realizada uma comparação entre as tendências, a fim de evidenciar qual delas é mais marcante na América do Sul (**Quadro 6**).

Categoria	ARG	CHI	COL	PER	VEN	América do Sul (preponderância)
CC	SL	SL	-	SL	SL	SL
VBTM/VBCI	SL	SL	SL	SL	SL	SL
VBR	SR	SL	SR	SL/SR	SL/SR	SR

Quadro 6 – Consolidação das tendências da América do Sul

Fonte: o autor

Dessa forma, foi constatado que, no Exército Argentino, há uma tendência para a utilização de CC, VBCI e VBTP sobre lagartas, caracterizada pelos veículos TAM, SK-105, VCTP TAM e M-113. Ademais, a intenção de modernizar o TAM para a versão TAM 2C e o atual processo de modernização do M-113 indicam que essa tendência, possivelmente, não mudará em curto prazo. Contudo, a aquisição dos NORINCO WMZ-551B sobre rodas, para a Força de Paz Cruz del Sur, fornecerá uma nova e importante capacidade ao EA. Para as missões de reconhecimento, prepondera o veículo sobre rodas AML-90.

No caso do Exército Chileno, também se constata a forte predominância de utilização de viaturas sobre lagartas, materializada

pelos CC da família Leopard (1 e 2), pela VBTP M-113 e pelas VBCI YPR-765 e Marder 1 A3, esta última empregada também nos pelotões de exploração das Bda Bld. Ressalte-se que os blindados Piranha sobre rodas, antes usados como principal veículo nos BIB, foram distribuídos e executam outras missões nas unidades. Devido ao fato de a aquisição de Leopard 2 ser relativamente recente e à intenção de realizar aperfeiçoamentos na indústria local, denota-se a manutenção dessa “família”, juntamente com os Marder 1A3, por um bom tempo.

O Exército Colombiano é o único que não possui CC, provavelmente, devido ao longo período de guerra civil interna, que não exigia esse tipo de veículo. No entanto, o EC reconhece essa vulnerabilidade e se mantém firme na intenção de adquirir um carro de combate sobre lagartas, para que tenha condições de se contrapor a uma eventual ameaça dos CC T-72B venezuelanos. No caso das VBTP, a infantaria utiliza as VBTP M-113, caracterizando a tendência sobre lagartas, porém, foram adquiridos os veículos LAV-III (SR), que podem indicar uma mudança de tendência no futuro. Com relação às unidades de cavalaria, tanto as VBR Cascavel e VBTP Urutu, quanto a recente aquisição dos M-1117, denotam a intenção de se manter a utilização de blindados sobre rodas nas unidades de reconhecimento.

Com relação ao Exército do Peru, foi verificada a tendência de utilização de CC e VBTP sobre lagartas (T-55 e M-113). Essa tendência deve-se manter, tendo em vista que o Chile possui moderna frota de CC SL. Além disso, a região fronteiriça favorece o emprego desse tipo de veículo. Nas unida-

des de reconhecimento, há mescla na tendência, que é caracterizada pelo emprego de CC SL leve AMX-13 e VBTP e VBR sobre rodas (UR-416, Fiat 6614 e Fiat 6616).

No Exército da Venezuela, também é marcante a utilização de CC sobre lagartas (T-72 B, AMX-30 e AMX-13). Ademais, a modernização dos AMX-30 e AMX-13 confirma essa tendência. Com relação às VBCI e VBTP, ainda há uma preponderância de veículos SL (BMP-3 e AMX-13 VTT/VCI), apesar de já haver razoável quantidade de VBCI (SR) BTR-80 este veículo agrupa uma nova capacidade à infantaria venezuelana. Nas unidades de reconhecimento, há mescla de veículos SL e SR (Scorpion 90, V-100, V-150 ou Dragoon ASV), todos em processo de modernização, caracterizando uma tendência mista.

Como foi dito, a busca por encontrar uma tendência única ou padronizada na América do Sul, obviamente, não é relevante. No entanto, é possível fazer uma comparação dos países, a fim de se ter uma ideia mais global da situação sul-americana e, em consequência, se há uma tendência predominante em determinada categoria de blindados — CC; VBCI / VBTP; ou VBR.

Com relação aos carros de combate, fica nítida a tendência de utilização de veículos sobre lagarta, tanto médios como leves. É muito provável que essa continue sendo a tendência na América do Sul por um longo prazo.

Isso se deve, primeiro, à existência de terreno favorável ao emprego de CC em várias áreas espalhadas no subcontinente, particularmente, nas quais se encontram localizadas as grandes unidades blindadas e mecanizadas.

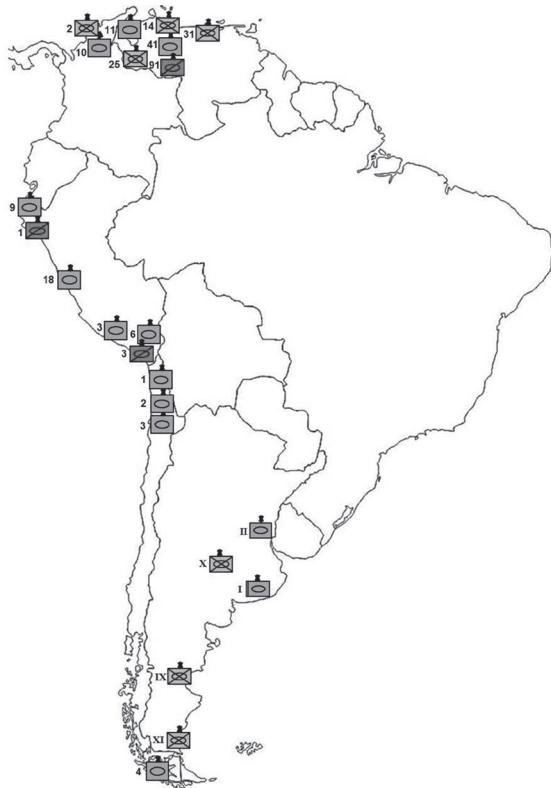


Figura 1 – Desdobramento das brigadas blindadas e mecanizadas

Fonte: o autor

Outro aspecto importantíssimo é a relativa simetria tecnológica e de poder de combate entre os exércitos da América do Sul. Esse fato induz, em caso de conflito, à realização de operações predominantemente convencionais de alta intensidade, pelo menos no início das hostilidades. Nesse contexto, os carros de combate assumem um papel extremamente relevante nos terrenos propícios ao seu emprego.

Ademais, manter unidades de carros de combate proporciona aos citados exércitos, a manutenção de mais uma capacidade; em particular, dissuadir, responder de forma imediata e atuar decisivamente em caso

de ameaça. Dificuldade essa que está sendo sentida pela Colômbia devido à situação política venezuelana.

Ainda nesse sentido, foi possível observar que os referidos países dispõem de um orçamento de defesa restrito. Dessa forma, abrir mão completamente de carros de combate (sobre lagartas), trocando-os por veículos sobre rodas, como feito pela Bélgica e Holanda, pode não ser uma boa decisão. Isso tendo em vista que os países sul-americanos teriam muita dificuldade financeira para recriar essas tropas.

Cabe ressaltar que reativar essa capacidade não significa somente adquirir os carros em caso de emergência. Há todo um sistema atrelado, que vai desde os pesados encargos logísticos, passando pela construção de instalações, disponibilidade de áreas apropriadas de treinamento e, o principal, o adestramento do homem.

Contudo, no futuro, pode haver, por parte de alguns países, a decisão por comprar veículos de combate sobre rodas, dotados de canhões potentes, para atuar no lugar dos carros de combate. Esta opção dependerá, obviamente, dos fatores da decisão e da disponibilidade de recursos financeiros. Porém, não se pode esquecer que esses veículos não possuem as mesmas características que os carros de combate, notadamente a trafegabilidade e a proteção blindada.

Com relação às VBCI/VBTP, nota-se ainda uma predominância de veículos sobre lagarta. Tal fato é motivado pela grande frota de VBTP M-113 ainda em operação nos referidos países e por alguns, como Argentina, Chile e Colômbia, estarem modernizando ou terem modernizado essa viatura. Porém, no

futuro, o orçamento restrito pode influenciar os exércitos, no momento em que tiverem de substituir o M-113, a optarem por uma VBCI/VBTP sobre rodas. Tal fato ocorreu na Venezuela, com a aquisição de grande quantidade de BTR-80, e a Colômbia, adquirindo algumas dezenas de LAV III Gladiador.

Ressalta-se que o Chile já utilizou o binômio *CC sobre lagarta-VBTP SR* (Leopard 1 e Piranha 6x6). É certo que isso ocorreu tendo em vista o terreno ser favorável à trafegabilidade das VBTP SR nos desertos chilenos. Esse binômio *CC SL-VBTP SR* também é utilizado no Exército Canadense (Leopard 2 e LAV III Coyote).

Outra possibilidade é a aquisição de VBCI/VBTP SR para a criação de unidades de infantaria de tipo específico, semelhantes às unidades de infantaria mecanizada no Exército Brasileiro ou às unidades *stryker* norte-americanas. Isso já vem ocorrendo de forma embrionária na Colômbia e no Chile. Nesse caso, passa-se a contar com uma nova capacidade, o que ocorre já bem tarde, considerando-se que países como a França e a Rússia mecanizaram boa parte de sua infantaria com veículos sobre rodas ainda na década de 1960.

A mecanização (Bld SR) dessas unidades de infantaria traria grande flexibilidade para esses exércitos, preenchendo uma lacuna entre tropas leves e pesadas. Assim, seria potencializada a mobilidade estratégica, particularmente, devido às grandes distâncias existentes nas áreas operacionais do subcontinente. Ademais, esses veículos SR favoreceriam o emprego nas ações internas, de garantia da lei e da ordem, e missões de paz, nas quais a maioria dos exércitos estudados participa.

Com relação às VBR, constata-se que a tendência é de utilização de viaturas sobre rodas e que deve perdurar, assim, por um bom tempo. Esses veículos atendem muito bem às longas distâncias existentes na região, que induzem o emprego de viaturas sobre rodas para as missões de reconhecimento e exploração. Além disso, por serem exércitos que não dispõem de grande quantidade de meios, tropas mecanizadas podem ser mudadas de posição com mais facilidade, de acordo com as necessidades do combate. Nesse contexto de grandes espaços cortados por reduzido número de rodovias, cresce de importância também a velocidade dos deslocamentos, o que é atendido de maneira mais adequada por viaturas sobre rodas. Outro fator muito importante é o menor custo de aquisição e manutenção de veículos SR, o que se torna extremamente relevante para forças armadas com orçamentos sempre restritos.

Conclusão

Há cerca de um século, os veículos blindados surgiram no campo de batalha e, desde a Segunda Guerra Mundial, tornaram-se o mais potente elemento de manobra dos exércitos. Ao longo de sua evolução, coexistiram veículos blindados sobre lagartas e veículos blindados sobre rodas.

Do exposto, infere-se que a manutenção tanto de veículos sobre lagartas quanto sobre rodas, cada um em missões específicas, é, de modo geral, semelhante na América do Sul. Tal fato se deve a alguns aspectos presentes em toda a região.

O primeiro e mais relevante aspecto é o grau de simetria existente entre os

exércitos estudados, em particular no tocante ao poder de combate e evolução tecnológica. Isso exige a manutenção de forças relativamente “pesadas”, com elevados poder de fogo e proteção blindada, o que é obtido com veículos sobre lagartas.

Outro aspecto fundamental é a possibilidade de manter de forma equilibrada duas capacidades distintas, veículos SL e SR, dando flexibilidade à Força Terrestre de empregar uma e outra de acordo com a situação imposta, no amplo espectro dos conflitos.

Não obstante, constata-se uma possibilidade de aquisição de VBCI/VBTP sobre rodas, particularmente para a infantaria, acompanhando a necessidade de mecanizar aquela arma. Tal fato superaria um atraso, em comparação com exércitos como o francês e russo, que possuem unidades de infantaria mecanizada há, pelo menos, 40 anos. Soma-se a isso o crescente envolvimento dos países sul-americanos em operações de paz, em que as VBTP sobre rodas têm largo emprego.

Ademais, a ampliação do número de unidades mecanizadas, em particular, na infantaria, confere um ganho significativo em termos de mobilidade estratégica. O que é desejável em países com grandes extensões territoriais ou, devido à limitação de meios, necessita mudar tropas de posição constan-

temente, para fazer face às ameaças surgidas. Nesse contexto, destaca-se que o Exército Brasileiro está mecanizando sua infantaria.

Além disso, a limitação de recursos financeiros nos países estudados, se, por um lado, indica certa ampliação da frota sobre rodas devido ao menor custo, por outro lado, não aconselha o abandono completo dos veículos SL. Esse equívoco foi cometido pelos EUA na Guerra Fria, com relação aos veículos SR. Guardadas as devidas proporções, a Bélgica e a Holanda podem ser obrigadas a recompor suas unidades de carros de combate, caso a situação frete à Rússia escale.

Dessa forma, este artigo visou analisar o referido assunto e reunir dados que possam servir de subsídios para estudos futuros no âmbito da Força Terrestre, utilizando as tendências dos países amigos como mais uma referência.

As forças blindadas continuarão sendo um importante vetor no combate terrestre, sendo largamente empregadas em quase todo o espectro dos atuais conflitos. Em consequência, o Exército Brasileiro deve-se manter atualizado no tocante às tendências dessa importante capacidade, a fim de ser reconhecido como um exército moderno e eficiente, sempre em condições de obter uma vitória rápida e decisiva. ☈

Referências

ARGENTINA. Ministério da Defesa (Org.). **Libro Blanco de la Defensa:** 2015. Buenos Aires: Latingráfica, 2015. 304 p. Disponível em: <www.mindef.gov.ar/institucional/pdfs/libro_blanco_2015.pdf>. Acesso em: 25 Abr 2018.

ARMORED VEHICLES: **Global Inventories 2016-2017.** Londres, 2016. Anual. Defence IQ. Disponível em: <https://plsadaptive.s3.amazonaws.com/gfiles/_khIe0armoured_vehicles_world_inventories_2017_-_final.pdf?response-content-type=application/pdf&AWSAccessKeyId=AKI>

AICW51OYOPOZOU3TQ&Expires=1521755657&Signature=hoo5xVQ2PbYojXRS532Yi3IK0C0=>. Acesso em: 15 Mar 2018.

CADAVID, Erich Saumeth. **Colombia, un transporte modificado para combatir**. 2018. Disponível em: <www.infodefensa.com/latam/2018/05/16/noticia-colombia-transporte-hecho-combatir.html>. Acesso em: 30 maio 2018.

CARVALHO, Rogerio Atem de; CARVALHO, Eduardo Atem de. **Guerras Assimétricas e as Transformações Decorrentes nos Ramos Operativos dos Exércitos**. Olinda - PE: Livro Rápido Editora, 2016. 110 p.

CHILE. Ministerio de Defensa Nacional (Org.). **Libro de la Defensa Nacional de Chile**. San Bernardo, Región Metropolitana: Gráfica Marmor, 2017. Disponível em: <<http://defensa.cl/media/LibroDefensa.pdf>>. Acesso em: 30 Abr 2018.

COLOMBIA. **Sítio oficial do Exército Nacional da Colômbia**. 201-. Disponível em: <www.ejercito.mil.co/>. Acesso em: 12 maio 2018.

DEFENSA NACIONAL. 2013. **Cifras reales**. Disponível em: <<http://defensanacional.argentina-foro.net/t5871p90-cifras-reales>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

FERNÁNDEZ, David Fernández. **Ejércitos del Mundo**. 2013. Edição 2013 Revisão 01. Disponível em: <www.docslide.com.br/documents/ejercitos-del-mundo-2013-revision-01.html>. Acesso em: 25 abr. 2018.

GARCÍA, Nicolás. **El Ejército de Chile proyecta renovar su flota de vehículos blindados a ruedas**. 2018. Disponível em: <www.infodefensa.com/latam/2018/01/23/noticia-ejercito-chile-proyecta-renovar-flota-vehiculos-blindados-ruedas.html>. Acesso em: 30 maio 2018.

HERNÁNDEZ, Carlos E.. **Venezuela recibe nuevo material ruso**. 2011. Disponível em: <www.maquina-de-combate.com/blog/wpcontent/cache/page_enhanced/maquina-de-combate.com/blog/41ª-brigada-blindada-del-ejercito-de-venezuelarecibe-nuevo-material-ruso/_index.html.old>. Acesso em: 21 maio 2018.

_____. **El batallón Mecanizado Bolívar del Ejército de Venezuela presentó sus nuevos blindados BTR-80 y BMP-3**. 2013. Disponível em: <www.info defensa. com/latam/2013/05/21/noticia-el-batallon-mecanizado-bolivar-del-ejercito-de-venezuela-presento-sus-nuevos-blindados-btr-80-y-bmp-3.htm>. Acesso em: 21 maio 2018.

IISS (The International Institute For Strategic Studies) (Uk) (Ed.). **The Military Balance 2017**. Londres: Taylor & Francis, 2017. 504 p.

LOPES, Roberto. **Sem tanques, Exército colombiano recorre ao Cascavel para vigiar fronteira com a Venezuela**. 2014. Disponível em: <www. forte. jor.br/2014/12/29/sem-tanques-exercito-colombiano-recorre-aocascavel-para-vigiar-fronteira-com-a-venezuela/>. Acesso em: 30 maio 2018.

PERU. **Sítio Oficial do Exército do Peru**. 2018. Disponível em: <www.ejercito.mil.pe/>. Acesso em: 16 agosto 2018.

TALAMBAS, José David Angelino da Graça. **Uma Brigada para o século XXI.** 2003. 117 f. Monografia (Especialização) - Curso de Estado-Maior 02-04, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, 2003. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11913/1/MAJJoséTalambas.pdf#page=76&zoom=auto,-82,732>>. Acesso em: 14 Fev 2018.

VENEZUELA. EXÉRCITO BOLIVARIANO. **Sítio Oficial do Exército Bolivariano da Venezuela.** 2018. Disponível em: <www.ejercito.mil.ve/>. Acesso em: 16 maio 2018.

VICK, Alan et al. **The Stryker Brigade Combat Team:** Rethinking Strategic Responsiveness and Assessing Deployment Options. Santa Monica, California: Rand, 2002. 164 p. (0-8330-3268-2). Disponível em: <www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/2002/MR1606.pdf>. Acesso em: 17 Mar 2018.

WATSON, Peter. **Perú prueba sus plataformas terrestres en la Cruz de Hueso.** 2015. Disponível em: <www.infodefensa.com/latam/2015/04/03/noticia-prueba-plataformas-terrestres-hueso.html>. Acesso em: 5 jun. 2018.

_____, Peter. **Perú, un poder de combate congelado en el tiempo.** 2018. Disponível em: <www.infodefensa.com/latam/2018/05/16/noticia-poder-combate-congelado-tiempo.html>. Acesso em: 23 maio 2018.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ As Forças Armadas da Alemanha reduziram a quantidade carros de combate Leopard 2 de 1.568 viaturas para 852, ao mesmo tempo em que passaram a desenvolver o blindado sobre rodas Boxer (TALAMBAS, 2003).

² Rocket propelled grenade - granada lançada por foguete.

³ Carros de combate (CC); viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP); veículos de combate de infantaria (VBCI); e viaturas blindadas de reconhecimento (VBR).

O papel do Exército Brasileiro e o sistema de preparo

Uma reflexão sobre a adequação do sistema de preparo para o cumprimento de suas missões constitucionais

Leonardo de Andrade Alvesⁱ

Jales Resende Siqueiraⁱⁱ

Eduardo Moraes Fonsecaⁱⁱⁱ

Bruno Krepke Leiros Peixoto^{iv}

André Rolim Da Silva^v

Introdução

O Brasil, país altivo e autônomo, exerce exclusiva soberania sobre seu território, seu mar territorial e seu espaço aéreo, sem delegar a terceiros a responsabilidade por sua defesa e segurança.

Cabe ao Estado Brasileiro prover os meios necessários para que a sociedade alcance seus objetivos de prosperidade, assegurando condições que lhe permitam ser capaz de, livremente, afirmar seus interesses e se dedicar ao próprio desenvolvimento.

A defesa da soberania do Estado Brasileiro é um dos princípios fundamentais da Constituição Federal. O artigo 21 do texto constitucional afirma, no inciso III, que compete à União assegurar a defesa nacional.

Para tanto, o Estado Brasileiro possui alguns documentos fundamentais para direcionar as Forças Armadas e toda a sociedade em seu esforço de defesa, como a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional.

O Exército Brasileiro deve ser constituído por meios modernos e por efetivos muito bem adestrados. A Força deverá manter-se em permanente processo de transformação, buscando, desde logo, evoluir da era industrial para a era do conhecimento (BRASIL, 2012b). O Exército, para atender às demandas impostas por suas obrigações perante a sociedade, concebeu um Sistema de Preparo que visa a manter o efetivo da Força Terrestre em estado de prontidão permanente.

ⁱ Maj Art (AMAN/00, EsAO/07). Atualmente, é aluno da ECEME.

ⁱⁱ Maj Inf (AMAN/99, EsAO/07). Atualmente, é aluno da ECEME.

ⁱⁱⁱ Maj Art (AMAN/00, EsAO/07). Atualmente, é aluno da ECEME.

^{iv} Maj Inf (AMAN/00, EsAO/09). Atualmente, é aluno da ECEME.

^v Maj Cav (AMAN/02, EsAO/11). Atualmente, é aluno da ECEME.

O presente estudo proporciona a reflexão de alguns atores — Ministério da Defesa, Ministério de Relações Exteriores, Sociedade e Comunidade Acadêmica — sobre o papel do Exército Brasileiro. Ao Ministério da Defesa cabe promover a articulação com os demais órgãos do Estado e da sociedade brasileira sobre os assuntos de defesa e segurança nacional, com a finalidade de coordenar todas as ações do Poder Nacional. O Ministério das Relações Exteriores é o órgão político da administração direta cuja missão institucional é auxiliar o presidente da República na formulação da Política Externa Brasileira. A Política Externa, por sua vez, consiste no conjunto de medidas e ações estabelecidas pelo Governo Federal para garantir a consecução dos objetivos e interesses do Brasil no exterior, particularmente em seu entorno estratégico (BRASIL, 2008).

Além destes, a sociedade brasileira é fundamental para o alinhamento político, estratégico, operacional e tático dos objetivos nacionais que remetem à defesa do Brasil, haja vista ser inimaginável o emprego da expressão militar do Poder Nacional em dissonância com a vontade de seu povo, o que seria ilegítimo e contrário aos princípios fundamentais norteadores das Forças Armadas. Por fim, a Academia representa o interesse de estudiosos nos assuntos de defesa, que tem aumentado no Brasil, o que é comprovado pelo incremento de simpósios, pesquisas, trabalhos, cursos e disciplinas que tratam de Defesa nas instituições de ensino superior, contribuindo para maior disseminação dos assuntos desta área, o que afeta diretamente as Forças Armadas.

Neste contexto, a visão do papel do Exército Brasileiro no cumprimento de suas missões constitucionais, por parte dos supracitados atores, permite melhor reflexão a respeito do estado de preparação e prontidão da Força para atender às demandas nacionais.

O objeto deste estudo é a visão do Ministério da Defesa, do Ministério das Relações Exteriores, da Comunidade Acadêmica e da sociedade brasileira no que se refere ao perfil desejado para o Exército Brasileiro para o cumprimento de suas missões constitucionais. Ele tem por finalidade, ainda, apresentar reflexão sobre o perfil desejado para o Exército Brasileiro, oriundo da visão dos atores citados, destacando os aspectos vocacionais de emprego do Exército Brasileiro e a necessidade de preparação direcionada aos desafios e às ameaças dos novos cenários.

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral deste artigo, foram formulados objetivos específicos, de forma a encadear logicamente o raciocínio teórico apresentado neste estudo, que são: descrever a visão do Ministério da Defesa, do Ministério das Relações Exteriores, da Comunidade Acadêmica e da sociedade brasileira no que se refere ao papel do Exército Brasileiro; e identificar as possíveis ameaças e os novos desafios à preparação e à prontidão do Exército Brasileiro.

A reflexão sobre a visão destes atores a respeito do papel do Exército Brasileiro permite identificar variáveis que podem influenciar no preparo e na prontidão da Força Terrestre, haja vista que representam indicadores de eficiência e efetividade para nortear o cumprimento das missões do Exército.

Por fim, este artigo pretende, fruto da consolidação dos conhecimentos de outros

atores institucionais e não institucionais, citados anteriormente, fornecer subsídios que poderão ser aplicados no processo de customização do Sistema de Preparo do Exército Brasileiro, considerando as suas capacidades adequadas às suas vocações.

A pesquisa a ser realizada neste trabalho pode ser classificada como descritiva. Quanto à metodologia, o artigo em tela faz a opção pelo método indutivo para se chegar à análise final. Como procedimento, este trabalho realizar-se-á por meio de observação direta, e a pesquisa será bibliográfica e documental, em artigos, teses e dissertações, já publicados, visto que permitiram elaborar um plano de trabalho que contenha uma proposta de abordagem exequível da temática, valorizando os conceitos, as ideias principais e os objetivos a serem atingidos.

Desenvolvimento

A visão do Ministério da Defesa

Esta seção apresenta, de forma ampla, a visão do Ministério da Defesa sobre o papel do Exército, destacando a legislação em vigor e o que se espera do Exército para o cumprimento dos objetivos estratégicos.

O Ministério de Defesa foi criado em 1999 e é o órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha do Brasil, pelo Exército Brasileiro e pela Força Aérea Brasileira. Sua atribuição é promover a articulação com os demais órgãos do Estado e da sociedade brasileira sobre os assuntos de defesa e segurança nacional, com a finalidade de coordenar todas as ações do Poder Nacional nesse sentido.

Em um primeiro aspecto da visão do Ministério, cabe destacar a legislação vigente. Os documentos elaborados promovem sinergia nacional em torno do assunto de Defesa. As sucessivas edições da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, documentos orientadores da defesa brasileira, oriundos de amplo debate com diversos segmentos da sociedade, norteiam o planejamento setorial de alto nível, estabelecendo, entre outros, os objetivos e as diretrizes para o preparo e o emprego das Forças Armadas, em especial do Exército Brasileiro, em sua missão de defesa da pátria e de garantia dos poderes constitucionais.

A Política Nacional de Defesa fixa os objetivos da Defesa Nacional e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los. A Estratégia Nacional de Defesa, por sua vez, estabelece como fazer o que foi estabelecido pela Política. (BRASIL, 2012a)

Na Política Nacional de Defesa, os objetivos nacionais de Defesa definem o que se almeja do país segundo sua estatura político-estratégica, sua soberania e seus interesses nacionais. Dentre outros, cabe ressaltar alguns que são mais atinentes ao papel do Exército, que são: contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacional; manter as Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional; e estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais (BRASIL, 2012a).

Considerando esta legislação, representada pela Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, documentos do mais alto nível, o Exército Brasileiro se caracteriza como um dos baluartes da defesa nacional e da projeção internacional do país.

Um segundo aspecto sobre a visão do Ministério é o destaque aos objetivos estratégicos do Exército Brasileiro, constantes na Estratégia Nacional de Defesa. Dentre outros, o Exército Brasileiro cumprirá sua destinação constitucional e desempenhará suas atribuições, na paz e na guerra, sob a orientação dos conceitos estratégicos de flexibilidade e de elasticidade; o Exército, embora seja empregado de forma progressiva nas crises e na guerra, deve ser constituído por meios modernos e por efetivos muito bem adestrados; o Exército continuará a manter reservas regionais e estratégicas, articuladas em dispositivo de expectativa; e o Exército deverá ter capacidade de projeção de poder, constituindo uma Força, quer expedicionária, quer para operações de paz, ou de ajuda humanitária, para atender compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais ou para salvaguardar interesses brasileiros no exterior.

Neste contexto, nota-se que o Ministério da Defesa identifica no Exército Brasileiro um ator de grande relevância para atuar tanto em território nacional quanto no exterior, a fim de garantir os interesses do Brasil e de cumprir suas missões constitucionais.

Outro aspecto da visão do Ministério da Defesa é a interoperabilidade entre as três Forças Singulares. Segundo o *Glossário das Forças Armadas*,¹ entende-se como interoperabilidade, a capacidade de forças militares

nacionais ou aliadas operarem, efetivamente, de acordo com a estrutura de comando estabelecida, na execução de uma missão de natureza estratégica ou tática, de combate ou logística, em adestramento ou instrução. O desenvolvimento da interoperabilidade busca otimizar o emprego dos recursos humanos e materiais, assim como aprimorar a doutrina de emprego das Forças Armadas. A consecução de um alto grau de interoperabilidade está ligada diretamente ao maior ou menor nível de padronização de doutrina, procedimentos, documentação e de material das Forças Armadas.

Conforme o ministro de Estado da Defesa, general de exército Joaquim Silva e Luna,² a interoperabilidade é uma das linhas mestras do Ministério e deve ser buscada pelas Forças Singulares, desde as aquisições de produtos de defesa comuns às três Forças até o pleno emprego em operações conjuntas.

Diante do exposto, nota-se que o Ministério da Defesa atribui ao Exército Brasileiro responsabilidades e capacidades de que este deverá ser dotado para atender às demandas de defesa em território nacional e no exterior. A geração de capacidades é regulada por meio dos programas estratégicos e da evolução dos fatores fundamentais, que são a doutrina, a organização, o adestramento, o material, o ensino, o pessoal e a infraestrutura (BRASIL, 2014a).

Ademais, as responsabilidades e os objetivos, atribuídos pelo Ministério da Defesa, estão diretamente relacionados ao nível de preparo dos integrantes do Exército e de seu emprego, no que tange à manutenção da interoperabilidade conjunta com as outras Forças.

Desta feita, infere-se que o Ministério da Defesa potencializa as capacidades das Forças Armadas, em especial do Exército Brasileiro, para que tenha as melhores condições de cumprir seu papel nas missões constitucionais, com destaque para a defesa do território nacional e a projeção internacional do Brasil, com equipamentos e armamentos modernos. Ademais, é imperiosa a preparação adequada e eficiente do Exército para responder às demandas do Ministério da Defesa.

A visão do Ministério de Relações Exteriores

O Ministério de Relações Exteriores é o órgão político da administração direta cuja missão institucional é assessorar o presidente da República na formulação da Política Externa Brasileira. A Política Externa, por sua vez, consiste no conjunto de medidas e ações estabelecidas pelo Governo Federal para garantir a consecução dos objetivos e interesses do Brasil no exterior, particularmente em seu entorno estratégico (BRASIL, 2008).

O Estado Brasileiro tem como atribuição prover a segurança e a defesa da sociedade. O conjunto de medidas e ações estatais, com ênfase na expressão militar, empregado para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas está relacionado à Política de Defesa, e as Forças Armadas constituem o instrumento militar-estatal disponível, prioritariamente, para a execução da Defesa Nacional.

A Política Externa e a Defesa Nacional são intimamente ligadas. Forças Armadas capazes complementam e dão sustentação a

uma política externa independente, pois ampliam sua capacidade de negociação. A política externa, por sua vez, utiliza as Forças Armadas para dissuadir eventuais agressores e cooperar com países aliados, exercendo assim, um poder persuasivo. (ALSINA JUNIOR, 2009)

Segundo Alsina Junior (2009), a política externa utiliza as Forças Armadas para dissuadir eventuais agressores e cooperar com países aliados, exercendo assim, um poder persuasivo.

A Estratégia de Dissuasão refere-se à manutenção de forças militares suficientemente poderosas e prontas para o emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer agressão militar. (BRASIL, 2015b)

Neste sentido, o Exército Brasileiro, como componente terrestre e possuidor do maior efetivo e da maior quantidade de armamentos e equipamentos, apresenta-se como protagonista na defesa do território nacional e com capacidades plenas de dissuadir qualquer ameaça.

O Brasil tem laços de cooperação com países e blocos tradicionalmente aliados, que possibilitam a troca de conhecimento em diversos campos, inclusive a defesa. Ao mesmo tempo, conforme a Política Nacional de Defesa, buscam-se parcerias com nações desenvolvidas ou emergentes para ampliar esses intercâmbios. É o momento em que o Ministério da Defesa atua com o Ministério de Relações Exteriores na cooperação em defesa — sendo que este, diretamente, nas relações multilaterais —, proporcionando

às três Forças oportunidade de aperfeiçoar seus oficiais e sargentos com experiências em outros países.

Nesta questão, o Brasil possui, ainda, densa cooperação em temas de defesa com os parceiros da África Lusófona. Além dos tratados bilaterais sobre o tema, assinados com diversos países, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa realiza, regularmente, o Exercício Combinado-Conjunto Felino, cujo objetivo é incrementar a interoperabilidade das Forças Armadas de seus estados-membros e treinar o emprego em operações de apoio à paz e de ajuda humanitária, sob a égide da Organização das Nações Unidas, gerando oportunidades para se aprimorarem as capacidades das Forças Armadas do Brasil, em especial do Exército Brasileiro, que participa com maior efetivo e quantidade de material de emprego militar.

O Exército Brasileiro participa do Exercício Felino, que é desenvolvido em duas fases, sendo a primeira, na carta, em um dos países, e a segunda fase, no terreno, em outro país. Participam do Exercício todos os países integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — Brasil, Angola, Portugal, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Timor Leste e Cabo Verde.

Ainda, na Cooperação Militar na Faixa de Fronteira, o Brasil tem estabelecido, no âmbito do Ministério de Relações Exteriores, parcerias com as nações vizinhas, a fim de combater grupos ligados ao narcotráfico e prevenir os crimes transfronteiriços. A parceria entre Brasil e Paraguai, firmada em 2016, tem o objetivo de realizar um trabalho de cooperação em defesa, com o com-

partilhamento de informações de interesse comum e a execução de operações militares na fronteira, visando combater o tráfico de drogas e armas, bem como todas as atividades criminosas que geram insegurança e preocupação para ambos os países.

No cumprimento desta cooperação com o Paraguai, o Exército Brasileiro, pelo desdobramento de suas organizações militares na faixa de fronteira, com este país vizinho, participa diretamente do combate aos crimes transfronteiriços, por terra, o qual exige um preparo adequado e uma capacitação específica para as operações de faixa de fronteira.

O Ministério de Relações Exteriores tem como uma das principais atribuições a busca pela paz e segurança internacional. A participação do Exército Brasileiro em missões de paz ocorre desde a década de 1950, quando o Batalhão Suez, sob a égide da ONU, atuou como tropa integrante da Força de Emergência das Nações Unidas no Egito. Desde então, a destacada participação de tropas brasileiras em operações de paz projeta o nome do Brasil no âmbito da ONU, e a atuação na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), no período de 2004 a 2017, missão de maior importância assumida pelo país e pelo Exército Brasileiro, ratificou esta relevância do Brasil.

Além disto, a experiência de 13 anos do Haiti serviu para a obtenção de ensinamentos colhidos e lições aprendidas no intuito de gerar e aprimorar capacidades para o Exército Brasileiro, que liderou a missão e empregou cerca de 37 mil militares, preparados e adestrados, ao longo deste período, conforme abaixo:

Do ponto de vista militar, o Brasil enviou cerca de 37 mil militares para a MINUSTAH, organizados em 26 contingentes em sistema de rodízio, o que viabilizou o acúmulo de importantes experiências profissionais e pessoais, com positivos impactos para as Forças Armadas. A MINUSTAH foi fundamental para que o preparo para atuar em missões de paz pudesse ser aperfeiçoado, tornando-se referência mundial. (HAMANN E.P.; TEIXEIRA, C.A.R., 2017)

Segundo o manual de Operações, a atuação em apoio à Política Externa permite às Forças Armadas — em especial ao Exército — serem empregadas em apoio a esta política em tempo de paz ou crise com vistas a reforçar ações de caráter político, diplomático, econômico e psicossocial, o que contribui diretamente para as ações do Ministério de Relações Exteriores.

Diante do exposto, é possível constatar que o Ministério de Relações Exteriores possui atribuições voltadas à política externa que contemplam a atuação direta das Forças Armadas, em especial do Exército Brasileiro, à medida que projeta internacionalmente o Brasil e as Forças Armadas em exercícios militares, intercâmbios e operações de paz, atuando com nações amigas de todos os continentes, exigindo uma *performance* eficiente e profissional deste componente militar.

Neste contexto, é imperioso que o Exército Brasileiro tenha o mais alto nível de preparo para participar das operações e dos exercícios intermediados por este Ministério, a fim de que represente o país nas melhores condições e projete poder diante da comunidade regional e internacional, seja por meio da qualidade do seu pessoal, seja pelo material de emprego militar utilizado.

A visão da sociedade brasileira

A compreensão do papel do Exército Brasileiro na sociedade é de grande importância para a concepção do sistema de preparo da Força Terrestre, uma vez que a sociedade brasileira é a grande cliente do trabalho desenvolvido pela Instituição. Neste contexto, as Forças Armadas, por meio do Ministério da Defesa, vêm buscando envolver a nação brasileira, de maneira intensa, nos assuntos de defesa. Assim, foi concebida a Estratégia Nacional de Defesa que revela o seguinte:

O Brasil ascenderá ao primeiro plano no cenário internacional sem buscar hegemonia. O povo brasileiro não deseja exercer domínio sobre outros povos. Quer que o Brasil se engrandeça sem imperar. O crescente desenvolvimento do Brasil deve ser acompanhado pelo aumento do preparo de sua defesa contra ameaças e agressões. A sociedade brasileira vem tomando consciência da responsabilidade com a preservação da independência do país. (BRASIL, 2012b)

A Política Nacional de Defesa, por sua vez, defende a visão de que todos os segmentos da sociedade devem participar da construção dos fundamentos da política pública de defesa. Além disto, o documento alerta para ausência de percepção de ameaças, tendo em vista o longo período de paz vivido pelo Brasil no seu entorno estratégico regional, o que impacta na falta de consciência da sociedade em relação ao papel do Exército Brasileiro e as funções que deve desempenhar (BRASIL, 2012c).

Em 2014, o Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) realizou uma pesquisa para compreender a percepção da

sociedade sobre as políticas públicas, entre elas, as políticas de defesa. Analisando este documento, pode-se verificar que as Forças Armadas, em particular o Exército Brasileiro, são percebidos como “resolvedores de crises”, embora seja notada uma carência de recursos para as necessidades relacionadas à Defesa Nacional, o que limita a atuação da Força Terrestre.

A pesquisa também aponta que a principal ameaça para a sociedade é o crime organizado, sendo que o combate às facções é uma das principais missões a serem cumpridas pelos militares, em especial nas operações na faixa de fronteira no combate aos crimes transfronteiriços.

Além do combate ao crime organizado, percebeu-se que a sociedade incorporou a visão de que o Exército deve prestar apoio ao desenvolvimento nacional e assistência à população. Isto se deve à participação da Força em atividades subsidiárias, como o apoio às populações ribeirinhas na Amazônia, a Operação Pipa no Nordeste, o Combate à Dengue, além da atuação dos batalhões de engenharia de construção e batalhões ferroviários na construção de pontes, estradas e aeroportos, dentre outros exemplificados abaixo:

Os “Programas Sociais da Defesa”, atividades voltadas para integração entre Forças Armadas e a sociedade civil, são, nesse sentido, uma forma efetiva de envolvimento com as demandas da sociedade. Dentre as principais iniciativas, destacamos o “Projeto Soldado Cidadão”, que qualifica social e profissionalmente os recrutas do serviço militar obrigatório, preparando-os para as demandas de trabalho; o “Programa Caíla Norte”, que promove a ocupação e o desenvolvimento social da região amazônica com projetos de infraestrutura (estradas, pontes, creches etc.), e projetos sociais como escolarização e mutirões médicos; e o “Programa Força no Esporte”, que promove, em parcerias com outros ministérios, a integração social pela prática esportiva com reforço escolar, orientações educacionais, serviço médico e odontológico e inserção profissional. (LIMA et al., 2017)

A pesquisa do SIPS também apontou outras ameaças consideradas relevantes, como desastres ambientais e climáticos, epidemias e guerras. Assim, nota-se que o Exército deve possuir um sistema de preparo que permita a prontidão, além de ser eficaz e suficientemente flexível para fazer frente desde a guerra até o mais variado espectro das demandas sociais.

As Forças Armadas Brasileiras foram apontadas pela Fundação Getúlio Vargas, em 2017, como a instituição mais confiável do país, constatação que vem se repetindo ano após ano, o que permite inferir que os militares vêm atendendo aos anseios da sociedade.

Outra constatação significativa foi que a sociedade demonstrou, durante a pesquisa do SIPS, um padrão consistente de apontamentos, que denota a existência de percepções consolidadas sobre as dimensões da Defesa Nacional e o desempenho que esperam das Forças Armadas e do Exército.

Do exposto, percebe-se uma evolução na disseminação da cultura de defesa e o êxito do lançamento da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa, que alcançaram parte de seus objetivos, ao aproximar a sociedade nacional dos assuntos de defesa, o que impacta positivamente na visão sobre a Força Terrestre.

Ademais, o constante emprego das tropas do Exército, que lhe confere um papel protagonista nos problemas internos do país — em ações internas em território nacional, tais como operações de garantia da lei e da ordem e de garantia da votação e apuração, apoio aos grandes eventos, apoio às calamidades públicas e ao desenvolvimento nacional, dentre outras — tem aproximado a Sociedade dos estudos de Defesa, especialmente do Exército, e tem desenvolvido o pensamento crítico da Sociedade acerca do emprego das Forças Armadas, conforme ratificado abaixo:

Em contraponto, as Forças Armadas (FA) continuaram mantendo altos índices de aceitação e respeitabilidade, no âmbito do grande público. Esse fenômeno ocorreu, principalmente, em consequência da visibilidade das ações subsidiárias, sociais e policiais e não, necessariamente, em decorrência das missões tradicionais de defesa externa: missões que justificam a manutenção do aparato bélico, do permanente planejamento e preparo e da própria esência militar. (PEREZ, 2018)

Desta feita, é importante destacar que o Exército Brasileiro precisa estar preparado para atender aos anseios da sociedade brasileira, sempre em consonância com as suas missões constitucionais, quer seja em operações de garantia da lei e da ordem, quer seja em ações subsidiárias ou de cooperação ao desenvolvimento nacional.

A visão da Comunidade Acadêmica

Segundo Villa (apud BELESSA, 2016), o interesse acadêmico no Brasil é cada vez maior quando se trata de assuntos de defesa.

Em uma sociedade democrática, a Academia desempenha importante papel junto às instituições do Estado, produzindo conhecimento e análise crítica sobre questões de interesse da sociedade. Graças ao esforço empreendido por entidades como a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) e a iniciativas como o Pró-Defesa, de estímulo a pesquisas que visam desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro nesse setor, o registro de trabalhos acadêmicos relativos à Defesa Nacional aumentou significativamente nos últimos anos.

Por meio dos estabelecimentos de ensino, o Exército tem incrementado o número de parcerias com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a fim de fomentar o desenvolvimento de estudos e a criação de linhas de pesquisa voltadas aos temas de Defesa e Segurança Nacional. Esta aproximação Academia-Defesa é evidente em ações como o Sistema Defesa, Indústria e Academia de Inovação (SisDIA), nos programas de pós-graduação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, da Escola de Guerra Naval e da Escola Superior de Guerra, e na realização e participação de fóruns e seminários que debatem assuntos de segurança e defesa com a presença acadêmica.

Historicamente, as Forças Armadas sempre estiveram presentes nos episódios mais marcantes da caminhada em busca do desenvolvimento e da democracia no Brasil. Atualmente, o constante emprego das tropas do Exército tem gerado discussões e profundos debates sobre as suas atuações e as

condições de emprego, junto aos membros da Comunidade Acadêmica. Ferreira (2016) considera necessária a modernização de equipamentos para o melhor cumprimento das missões constitucionais, sobretudo de defesa da pátria, defendendo o “aumento do poderio militar para que o país não esteja vulnerável a ameaças”.

Segundo Visentini (2018), há a necessidade de uma preparação qualificada do pessoal, no sentido de que o militar deva compreender a realidade, isto é, como o mundo e as forças políticas funcionam. Hirata (2015) afirma que o protagonismo das Forças Armadas, em particular do Exército, é evidente quando ocorre o emprego integrado de diversos órgãos e agências, tratando a Instituição como “líder” durante a coordenação das atividades. Ele, ainda, chama atenção para as operações na faixa de fronteira, nas quais esta liderança fica ainda mais evidente.

Oliveira (2016) afirma que as atividades de manutenção da paz em território estrangeiro tornaram-se mais evidentes com a atuação das tropas do Exército no Haiti, embora haja críticas de alguns estudiosos, em virtude da situação interna brasileira e dos gastos gerados com essas atividades. Por outro lado, verifica-se que muitos pesquisadores da área de Relações Internacionais reiteram a importância das missões de paz para a projeção internacional do Brasil.

Para D’Araújo (2009), as lideranças do Exército atualmente

têm uma ideia de profissionalismo muito mais forte e não têm um projeto político, são servidores do Estado e obedecem ao governo democrático de direito e à Constituição.

Em 2018, diante da situação da Intervenção Federal no Rio de Janeiro e das operações de garantia da lei e da ordem (GLO), D’Araújo (2018) reitera que o Exército não quer poder e que os militares poderão pagar um preço alto por estar à frente da segurança do Rio, caso a intervenção fracasse, e vê o protagonismo como circunstancial.

Ademais, atualmente ocorre a utilização do Exército para políticas sociais, como saúde, educação e infraestrutura. Além disso, as “missões humanitárias” estão presentes, sobretudo “quando a sociedade está em risco”. (D’ARAÚJO, 2009).

Destarte, conclui-se que a integração entre Academia e Defesa é cada vez mais evidente. Neste sentido, a visão acadêmica sobre o papel do Exército no cumprimento de suas missões ganha relevância. A existência de programas na área de defesa que motivem os acadêmicos permite a aquisição de conhecimentos e a consequente qualificação profissional, além da interação entre militares e acadêmicos, favorecendo maior troca de conhecimento.

Cabe ressaltar que, na visão acadêmica, o Exército atua na defesa da pátria, em ações subsidiárias, com outras agências, em operações sob a égide da Organização das Nações Unidas, em operações de GLO, em apoio ao desenvolvimento nacional e nas ações cívico-sociais, atuando com liderança na coordenação das operações com outras agências, pela capacidade de seus militares e sua estrutura hierarquizada. No entanto, nota-se que alguns acadêmicos destacam a necessidade de se prover ao Exército e às outras forças melhores equipamentos e armamentos para o cumprimento de suas missões constitucionais.

Por fim, a Academia, representada por alguns acadêmicos, reitera as vertentes do Exército, como o “Braço Forte” e a “Mão Amiga”, o que requer um preparo adequado da Força para atender às demandas nas melhores condições.

Considerações finais

O Ministério da Defesa, o Ministério de Relações Exteriores, a Sociedade e a Comunidade Acadêmica apresentam visões diferenciadas sobre o papel do Exército, mas que convergem para a necessidade do preparo da Força para a consecução das missões estabelecidas, de acordo com a forma de atuação.

A reflexão da visão do Ministério da Defesa sobre o papel do Exército é de suma importância porque retrata como é fundamental a sua participação na consecução dos objetivos nacionais de defesa e estratégicos, os quais exigem tropas com o preparo adequado e capacitada para a defesa da pátria e para as operações de manutenção da paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas, atuando em conjunto com as demais forças singulares.

A contribuição com a política externa norteia a projeção internacional do Brasil como força militar capaz de dissuadir ameaças no seu entorno estratégico. Neste contexto, o Ministério de Relações Exteriores enfatiza a participação das tropas do Exército Brasileiro em operações combinadas, exercícios militares, operações de paz e intercâmbios, os quais contribuem para se aprimorar o adestramento das tropas, com base no preparo realizado.

A visão da sociedade brasileira apresentou uma análise de pesquisas realizadas com base nas ações do Exército Brasileiro em território nacional, em especial nas operações de garantia da lei e da ordem e nas atribuições subsidiárias, as quais retratam a importância do papel do Exército, ressaltando a sua liderança e o seu protagonismo, evidenciados no índice de credibilidade das Forças Armadas perante a Sociedade.

Alguns acadêmicos destacaram a participação do Exército Brasileiro em missões de paz, em operações de garantia da lei e da ordem, no apoio à Intervenção Federal, e no combate aos crimes transfronteiriços na faixa de fronteira, ressaltando a necessidade da aquisição de equipamentos e armamentos adequados e da preparação da tropa da melhor forma possível. Isto reforça a necessidade de adequação do atual Sistema de Preparo da Força Terrestre para atender às demandas existentes, de acordo com as características das operações e do ambiente operacional.

Ademais, nota-se que a Comunidade Acadêmica é um ator importante para o preparo da Força Terrestre. Os intercâmbios com este segmento permitem que o Exército, também, divulgue suas atividades e sua cultura organizacional, conscientizando professores e alunos sobre a importância desta Instituição, e contribua na elaboração de projetos de pesquisa na área de defesa, que podem favorecer o desenvolvimento de equipamentos, teorias e tecnologias para a geração de novas capacidades na Força.

Por fim, a visão dos atores supramencionados sobre o papel do Exército

Brasileiro ratifica que a Força deverá estar sempre pronta e preparada para cumprir as diversas missões constitucionais que lhe são atribuídas, tais como operações de defesa da pátria, operações de garantia da lei e da ordem, operações de garantia de apuração e votação, operações na faixa de fronteira, operações de paz e atribuições subsidiárias, entre outras operações de coordenação e cooperação com agências.

E que, considerando as demandas e expectativas dos atores, anteriormente citados, e a indispensável racionalização do emprego dos recursos disponíveis, o Exército Brasileiro pode adequar o seu Sistema de Preparo “vacionando” suas organizações militares para o emprego específico em suas áreas de responsabilidade, sem deixar de atender a seus objetivos estratégicos e as suas missões constitucionais. ☀

Referências

- ALSINA JUNIOR, J.P.S. **O poder militar como instrumento da política externa contemporânea.** Revista Brasileira de Política Internacional. Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p.173-191, 2009.
- BELESSA, M. **Militares e acadêmicos debatem a defesa do Brasil.** Painel realizado na Universidade de São Paulo (Instituto de Estudos Avançados). São Paulo, 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto constitucional originalmente publicado no Diário Oficial da União de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 29 de agosto de 2018.
- BRASIL. **Política Nacional de Defesa.** Aprovada pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005 e atualizada em 2012. Brasília, DF, 2012a.
- BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa.** Aprovada pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005 e atualizada em 2012. Brasília, DF, 2012b.
- BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional.** Disponível em <www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>. Brasília, 2012c.
- BRASIL. Exército. **EB20-C-07.001 Catálogo de Capacidades do Exército 2015 - 2035.** Brasília, 2015a.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **MD 35-G-01 Glossário das Forças Armadas.** 5. ed. Brasília, DF, 2015b.
- BRASIL. Exército. **Concepção Estratégica do Exército.** Estado-Maior do Exército, Brasília, 2017a.
- BRASIL. Exército, **Plano Estratégico do Exército 2016-2019.** Estado-Maior do Exército, Brasília, 2017b.

BRASIL. Exército Brasileiro. **EB70-MC-10.223 Operações**. 5. ed. Brasília, DF, 2017c.

BRASIL. **Escritório de Projetos do Exército Brasileiro (EPEX)**, 2018. Disponível em: <www.epex.eb.mil.br/index.php/texto-explicativo>. Acesso em: 23 de abril de 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (RISE)**. Aprovado por meio da Portaria Nr 212, de 30 de abril de 2008, do Ministro de Relações Exteriores. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/images/RISE.pdf>. Acesso em 05 de setembro de 2018.

D'ARAÚJO, M.C. **O papel das Forças Armadas no Brasil e na América Latina. 2009**. Disponível em: <www.amaivos.uol.com.br/amaivos2015/?pg=noticias&cod_canal=41&cod_noticia=13821>. Acesso em 12 de abril de 2018.

D'ARAÚJO, M.C. **Forças Armadas não têm projeto de retomada do poder**. Entrevista ao Jornal O Estado, em 4 mar 2018. Disponível em: <www.politica.estadao.com.br/noticias/geral,forcas-armadasnao-tem-projeto-de-retomada-de-poder,70002212850>. Acesso em 12 de abril de 2018.

FERREIRA, O. **Para que servem as Forças Armadas?**. Revista Superinteressante – História, 31 out 2016. Disponível em: <www.super.abril.com.br/historia/para-que-servem-as-forcas-armadas/>. Acesso em 7 de abril de 2018.

FERREIRA, A.B.H. **Miniaurélio Século XXI Escolar**. 4 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

HAMANN, E.P. **Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016**. Instituto Igarapé. Edição Especial, Jan 2015.

HAMANN, E.P.; TEIXEIRA, C.A.R. (Org.). A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. **Instituto Igarapé: a think and do tank**, v. Especial, p. 121, 2017

HIRATA, D. **Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do “Arco Norte”**. Ciencia e Cultura. v.67, n. 2, São Paulo Abril/Junho 2015.

LIMA, M.R.S. e colab. **Atlas da Política Brasileira de Defesa**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO: Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017.

Ministério da Defesa. **Defesa e Academia**. Disponível em <www.defesa.gov.br/ensino-e-pesquisa/defesa-e-academia>. Acesso em 17 de março de 2018.

MOLINA, G.V. **O papel das Forças Armadas no Estado Democrático de Direito**. Disponível em: <<http://gabivmolina.jusbrasil.com.br/artigos/328585886/o-papel-das-forcas-armadas-no-estado-democratico-de-direito>>. Acesso em 22 de março de 2018.

OLIVEIRA, E.R. **Para que servem as Forças Armadas?** Revista Superinteressante – História, 31 out 2016. Disponível em: <www.super.abril.com.br/historia/para-que-servem-as-forcas-armadas/>. Acesso em 7 de abril de 2018.

PEREZ, A.P.S. As Forças Armadas e a Sociedade. Revista Eletrônica EBLOG do Exército Brasileiro. Setembro, 2018.

ROCHA, F.C.W. Utilização das Forças Armadas no Policiamento das Fronteiras, da Costa Marítima e do Espaço Aéreo. Revista Consultoria Legislativa, Rio de Janeiro, p. 1-19, outubro 2007.

VISENTINI, P.G.F. Palestra proferida por ocasião do XVIII Ciclo de Estudos Estratégicos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Rio de Janeiro, RJ. ECEME, 2018.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ BRASIL. Ministério da Defesa. MD 35-G-01 - Glossário das Forças Armadas. 5. ed. Brasília, DF, 2015b.

² O artigo foi escrito em 2018.

Exército Brasileiro e Exército de Terra espanhol

Uma visão comparativa

*Jesús Padín**

Introdução

O Exército Brasileiro (EB) e o Exército de Terra espanhol (ET) organizam-se e preparam-se para cumprir as missões previstas em seus respectivos diplomas legais e para dar resposta adequada e pertinente aos desafios identificados nas respectivas estratégias de defesa ou de segurança nacional.

O artigo em pauta apresenta uma comparação entre ambos os exércitos, tarefa que deve ser necessariamente superficial, uma vez que o estudo pormenorizado da matéria exigiria a elaboração de vários e extensos trabalhos monográficos. Partindo da existência das diferentes realidades nacionais brasileira e espanhola, bem como das dimensões regionais sul-americana e europeia, com condicionantes e demandas desiguais, o trabalho apresenta as principais características dos dois exércitos em aspectos como a organização, a estruturação do pessoal militar, as missões atribuídas e as operações nas quais participam, o preparo da força, o ensino, e os processos de transformação nos quais ambas as forças terrestres estão

imersas. Tudo isso, sem outro propósito que não seja identificar os elementos comuns e distintos nos quais os exércitos brasileiro e espanhol se organizam e articulam para cumprir suas respectivas missões.

Organização

O ET é constituído pelo Quartel-General¹ do Exército, a Força e o Apoio à Força, enquanto o EB é composto pelo Estado-Maior do Exército, vários órgãos de assistência direta e imediata ao comandante do Exército, sete órgãos de direção setorial e operacional e a Força Terrestre. Em seguida, as estruturas de ambos os exércitos serão detalhadas e comparadas.

Órgãos de direção-geral

O nível superior de direção-geral do EB é de responsabilidade do Estado-Maior do Exército (EME) e dos seguintes órgãos de assistência direta e imediata ao comandante do Exército: Gabinete do Comandante do Exército, Centro de Inteligência do Exército, Centro de Comunicação Social do Exército,

* Cel Inf do Exército de Terra espanhol, ex-aluno (2014) e ex-instrutor (2015-18) da ECEME.

Secretaria-Geral do Exército, Centro de Controle Interno do Exército e Consultoria Jurídica Adjunta do Comandante do Exército.

Por sua vez, o Quartel-General do Exército (CGE) espanhol engloba alguns órgãos semelhantes aos existentes no EB, como o EME, a Assessoria Jurídica e o Gabinete do Chefe de Estado-Maior do Exército (JEME), em companhia de outros, como o Instituto de História e Cultura Militar e a Chefia dos Sistemas de Informação, Telecomunicações e Assistência Técnica, cujos equivalentes brasileiros residem em outras estruturas orgânicas. Da mesma forma, o EB dispõe de órgãos nesse nível, como a Assessoria Parlamentar e o Centro de Inteligência do Exército, que carecem de elementos congêneres na organização do ET.

Organização da Força

No caso do Brasil, a Força Terrestre articula-se orgânica e territorialmente em oito comandos militares da área (Cmdo Mil A), com a particularidade de que não se configura a existência de um chefe deste conjunto de comandos operativos e grandes unidades, de maneira que cada general comandante de Cmdo Mil A reporta diretamente ao comandante do Exército.

A Força Terrestre do EB possui vinte brigadas de infantaria de diferentes naturezas [motorizada, mecanizada, blindada, paraquedista, leve, leve (aeromóvel), leve (montanha), de fronteira e de selva] e cinco brigadas de cavalaria (mecanizada e blindada). Algumas delas estão integradas nas quatro divisões de exército que possui o EB, enquanto outras dependem diretamente de seus respectivos comandos militares de área.

Além disso, conta com o Comando

de Operações Especiais, o Comando de Artilharia do Exército, o Comando de Aviação do Exército e uma Brigada de Artilharia Antiaérea. Por outro lado, fora da estrutura da Força Terrestre, o Departamento de Ciência e Tecnologia do EB dispõe de elementos de apoio ao combate integrados ao Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica e ao Comando de Defesa Cibernética, o último dos quais atua em benefício do EB e do conjunto das Forças Armadas.

A brigada, escalão representativo da grande unidade no EB, é composta por elementos de manobra, de apoio ao combate e de apoio logístico e adota organizações operativas modulares e flexíveis, em estruturas elásticas adaptáveis às mudanças do ambiente, podendo receber módulos de capacidades de acordo com a ameaça.

Por sua vez, a Força do ET espanhol é integrada pela Força Terrestre (FUTER), que engloba o grosso das forças expedicionárias localizadas no território peninsular espanhol, Ceuta, Melila e nas Ilhas Baleáricas; o Comando das Ilhas Canárias, que enquadra as Forças desdobradas nesse arquipélago; a Força Logística Operativa, que possui recursos logísticos desdobráveis necessários para as operações; e um Quartel-General Terrestre de Alta Disponibilidade (CGTAD).

O grosso da Força está, portanto, enquadrado na FUTER, que é comandada por um tenente-general, auxiliado pelo seu Quartel-General, e é composta pelos seguintes comandos e grandes unidades:

- Uma divisão com quatro brigadas e uma divisão com três brigadas.
- Capacidades especializadas: Comando de Artilharia de Campanha, Comando

de Artilharia Antiaérea, Comando de Engenharia, Comando de Comunicações, Comando de Operações Especiais, Forças Aeromóveis do ET (Aviação do Exército), Regimento de Defesa Nuclear, Biológica e Química (NBQ), Regimento de Cavalaria e Batalhão de Cooperação Civil-Militar (CIMIC).

- Forças de presença: comandos gerais de Ceuta, Melila e Ilhas Baleáricas.

O Comando das Ilhas Canárias possui um Quartel-General, uma Brigada, um Regimento de Artilharia Antiaérea e um Batalhão de Helicópteros de Manobra, enquanto a Força Logística Operativa é constituída por Quartel-General, Brigada Logística e Brigada de Saúde.

Na Força do ET, a brigada representa o elemento fundamental sobre o qual se articula o restante da estrutura. É desenhada como um sistema de combate integral, dotado de uma estrutura flexível, rapidamente adaptável e capaz de constituir a base para gerar diferentes capacidades operacionais que permitam atuar em todo o espectro do conflito.

O CGTAD permite estabelecer um Quartel-General de nível Força Terrestre Componente ou de Corpo de Exército, com capacidade para liderar operações multinacionais terrestres. Servem nele militares de países aliados e também constitui um Quartel-General de Desdobramento Rápido da Aliança Atlântica, com o nome de Headquarters NATO Rapid Deployable Corps – Spain (HQ NRDC-ESP).

Na comparação entre as duas forças terrestres, nota-se o papel protagonista nos dois exércitos da brigada, como grande unidade com estrutura flexível, capaz de receber mó-

dulos de capacidades de acordo com a missão a ser cumprida. Percebe-se, no entanto, que no EB as brigadas são caracterizadas por uma arma e uma especialização, atributos de que carecem as brigadas do ET, as quais, com sua natureza polivalente, só conservam sua denominação histórica e sua numeração, com exceção da Brigada “Almogávares” VI, que também mantém sua especificidade paraquedista.

Observa-se ainda uma grande analogia, em ambos os exércitos, na organização de algumas capacidades específicas em comandos (Operações Especiais, Comunicações, Aviação do Exército, Artilharia Antiaérea...), embora também sejam elencadas diferenças. Desta forma, o Comando de Artilharia de Campanha espanhol (que inclui também um Regimento de Artilharia de Costa) tem como congêneres o Comando de Artilharia do Exército e as três artilharias divisionárias do Exército Brasileiro. Da mesma maneira, enquanto no ET as capacidades de engenharia não pertencentes às brigadas enquadram-se no Comando de Engenharia, o EB possui vários grupamentos de engenharia, grandes unidades de valor brigada, integrados aos comandos militares de área.

Por outro lado, o ET carece de um órgão equivalente ao Comando de Defesa Cibernética, capacidade que, na Espanha, posiciona-se externamente à estrutura da Força Terrestre, por ser de caráter conjunto. Por sua vez, o EB não dispõe de nenhum órgão com as características do referido Quartel-General Terrestre de Alta Disponibilidade espanhol.

Descendo às tropas de valor unidade, identifica-se a existência de capacidades desiguais em algumas especialidades. Neste sentido, destaca-se o volume das unidades de

engenharia de construção do EB, especialidade na qual possui 11 batalhões, cujas capacidades seriam equivalentes às dos batalhões de caminhos e de *castrametación*² do ET. O Exército Brasileiro conta, igualmente, com nove batalhões da polícia do Exército, enquanto a Força Terrestre espanhola possui apenas um. Por sua vez, o ET dispõe de um Batalhão CIMIC e de um Grupo de Obtenção por Sistemas Aéreos, que não possuem equivalente na Força Terrestre brasileira. Por outro lado, a Artilharia do EB conta com foguetes de longo alcance, capacidade que o ET perdeu após o desfazimento do Lançador de Foguetes “Teruel”, enquanto a Força Terrestre espanhola emprega o sistema antimíssil “Patriot”, sem congêneres no EB.

Apoio à Força e órgãos de direção setorial e operacional

A estrutura do EB completa-se com o Comando de Operações Terrestres (COTER), na sua qualidade de órgão de direção operacional, e os seguintes órgãos de direção setorial, encarregados de dirigir suas respectivas áreas de atividade no Exército como um todo: Departamento-Geral do Pessoal (DGP), Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), Departamento de Engenharia e Construção (DEC), Comando Logístico (COLOG), Secretaria de Economia e Finanças (SEF) e Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT).

No caso espanhol, o Apoio à Força engloba os seguintes órgãos responsáveis pela gestão, administração e controle dos recursos humanos, materiais e financeiros atribuídos ao ET: Comando de Adestramento e Doutrina (MADOC), Comando de Apoio Logístico (MALE), Comando de Pessoal (MAPER), Inspeção Geral do Exército (IGE)

e Direção de Assuntos Econômicos (DIAE). Esta organização responde a uma estrutura por processos, que estabelece uma correspondência entre as funções destes cinco órgãos do Apoio à Força e as cinco Direções Gerais do Ministério da Defesa.

Ao comparar os órgãos de direção setorial e operacional brasileiros e os órgãos espanhóis de apoio à Força, percebem-se claras semelhanças. As organizações responsáveis pela gestão econômica e a gestão de pessoal em ambos os exércitos apresentam grandes analogias.

Também são semelhantes os comandos que dirigem o apoio logístico, embora neste caso seja necessário fazer algumas distinções. Já que, por um lado, o MALE espanhol carece de um órgão similar à Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, como armas, explosivos e blindagens, do COLOG, por estar atribuída esta função na Espanha às forças e corpos de segurança do Estado. O MALE tampouco inclui na sua estrutura orgânica uma grande unidade logística, como a Base de Apoio Logístico do Exército, subordinada ao COLOG, uma vez que a Brigada Logística e a Brigada de Saúde que compõem a Força Logística Operativa do ET fazem parte da Força.

Por outro lado, o MALE e a Chefia dos Sistemas de Informação, Telecomunicações e Assistência Técnica do CGE exercem, ao nível do Exército, algumas funções do Departamento de Ciência e Tecnologia do EB, órgão que não tem homólogo no ET, tendo em conta que, nas Forças Armadas espanholas, a direção e a gestão das atividades científico-tecnológicas estão centralizadas na Direção-Geral de Armamento e Material (DGAM) do Ministério da Defesa. Desta

forma, a obtenção dos principais materiais e sistemas do exército é de responsabilidade da DGAM, equivalente à Secretaria de Produtos de Defesa do Brasil, embora o ET participe ativamente de todas as etapas do ciclo de vida dos materiais.

Deve-se destacar o importante papel na sustentação logística dos meios fluviais do Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia. Por seu turno, a Brigada Logística do ET conta com dois navios *roll on roll off* (RO-RO) que apoiam os contingentes que participam em operações no exterior e cobrem as necessidades de transporte logístico entre a Península Ibérica e os territórios espanhóis extrapeninsulares.

A relevante contribuição para o desenvolvimento nacional das unidades de engenharia brasileiras justifica a existência do Departamento de Engenharia e Construção, órgão que, sob o comando de um general de exército, dirige e regula funcionalmente as atividades de cooperação nacional afins. Embora o ET careça de um órgão idêntico, identificam-se áreas de responsabilidade comuns entre o DEC e a Inspeção Geral do Exército espanhol, responsáveis ambos pelas questões relacionadas à infraestrutura e ao meio ambiente. A IGE executa ainda as atividades em benefício da vida vegetativa das unidades e de suas instalações; esse apoio libera os comandantes das organizações militares, dos diferentes níveis, da gestão de assuntos relacionados ao alojamento, à alimentação ou à segurança do aquartelamento, já que todos eles são realizados pela IGE, permitindo que as unidades se concentrem em suas atividades de preparo e emprego.

As áreas de competência do Departamento de Educação e Cultura do Exército

(DECEX) e do Comando de Operações Terrestres (COTER) do EB correspondem, em linhas gerais, aos âmbitos de responsabilidade do Comando de Adestramento e Doutrina (MADOC) do ET. Além de dirigir, coordenar e pesquisar em assuntos relacionados à doutrina, às estruturas orgânicas, aos materiais de emprego militar e aos sistemas de instrução, adestramento e avaliação para sua aplicação no combate, o MADOC também integra na sua estrutura orgânica todos os centros de ensino do ET.

Registram-se também algumas diferenças. O COTER inclui uma Chefia de Emprego, da qual carece o ET, uma vez que, nas Forças Armadas espanholas, o emprego de forças compete sempre ao Estado-Maior da Defesa, mesmo em operações em que participem unidades de uma única Força singular. Por outro lado, embora o COTER regule e coordene a utilização, pelas unidades usuárias, dos centros de adestramento do EB, estes não lhe pertencem organicamente, mas fazem parte da estrutura orgânica do comando militar de área onde estão localizados. Ao contrário do que acontece na Espanha, onde todos os centros de adestramento do ET estão integrados organicamente no MADOC.

Concluída a descrição das estruturas de ambos os exércitos, mostram-se em seguida os comandos e órgãos de primeiro nível que dependem diretamente do comandante do EB e do chefe de Estado-Maior (JEME) do ET, entre os quais não se incluem os órgãos de comando ou de assessoramento direto dessas autoridades, por serem eles, precisamente, responsáveis por materializar ou facilitar o exercício do comando na respectiva esfera de controle.

Exército Brasileiro	Exército de Terra espanhol
Órgãos e comandos com subordinação ao comandante do EB	Órgãos e comandos com subordinação direta ao chefe do Estado-Maior do Exército
<u>Força Terrestre</u>	<u>Força</u>
Comandos Militares da Amazônia, do Norte, do Nordeste, do Leste, do Oeste, do Sudeste, do Sul e do Planalto	Força Terrestre Comando de Canarias Força Logística Operativa Quartel-General Terrestre de Alta Disponibilidade
<u>Órgãos de Direção Setorial e Operacional</u>	<u>Apoio à Força</u>
Departamento-Geral do Pessoal Comando Logístico Comando de Operações Terrestres Departamento de Educação e Cultura Departamento de Engenharia e Construção Departamento de Ciência e Tecnologia Secretaria de Economia e Finanças	Comando de Pessoal Comando de Apoio Logístico Comando de Adestramento e Doutrina Inspeção General do Exército Direção de Assuntos Económicos
Esfera de controle total: 15 comandos e órgãos	Esfera de controle total: 9 comandos e órgãos

Tabela 1 – Esferas de controle do comandante do EB e do chefe do Estado-Maior do ET

Fonte: o autor

Em ambos os países existem forças policiais de natureza militar, alheias à estrutura das Forças Armadas. Os estados que compõem a República Federativa do Brasil possuem seus respectivos corpos de polícias militares e corpos de bombeiros militares, subordinados a seus governadores. O Comando de Operações Terrestres possui uma Inspetoria Geral responsável por supervisionar certos aspectos desses órgãos relacionados à sua organização, efetivo, equipamentos e participação em missões de paz no exterior.

Entre as Forças e Corpos de Segurança da Espanha está a Guarda Civil, que, apesar da sua denominação, tem caráter militar. No exercício de suas funções policiais, subordina-se ao Ministério do Interior, embora em algumas questões como fardamento, promoções, ensino ou operações no exterior,

mantenham relações com o Ministério da Defesa. Além disso, os oficiais da Guarda Civil realizam a primeira parte da sua formação na Academia General Militar, acompanhados de seus companheiros de turma do Exército, com quem também frequentam o Curso de Estado-Maior das Forças Armadas.

Entre as diferenças elencadas neste capítulo, cabe destacar que, no Brasil, os oficiais das Forças Auxiliares são promovidos até coronel, enquanto na Espanha os oficiais da Guarda Civil podem chegar ao posto de tenente-general.

Pessoal militar

Armas, Quadros e Serviços

Os militares do EB são distribuídos em Armas, Quadros e Serviços, de acordo com

sus competências e funções específicas. As Armas classificam-se em dois grupos: Armas Base — Infantaria e Cavalaria — e Armas de Apoio ao Combate — Artilharia, Engenharia e Comunicações. Existem, adicionalmente, os Quadros de Engenheiros Militares (equivalente aos Engenheiros Politécnicos do ET), Material Bélico (dedicado à manutenção e à logística de materiais), Complementar de Oficiais (especializados em tarefas como Administração, Direito, Informática, Idiomas e Comunicação Social, entre outros) e Auxiliar de Oficiais (ao qual se integram os graduados que são promovidos a oficiais). O EB também possui os Serviços de Intendência, Saúde e Assistência Religiosa.

A maioria dos militares do ET está enquadrada no Corpo Geral do Exército de Terra, que abrange os integrantes das Especialidades Fundamentais tradicionais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações e Especialistas (bastante equivalente ao Quadro de Material Bélico), às quais se agregou recentemente a Aviação do Exército. O Exército também possui o Corpo de Engenheiros Politécnicos do ET, semelhante aos Engenheiros Militares brasileiros, e o Corpo de Intendência, responsável pela administração e o assessoramento econômico-financeiro.

Na comparação, aprecia-se que o ET carece de um Serviço de Saúde específico como o que possui o EB, uma vez que esta função é realizada pelos integrantes do Corpo Militar de Saúde, um dos quatro Corpos Comuns das Forças Armadas, cujos membros prestam serviço no Exército de Terra, na Marinha, no Exército do Ar e nos órgãos conjuntos. Diferentemente ao que acontece no Brasil, a Saúde Militar espanhola não forne-

ce assistência sanitária à família militar, função que é realizada por entidades civis, pois concentra sua atividade nas tarefas sanitárias de natureza operativa e pericial. Os restantes Corpos Comuns são o Corpo de Música Militar, o Corpo Jurídico Militar e o Corpo Militar de Intervenção, aos que se acrescenta o Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas, cujos membros não têm a condição de militares. Desta maneira, por exemplo, um militar dos Corpos Comuns pode servir inicialmente em um submarino, em seguida, em um batalhão de infantaria e mais tarde em uma base aérea, sem que varie substancialmente a natureza das funções que realiza.

Outro traço que distingue o ET e EB decorre da existência do referido Corpo Jurídico Militar, formado exclusivamente por oficiais até o posto de general de divisão e responsável pelo assessoramento jurídico dos diferentes escalões do comando e pelo exercício das funções próprias da Justiça Militar, atividade que no EB realizam militares das Armas e do Corpo Complementar de Oficiais com formação no campo jurídico. Outro caso semelhante é o Corpo Militar de Intervenção, também formado por oficiais, que desempenha funções de controle interno da gestão econômico-financeira e de cartório militar em operações. O trabalho dos membros desses Corpos Comuns, altamente especializados em suas funções específicas, reduz a carga de tarefas burocráticas das organizações militares, permitindo-lhes concentrar-se na sua atividade fim.

Categorias dos militares

Os militares do EB pertencem às categorias de oficiais-generais, oficiais e praças, sendo que este último grupo desdobra-se

no ET nas categorias de suboficiais (subtenentes e sargentos) e tropa (integrada pelos cabos e soldados). Aqueles suboficiais que se destacam por seu prestígio e competência profissional podem atingir, após a realização de um curso, a graduação de *suboficial mayor*. Normalmente, serve um deles em cada organização militar, na qual contribui para aumentar sua coesão e conseguir a convergência de esforços para atingir o máximo desempenho individual e coletivo. Esta missão é semelhante à que realizam, desde 2016, no EB os adjuntos do comando, com a diferença de que se trata, no Brasil, de um cargo temporário, enquanto, na Espanha, constitui uma graduação específica. Na categoria de militares de tropa também existe uma graduação similar à figura do *suboficial mayor*, denominada *cabo mayor*.

Embora o EB possua um efetivo maior do que o ET, paradoxalmente tem menos postos na categoria de oficiais-generais. As diferenças começam acima de general de divisão, onde o EB, em tempo de paz, apenas dispõe do posto de general de exército, que corresponde aos chefes dos órgãos de direção-geral, setorial e operacional, bem como aos comandantes militares de área e ao próprio comandante do Exército. No ET, no entanto, o comando dos órgãos de primeiro nível é exercido por tenentes-generais e só existe um general de exército: o chefe do Estado Maior do Exército (JEME), denominação que nos países da OTAN equivale ao cargo de comandante do Exército. Além disso,

Chefe de Estado, sua majestade *el rei*, em sua condição constitucional de comandante supremo das Forças Armadas, tem o posto de capitão-general. Curiosamente, exceto o comandante do EB, os oficiais-generais brasileiros portam em suas platinas uma estrela a mais do que seus homólogos espanhóis, por isso expressões habituais, como “general de três estrelas”, podem levar a confusão no ambiente multinacional.

Efetivos

Neste capítulo, constata-se a assimetria derivada das diferentes dimensões demográficas de ambos os países, uma vez que o efetivo do EB quase triplica o do ET. A **Tabela 2** mostra a comparação do efetivo por países e categorias de pessoal, de acordo com os dados publicados no Boletim do EB (2018) e o Relatório de Situação do ET (2018), nos quais se observam o peso dos oficiais-generais, subtenentes e sargentos no EB e a maior presença de militares de tropa no ET.

	Exército Brasileiro		Exército de Terra espanhol	
	Efetivo	%	Efetivo	%
Oficiais-Generais e oficiais	32.173	14,50%	7.810	10,30%
Subtenentes e sargentos (EB)	49.410	22,20%	14.870	19,70%
Suboficiais (ET)				
Cabos e soldados (EB)	140.975	63,30%	53.000	70%
Militares de tropa (ET)				
Total	222.558		75.680	

Tabela 2 – Comparação do efetivo por países e categorias de pessoal

Fonte: o autor

No que diz respeito à presença de pessoal feminino, o EB conta com 9.100 mulheres, das quais 45% são oficiais e 55% são sargentos. Por seu turno, o ET, apesar da assimetria nas dimensões do efetivo de ambos os exércitos, integra em suas fileiras uma cifra semelhante,

8.885 mulheres, das quais 3,3% são oficiais, 8,2% suboficiais e 88,5% militares de tropa.

Distinguem-se notáveis contrastes no que tange à presença de mulheres nas categorias de militares — predominância de militares de tropa na Espanha e dos quadros de comando no Brasil — e no que diz respeito às funções que ocupam. No ET, a mulher tem acesso sem limitações a qualquer especialidade ou função, incluindo todas as tarefas de natureza operativa, situação que difere da vigente no EB, na qual o segmento feminino tem uma significativa presença no Corpo de Saúde e no Corpo Complementar de Oficiais bem como em certas atividades técnicas, mas não pertence às Armas Base nem às Armas de Apoio ao Combate. Em todo caso, já estudam na Academia Militar das Agulhas Negras as primeiras cadetes, futuras oficiais do Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência, que ingressaram de acordo com uma cota numérica reservada para mulheres.

No campo do recrutamento, o EB obtém seu efetivo de cabos e soldados através do serviço militar obrigatório de um ano de duração, em vigor no Brasil. O enorme volume da população brasileira permite ao exército realizar uma seleção rigorosa do pessoal que será incorporado às unidades, de modo que apenas um em cada vinte jovens alistados terá o privilégio de servir em suas fileiras. É necessário enfatizar que os soldados que realizam o serviço militar representam aproximadamente metade do efetivo da categoria de cabos e soldados, enquanto a outra metade é composta de cabos e soldados profissionais, que permanecem nas fileiras até um máximo de oito anos e que são selecionados dentre aqueles que prestam serviço militar.

Complementando o efetivo de militares de carreira, o EB conta com 10.000 oficiais temporários e 11.855 sargentos temporários, que exercem suas funções por um período máximo de oito anos. Os oficiais temporários das Armas são formados em cinco centros de preparação de oficiais da reserva (CPOR) e em 47 núcleos de preparação de oficiais da reserva (NPOR) existentes em outras tantas unidades de valor Batalhão, enquanto os oficiais temporários de especialidades técnicas realizam sua formação militar básica em unidades tipo batalhão designadas pelas regiões militares. Os sargentos temporários, por sua vez, recebem formação em unidades da sua Arma ou Especialidade.

Na Espanha, o serviço militar obrigatório está suspenso desde 2002; consequentemente, o efetivo de todas as categorias de pessoal militar das Forças Armadas é completamente profissional. Ao se incorporar ao ET, os soldados recebem formação geral militar nos dois centros de formação de tropa profissional existentes, treinamento que é posteriormente complementado na academia específica de sua Arma ou Especialidade. Todos os soldados recém-admitidos servem, inicialmente, em unidades da Força, podendo, desde o sexto ano de compromisso, solicitar movimentação para organizações militares do Apoio à Força, do Quartel-General do Exército ou fora da estrutura do Exército.

No ET, os militares de tropa, cuja idade média é de 33 anos, podem servir até os 45 anos, exceto uma pequena proporção de Tropa Permanente, inferior a 10%, que pode continuar nas fileiras até atingir os 58 anos. No que diz respeito ao nível de estudos dos militares de tropa, mais da metade tem estudos de grau médio ou superior, incluindo

12% de cabos e soldados graduados universitários ou com cursos de pós-graduação.

Diferentemente do EB, o Exército Espanhol não dispõe de sargentos temporários, embora tenha 374 oficiais, militares de complemento, que podem servir no ET até a idade máxima de 45 anos.

Um traço distintivo do ET é a integração de militares estrangeiros em suas unidades, dado que a legislação autoriza os cidadãos de 17 países hispano-americanos e da Guiné Equatorial, com residência legal na Espanha, a ingressar nas Forças Armadas, de acordo com cotas numéricas, e a servir temporariamente em suas fileiras como militares de tropa. Aqueles que adotam a nacionalidade espanhola podem continuar sua carreira militar, acessando a todas as alternativas profissionais existentes.

Os militares de carreira brasileiros podem solicitar a passagem para a situação de reserva após ter completado 30 anos desde sua incorporação ao exército, isto é, à academia militar ou centro militar de formação. Além disso, o tempo que servem em lugares remotos da Amazônia e de outras regiões do país computa um terço adicional ao tempo de serviço prestado nessas áreas. Sob este regulamento, os coronéis e subtenentes brasileiros podem passar para a reserva, mantendo íntegros seus vencimentos, normalmente, antes dos 50 anos, o que permite ao EB dispor de uma Força Terrestre marcadamente jovem, embora haja um debate na sociedade brasileira sobre o eventual aumento do tempo mínimo de serviço, que deverá ser aumentado.

Por outro lado, adquirem a condição de reservistas os militares brasileiros que se formaram como oficiais durante seu serviço

militar nos CPOR/NPOR e os cabos e soldados, após a conclusão do seu serviço militar.

Em termos gerais, os militares de carreira espanhóis passam para a situação de reserva quando atingem 61 anos de idade, enquanto para os militares de tropa permanente foi estabelecida a idade de 58 anos. Ao contrário do que acontece no Brasil, nas Forças Armadas espanholas, não se contemplam deduções na idade de passagem para a reserva, motivadas pelas características dos cenários operativos onde os militares serviram, nem tampouco se mantém o nível salarial da situação de serviço ativo.

Ao concluírem seu serviço no exército, os militares espanhóis de tropa que cumpriram um compromisso de longo prazo e que o solicitaram são declarados reservistas de especial disponibilidade e recebem um subsídio econômico mensal, independentemente de virem a ser convocados ou não. Por outro lado, também existe a condição de reservista voluntário, à que podem optar os cidadãos espanhóis que possuam uma qualificação de interesse para o exército. Assinam um compromisso inicial de três anos, no qual expressam sua disponibilidade para serem incorporados em situações de crise e para participar de atividades de formação e adestramento.

Ensino

O EB agrupou as atividades docentes e culturais sob a responsabilidade do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX). O ensino de formação dos oficiais combatentes, que se estende durante cinco anos, inicia-se na Escola Preparatória de

Cadetes do Exército (primeiro ano) e prossegue até sua conclusão na Academia Militar das Agulhas Negras. Os sargentos, por sua vez, cursam seu primeiro ano de formação em treze unidades de valor batalhão, pertencentes organicamente aos comandos militares de área e vinculadas ao DECEX, para fins técnico-pedagógicos; o segundo ano de formação ocorre, segundo a especialidade do aluno, na Escola de Sargentos das Armas, na Escola de Sargentos de Logística ou no Centro de Instrução de Aviação do Exército.

O DECEX organiza cursos de aperfeiçoamento, tanto para oficiais quanto para sargentos, nos quais se especializam nos aspectos específicos das unidades de sua Arma ou Especialidade. Por outro lado, dado que o Serviço de Saúde é específico do EB, o DECEX dispõe de escolas de formação para os oficiais e sargentos deste ramo.

O Curso de Comando e Estado-Maior do Exército capacita os oficiais para ocuparem cargos em comandos e quartéis-generais, bem como para exercer o comando de organizações militares. Posteriormente, o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, que realizam como coronéis, prepara esses oficiais para desempenharem funções nos níveis político e estratégico.

No ET, os centros de ensino agrupam-se organicamente, acompanhados dos centros de adestramento e os órgãos responsáveis pela produção doutrinária, no Comando de Adestramento e Doutrina (MADOC), enquanto os aspectos relacionados à História e à Cultura são dirigidos pelo Quartel-General do Exército.

Os futuros oficiais espanhóis cursam, como os seus homólogos brasileiros, cinco

anos de formação em centros docentes militares, após os quais os oficiais do ET obtêm, além do posto de tenente, a titulação de engenheiro de organização industrial. No que se refere aos suboficiais espanhóis, cursam três anos de formação em centros docentes militares e obtêm a titulação de Técnico Superior De Formação Profissional. Em ambos os casos, segue-se um único plano de estudos para a formação militar e a formação da titulação civil. Para a obtenção das titulações civis, foram organizados quatro centros universitários da defesa (CUD), um em cada academia ou escola de oficiais do Exército de Terra, da Marinha e do Exército do Ar, e um quarto CUD em Madri, para o ensino de idiomas e a formação dos oficiais dos corpos comuns das Forças Armadas.

Os oficiais e os suboficiais realizam a primeira parte de sua formação na Academia General Militar e na Academia General Básica de Suboficiales, respectivamente, com toda a turma reunida no mesmo centro docente. Essa formação comum é complementada, mais tarde, com a formação diferenciada, que se ensina na respectiva academia de Arma ou Especialidade, característica específica do ET que não possui equivalente no EB.

O ensino de aperfeiçoamento do ET fornece aos militares os conhecimentos necessários para desempenhar as funções de postos mais altos ou para executar tarefas especializadas. Os altos estudos militares são realizados na Espanha em nível conjunto, fora da estrutura do ET, capacitando os oficiais para o trabalho em estados-maiores, a alta administração de recursos ou a promoção a oficial-general.

Aspectos operativos

Missões e operações

As atividades operacionais que realizam ambos os exércitos decorrem das missões que lhes atribuem seus respectivos marcos legais e documentos estratégicos.

No caso do Brasil, a legislação atribui às Forças Armadas missões comuns a outros países, como a defesa da Pátria, ao mesmo tempo em que lhes determina outras responsabilidades específicas do contexto brasileiro, como a garantia dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, por iniciativa de qualquer um deles, a garantia da lei e da ordem. Em aplicação desta última missão, as unidades do EB realizam, por ordem do Presidente da República, as denominadas operações de garantia da lei e da ordem, nas quais colaboram, durante um determinado período e em determinada região, nas tarefas de segurança cidadã, reforçando ou complementando as capacidades das forças policiais.

Além disso, o Exército Brasileiro tem encomendadas outras atribuições, como contribuir para o desenvolvimento nacional, a defesa civil e a construção de obras de engenharia. Essas tarefas levam-se a cabo em coordenação com outras instituições da administração e traduzem-se na execução de apoios em caso de desastres naturais, na prestação de assistência sanitária e na construção de grandes obras de infraestrutura em benefício da população civil, tais como aeroportos, estradas ou obras para a transposição de cursos de água, adquirindo especial importância nas regiões mais remotas do país. As obras realizadas pelo Exército são altamente valorizadas pela sociedade brasileira, pois se dis-

tinguem pela alta qualidade dos trabalhos e pelo rigor na gestão dos recursos financeiros destinados à sua execução.

Por outro lado, a lei confia ao EB a missão de fornecer apoio logístico, de inteligência, comunicações ou instrução a outros órgãos da administração e outorga-lhe autoridade para realizar ações preventivas e repressivas contra os crimes transfronteiriços e ambientais, em uma faixa de 150km ao longo de toda a fronteira terrestre, na qual os membros do exército têm o denominado “poder de polícia”.

O EB também desempenhou um importante papel no apoio à realização dos grandes eventos que o Brasil sediou na última década, contribuindo, em colaboração com outras instituições e agências, para o sucesso dos eventos em áreas como a segurança de instalações e autoridades, a prevenção e combate ao terrorismo, as defesas química biológica radiológica e nuclear (DQBN), cibernética e antiaérea, a inteligência ou a fiscalização de armas e explosivos.

Essa dualidade de funções e atividades, que tradicionalmente têm desempenhado os militares brasileiros e que reflete sua dupla responsabilidade de defender militarmente e de contribuir para a construção do país, propiciou a eleição do lema do EB: “braço forte, mão amiga”.

No que diz respeito às operações fora de seu território nacional, o EB liderou a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti desde seu início, em 2004, até sua conclusão, em 2017, fornecendo o comandante da Força e o maior contingente. Tem destacados observadores militares e pessoal de quartel-general em várias missões de paz da ONU em cenários

como o Saara Ocidental, o Líbano, a República Centro-Africana ou o Sudão do Sul. Atualmente, um general brasileiro comanda a Força Militar da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo.

No ET também se distingue uma dupla vertente de missões prioritárias, constituída, neste caso, pela dualidade de defesa nacional e defesa coletiva, às quais deve atender a Força Terrestre. Neste contexto, o quadro legislativo espanhol atribui às Forças Armadas as missões de garantia da soberania e independência da Espanha, a defesa da sua integridade territorial e da ordem constitucional, além da contribuição militar para a segurança e a defesa da Espanha e de seus aliados, no quadro das organizações internacionais de que faz parte.

No cumprimento desta última missão, o ET participou, desde o início dos anos 1990, em numerosas operações no exterior, sempre com autorização do Conselho de Segurança da ONU, no quadro de organizações internacionais ou de coalizões. Atualmente, o ET tem desdobrado contingentes em missões da ONU (Líbano e Colômbia), União Europeia (Mali, República Centro-Africana e Somália), OTAN (Letônia, Turquia e Afeganistão) e coalizões internacionais (Iraque). Complementarmente, no campo da segurança cooperativa, o ET apoia vários países africanos, através de programas bilaterais de atividades de adestramento.

Ainda no âmbito internacional, muitos militares do ET desempenham funções nas estruturas da OTAN e, em menor medida, da União Europeia, nas quais participam no planejamento e na condução das operações

que lideram essas organizações. Por outro lado, a Espanha é uma das “nações-quadro” do Eurocorps, quartel-general com sede na cidade francesa de Estrasburgo, que possui capacidades semelhantes ao Quartel-Geral Terrestre de Alta Disponibilidade do ET, acima mencionado.

As Forças Armadas também têm a missão de apoiar as Forças e Corpos de Segurança do Estado na luta contra o terrorismo. No entanto, a Guarda Civil e a Polícia Nacional demonstraram que estão entre as forças policiais mais eficazes do mundo neste campo e não é frequente que necessitem do apoio do exército, como aconteceu após os atentados cometidos em Madrid em 11 de março de 2004.

Em casos de risco grave ou catástrofes, como incêndios, inundações ou terremotos, as Forças Armadas devem contribuir para minimizar seu impacto sobre a segurança e o bem-estar dos cidadãos. Dado que existe uma grande unidade conjunta, organizada e preparada para estas tarefas e enquadrada no Estado-Maior da Defesa, denominada Unidade Militar de Emergências (UME), o ET normalmente não intervém nestes casos, embora deva estar preparado para apoiar ou reforçar a UME com suas capacidades. Cabe mencionar, nesta área, as operações de vigilância para a prevenção de incêndios florestais que executam na época estival as unidades do ET localizadas no noroeste da Península Ibérica, empregando patrulhas terrestres e sistemas aéreos remotamente pilotados.

Emprego da Força

A Força Terrestre é organizada em dois grupos de emprego, para facilitar a

condução das operações do EB: as Forças de Emprego Estratégico e as Forças de Emprego Geral. As primeiras são capazes de atuar em qualquer parte do território nacional e em outras áreas de interesse estratégico do Estado brasileiro, podendo possuir ou receber módulos de elementos de combate, apoio de combate e apoio logístico, para executar os longos deslocamentos estratégicos derivados das dimensões continentais do Brasil. As Forças de Emprego Geral constituem a maior parte do Exército e desempenham um papel fundamental nas estratégias de dissuasão e presença, embora também devam estar em condições de ser empregadas em áreas diferentes da sua localização habitual.

Por outro lado, o Comando de Operações Terrestres prioriza o preparo das grandes unidades de acordo com sua vocação prioritária de emprego, definida na Concepção Estratégica do EB, que atribui às divisões e brigadas o emprego prioritário nas operações de defesa da Pátria (operações convencionais e/ou na fronteira) e/ou operações de garantia da lei e da ordem. Complementarmente, a Concepção Estratégica estabelece as características específicas de algumas grandes unidades, como seu poder de choque, seu caráter paraquedista ou aeromóvel, ou sua capacidade para operar em ambientes especiais, como os teatros de operações marítimos, a montanha, a selva, o pantanal ou a região semiárida da caatinga.

Para o ET, a brigada é a principal organização, já que serve de base para a constituição de forças operativas terrestres projetáveis, equipadas com todos os elementos que a tornam um sistema de combate integral completo, dotado de capacidades em áreas como a

manobra, apoio de fogo, defesa antiaérea, mobilidade e contramobilidade, proteção (QBRN e contra artefatos explosivos improvisados), comando e controle, inteligência, polícia do exército, CIMIC, saúde e apoio logístico.

Considerando os diferentes cenários contidos nos documentos de planejamento da defesa, articularam-se no âmbito do ET os seguintes três tipos de sistema de combate integral de valor brigada: pesada, média e forças de presença de Ceuta e Melila.

Preparo da Força

O EB conta com um sistema operacional militar terrestre que integra todas as atividades realizadas nos âmbitos do preparo e do emprego de forças, as informações operacionais e a manutenção de unidades com alto grau de prontidão. O sistema, que situa o esforço principal da instrução no efetivo profissional, é dirigido pelo Comando de Operações Terrestres, e nele participam os oito comandos militares de área, enquanto responsáveis pelo preparo, a avaliação e o emprego de suas unidades subordinadas. Da mesma forma, mantém estreita relação com os sistemas de produção de doutrina e de educação, a fim de obter o máximo aproveitamento das experiências adquiridas durante o emprego de forças, transferindo com oportunidade para os currículos os aspectos que precisarem ser atualizados.

No âmbito deste sistema, o EB estabeleceu uma rede de centros de adestramento baseados nos sistemas de simulação e dotados de recursos humanos, metodologias, ferramentas tecnológicas e estruturas direcionados para sistematizar o preparo das unidades.

O ET, por sua vez, concebe o preparo como um “sistema de sistemas”, que inclui o

ensino de formação, destinado a capacitar o militar para cumprir as funções de sua especialidade; a instrução de função tática e de equipe ou esquadra; o adestramento geral das unidades e das forças operativas; bem como o adestramento operativo das forças designadas para cumprir uma missão operativa específica. Da mesma forma, as unidades do ET participam anualmente em mais de 180 exercícios conjuntos e combinados, visando garantir a interoperabilidade com as outras Forças singulares e com as Forças Armadas dos países aliados e amigos.

Como também acontece no EB, o preparo do Exército de Terra espanhol está intimamente ligado às atividades de produção de doutrina e realiza-se com o apoio de centros de instrução e adestramento e de adestramento físico, entre outros. É particularmente relevante o processo de incorporação das lições aprendidas pelas unidades do ET, por ocasião de sua participação em operações no exterior e de seu preparo no território nacional, que oferecem a oportunidade de melhorar com base na própria experiência.

O preparo do pessoal e das unidades do ET é cíclico, uma vez que se repete em períodos de dois anos, divididos em quatro fases de seis meses de duração — preparação I, preparação II, resposta imediata e alta disponibilidade —, em cada uma das quais estão duas brigadas. Durante as duas primeiras fases, obtém-se a capacitação dos níveis companhia, batalhão e brigada; durante a fase de resposta imediata, as unidades participam em missões internacionais, de modo que, na última fase, a de alta disponibilidade, as unidades estão aptas a cumprir aquelas missões que lhes possam ser encomendadas.

Cada quartel-general de divisão e cada brigada do ET especializou-se em fornecer adestramento em uma área específica do preparo, como o combate no deserto, nas florestas ou em subterrâneos de áreas urbanas, com a finalidade de organizar cursos de preparo setorial em benefício das restantes unidades do Exército. Esse modelo de preparo é semelhante ao sistema de centros de instrução organizados nas grandes unidades do EB, que ministram formação sobre o combate em ambientes específicos como o pantanal, a montanha ou a caatinga.

Estruturas conjuntas versus estruturas singulares

As Forças Armadas espanholas constituem uma entidade única, que se concebe como um conjunto integrador das formas de ação específicas de seus componentes: o Exército de Terra, a Marinha e o Exército do Ar. Por isso, não se utiliza a expressão “as três Forças Armadas”, comum no Brasil para se referir ao grupo formado pela Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro e a Força Aérea Brasileira. Esta condição de “entidade única” das Forças Armadas espanholas é essencial para explicar a natureza predominante do caráter conjunto na articulação de várias capacidades e na organização e condução de um grande número de atividades, que no Brasil são realizadas pelas Forças singulares.

O Estado-Maior da Defesa (EMAD), dirigido pelo chefe do Estado-Maior da Defesa (JEMAD), inclui, dentre outros, os seguintes órgãos: o Quartel-General do EMAD, responsável por apoiar o JEMAD na condução das operações no nível estratégico; o Comando de Operações, que faz o

mesmo com o comandante de Operações no nível operacional; o Centro de Inteligência das Forças Armadas, focado na inteligência operativa; a Unidade Militar de Emergências, acima referida; os comandos conjuntos de defesa cibernética e de operações especiais; e o Centro Superior de Estudos de Defesa Nacional (CESEDEN). O CESEDEN, por sua vez, inclui órgãos como o Instituto Espanhol de Estudos Estratégicos; o Centro Conjunto para o Desenvolvimento de Conceitos, orientado para a produção de doutrina conjunta; e a Escola Superior das Forças Armadas, que conduz o Curso de Estado-Maior das Forças Armadas.

Para garantir a interação entre os níveis conjunto e singular, as Forças Armadas espanholas articulam-se em duas estruturas: a estrutura orgânica, para o preparo da Força, e a estrutura operativa, para o emprego da Força. Este sistema de distribuição de responsabilidades envolve numerosas diferenças, em vários âmbitos, entre o EB e o ET:

- Em primeiro lugar, a concentração de competências no JEMAD espanhol, responsável pela estrutura operativa, em comparação com as atribuídas ao chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (CEMCFA) brasileiro. Ao JEMAD correspondem, entre outras responsabilidades, o assessoramento militar ao poder executivo; propor ao ministro da Defesa as capacidades militares (conjuntas e singulares); coordenar os chefes de estado-maior das Forças singulares, dando instruções para orientar o preparo da

Força; pode supervisionar e avaliar a capacidade operativa e o preparo das unidades, que realizam as Forças singulares; exerce a representação institucional das Forças Armadas; e propõe ao ministro da Defesa a unificação de serviços, cujas funções não devem ser exclusivas de uma única Força singular.

- Os chefes de Estado-Maior do Exército de Terra, a Marinha e o Exército do Ar da Espanha, enquanto chefes de suas respectivas estruturas orgânicas, possuem um menor espectro de competências. Fundamentalmente, garantem o adequado preparo da força e assessoram o JEMAD sobre o emprego das unidades de sua Força singular. Desta forma, a estrutura orgânica (Forças singulares) tem como missão prioritária preparar a força e disponibilizá-la à estrutura operativa, para ser empregada em operações, mesmo que nas operações participem elementos de uma única Força singular. Embora no Brasil o CEMCFA também conduza as operações conjuntas, os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica podem dirigir o emprego de suas forças, quando na operação apenas participam unidades de sua Força singular.
- A concentração de competências no JEMAD implica a existência de maior proporção de atividades conjuntas na Espanha do que no Brasil. Assim, o ET carece de um órgão equivalente ao Centro de Inteligência do Exército Brasileiro, cujo congénere seria

o Centro de Inteligência das Forças Armadas. Muitos cursos e estágios são ministrados para os integrantes das Forças Armadas e da Guarda Civil. Na Espanha, por exemplo, não existe um Curso de Estado-Maior específico das Forças singulares, após a criação, no final do último século, do Curso de Estado-Maior das Forças Armadas, de um ano de duração. O EB decidiu manter o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército, que se prolonga durante dois anos acadêmicos.

- Deve-se notar ainda que, no EB, coincidem as estruturas orgânica e territorial, concentradas nos comandos militares de área. As menores dimensões do território espanhol, associadas à melhora das infraestruturas de transporte e dos sistemas de informação e telecomunicações — que reduziu o valor da localização geográfica como fator determinante na configuração das estruturas —, permitiram extinguir a estrutura territorial do ET no final do século passado. Esta medida compatibilizou-se com a manutenção de uma adequada presença de forças nos territórios espanhóis localizados fora da Península Ibérica.

A transformação dos exércitos

O processo de transformação que o EB iniciou em 2013 envolve uma série de ações voltadas para a melhora da motivação e a retenção dos recursos humanos, a potenciação da logística operativa, o impulso do sistema de doutrina, a pesquisa em áreas de tecnolo-

logias sensíveis de interesse doutrinário, a adaptação do sistema de educação à cultura da inovação bem como o incremento do nível dissuasório da Força Terrestre e a disponibilidade de uma Força Expedicionária.

No quadro desse processo, o Exército Brasileiro está desenvolvendo um ambicioso conjunto de programas de geração de capacidades, como o sistema integrado de monitoramento de fronteiras, o sistema de foguetes e mísseis de longo alcance ASTROS 2020, a família de veículos blindados sobre rodas “Guarani” e os programas de defesa antiaérea, de defesa cibernética e de aviação do Exército.

Por sua vez, a transformação do ET, que se iniciou em 2015, tem como característica fundamental a polivalência, que permite dispor de organizações flexíveis e adaptáveis. No decurso da evolução da Força Terrestre, reduziram-se as estruturas de nível brigada de dez para oito, a metade equipada com lagartas e a outra metade com viaturas sobre rodas, ao mesmo tempo em que se mantêm forças desdobradas em Ceuta, Melila e as Ilhas Baleáricas. Esta nova articulação permite manter duas Brigadas, uma de cada tipo, em cada uma das quatro fases do ciclo de disponibilidade, facilitando a geração, o preparo e o aprestamento das organizações operativas.

O processo de transformação inclui ações nas áreas da doutrina, dos recursos humanos, dos materiais, do adestramento, das infraestruturas e das estruturas orgânicas. Entre os programas de material em andamento, destacam-se a Fase II do veículo de combate de infantaria/cavalaria “Pizarro”, a

obtenção do veículo de combate sobre rodas 8x8 e a aquisição e modernização de novas plataformas de combate.

Para dar continuidade à transformação, a Brigada “Rei Alfonso XIII”, II da Legião, foi designada como Brigada Experimental (BRIEX) 2035, responsável pela execução das atividades de experimentação que facilitem o desenho e a adaptação da Grande Unidade ao ambiente operacional que se espera nesse horizonte temporal, definindo as tecnologias a serem integradas e a organização, táticas ou procedimentos a serem utilizados. As futuras brigadas estarão baseadas na tecnologia, o que lhes permitirá dispor de maior poder de combate empregando um menor efetivo, e possuirão capacidades renovadas em áreas como a logística, a inteligência, o comando e controle e a manobra.

Cultura, valores e tradições

Sendo um dos exércitos mais antigos do mundo, o ET mantém e difunde suas tradições e seu extenso patrimônio cultural, facilitando a visita à rede de museus militares e acolhendo pesquisadores nos arquivos históricos militares. Por outro lado, a identidade do ET como organização é baseada nos valores que melhor representam o espírito militar de seus membros e que inspiram sua ati-

tude e seu comportamento no desempenho das funções e atividades que realizam, desde as missões de ajuda humanitária até as operações de combate.

O EB também conta com ampla herança cultural e histórica, ao mesmo tempo em que cultiva valores militares que influenciam, consciente ou inconscientemente, o comportamento e a conduta pessoal de cada membro da organização e, consequentemente, a eficácia e eficiência do conjunto das Forças Armadas.

Neste contexto, a **Tabela 3** apresenta os valores definidos pelo EB e pelo ET para orientar a conduta dos seus militares.

No âmbito das referências morais, fundadas no patriotismo e na relevância histórica, o EB instaurou um elemento distinto, a figura do patrono da Arma, Quadro ou Serviço, da qual carece o ET, a fim de promover a prática dos valores e da ética militar. O patrono é um militar já falecido que, por seu exemplo e impecável conduta, encarna os valores próprios e intrínsecos do conjunto de membros daquele ramo. O patrono deve distinguir-se da figura do padroeiro, existente nos dois exércitos.

Exército Brasileiro	Exército de Terra espanhol
Patriotismo	Honra
Civismo	Companheirismo
Fé na missão do Exército	Disciplina
Amor à profissão	Espírito de sacrifício
Espírito de corpo	Espírito de serviço
Aprimoramento técnico-profissional	Coragem
Coragem	

Tabela 3 – Valores definidos pelo EB e pelo ET

Fonte: o autor

Arma ou Corpo	Exército Brasileiro		Exército de Terra espanhol
	Padroeiro	Padroeiro	Padroeiro
Exército Brasileiro	Duque de Caxias	Imaculada Conceição	
Infantaria	Gen Bda Sampaio	S. Inácio de Loyola	Imaculada Conceição
Cavalaria	Marechal Osorio	São Jorge	Santiago
Artilharia	Marechal Mallet	Santa Bárbara	Santa Bárbara
Engenharia	Ten Cel Villagran Cabrita	S. Francisco de Assis	São Fernando
Comunicações	Marechal Rondon	São Gabriel	São Fernando
Aviação do Exército	Capitão Kirk		N. S. dos Anjos
Logística (QMB)	Marechal Napion	Santo Eloi	San Juan Bosco
Intendência	Marechal Bitencourt	São Cândido	Santa Teresa de Jesus

Tabela 4 – Relação de patronos e padroeiros em vigor no EB e no ET

Fonte: o autor

A **Tabela 4** mostra a relação de patronos e padroeiros em vigor no EB e no ET. Observa-se a coincidência da padroeira da Artilharia nos dois países bem como a eleição de um militar e santo espanhol, S. Inácio de Loyola, como padroeiro da Infantaria brasileira. O EB instituiu a figura da padroeira do Exército, também inexistente no ET, sendo designada a Virgem da Imaculada Conceição, padroeira da Infantaria espanhola.

Conclusões

Partindo de realidades afins e também diferenciadas, foram elencadas características comuns e distintivas das formas nas quais o Exército Brasileiro e o Exército de Terra espanhol articularam sua organização e suas atividades.

Observou-se a coincidência em destacar em ambos os casos o papel determinante dos valores como elemento multiplicador da eficácia das organizações militares.

Apesar de possuir um maior efetivo, o EB tem apenas três postos na categoria de

oficiais-generais, diferentemente do ET que estabeleceu cinco níveis para cobrir as necessidades que correspondem aos cargos de comandante de brigada, comandante de divisão, comandante de Força Terrestre Componente ou Corpo do Exército, JEME e chefe supremo das Forças Armadas. Como consequência desta característica, o comandante do EB compartilha posto com seus subordinados, os chefes dos órgãos de direção setorial, operacional e geral e os comandantes militares de área, que configuram uma esfera de controle 66% superior à do JEME espanhol.

Em ambos os exércitos, a brigada desempenha um papel protagonista, como grande unidade com estrutura flexível, capaz de receber módulos de capacidades de acordo com a missão a ser cumprida. Adverte-se, no entanto, um contraste entre a especialização e a adaptação ao ambiente geográfico das brigadas brasileiras e a polivalência das brigadas espanholas, que até perderam atributos como a Arma e as aptidões específicas, com o intuito de obter

maior flexibilidade na geração, preparo e aprestamento das organizações operativas. Esta articulação dever-se-á adaptar, em todo caso, aos resultados da experimentação que o ET está realizando para determinar a configuração e as capacidades da brigada no horizonte temporal de 2035.

Como consequência dos imperativos legislativos e políticos diferenciados de ambos os países, percebe-se um contraste nos cenários operativos que constituem o esforço principal de cada exército. Enquanto o EB situa no próprio território nacional o foco prioritário de suas operações, quer sejam elas na faixa de fronteira, de garantia da lei e da ordem ou para apoiar grandes eventos, o ET direciona seu esforço operativo para as missões no exterior, decorrentes dos compromissos adquiridos pela Espanha no quadro das organizações internacionais de que faz parte.

Por outro lado, a atribuição de competências aos órgãos conjuntos e singulares realiza-se de maneira diferenciada. Como resultado da racionalização das estruturas levadas a cabo nas últimas décadas, o Ministério da Defesa espanhol centralizou as atividades científico-tecnológicas, ao mesmo tempo em que as Forças Armadas priorizaram a concentração de competências no JEMAD e a criação de órgãos conjuntos e serviços comuns, mantendo nas Forças

singulares uma responsabilidade essencial, como é o preparo da força. As Forças Armadas brasileiras, por sua vez, optaram por preservar em maior medida as faculdades das Forças singulares.

Existem outros vetores de comparação. É muito semelhante nos dois exércitos a distribuição dos seus integrantes em categorias militares e postos; e também é semelhante o sistema de preparo setorial que assumem e lideram as unidades em benefício do conjunto da força. Contudo, identificam-se também divergências. A Força Terrestre Brasileira é mais jovem do que a sua contraparte espanhola, cujos membros permanecem nas fileiras até os 60 anos. Por outro lado, a presença feminina no EB é proporcionalmente menor e as mulheres não têm acesso às especialidades plenamente operativas. Da mesma forma, a obtenção de recursos humanos por meio do sistema de serviço militar obrigatório no Brasil difere do recrutamento do efetivo totalmente profissional do ET.

O EB e o ET mantêm excelentes relações de cooperação, durante as quais trocaram experiências e conhecimentos, o que lhes permitiu conhecer e valorizar suas respectivas organizações. Representam, em suma, dois modelos diferentes que respondem às necessidades que derivam de duas realidades nacionais e regionais distintas, mas que souberam alcançar notáveis pontos de encontro. ☀

Referências

Brasil. (2016). *Livro Branco da Defesa Nacional. Minuta*.

Ejército de Tierra. (2018). Brigada 2035. Un Nuevo Concepto para Futuros Conflictos. *Boletín Digital Tierra* n°263.

Ejército de Tierra. (2018). *Ejército de Tierra. Informe de Situación*. Madrid.

España. (2005). *Ley Orgánica 5/2005, de 17 de noviembre, de la Defensa Nacional*. Madrid.

España. (2007). *Ley 39/2007, de 19 de noviembre, de la carrera militar*. Madrid.

Exército Brasileiro. (2013). *Concepção da Transformação do Exército*.

Exército Brasileiro. (2014). *Manual de Fundamentos O Exército Brasileiro (EB20-MF-10.101)*.

Exército Brasileiro. (2017). *Concepção Estratégica do Exército*.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Quartel-General, no ET, é constituído pelo Estado-Maior e órgãos de assessoramento e apoio aos grandes comandos e grandes unidades.

² Batalhão de *Castrametación* constrói as infraestruturas verticais e horizontais necessárias para a manobra das unidades bem como para melhorar as condições de vida das tropas e possibilitar a conservação dos recursos nas operações.

Gestão do conhecimento no nível tático

A pesquisa na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais como catalisadora e difusora de soluções práticas

Henrique de Oliveira Mendonça*

Antecedentes

A gestão do conhecimento é a principal ferramenta utilizada para aprimorar a capacitação profissional no mundo atual. No ensino militar, essa assertiva possui acentuada relevância ao observarmos a velocidade da evolução dos desafios impostos às Forças Armadas.

O sistema de ensino do Exército Brasileiro tem se constituído em alicerce da evolução institucional e de contínua adaptação às demandas de preparo e emprego características de cada momento histórico. (...) O fim da Guerra Fria e o reordenamento mundial decorrente, o extraordinário desenvolvimento científico-tecnológico e o processo de globalização observados no final do século passado colocaram modelos educacionais em discussão por todo o mundo. (NUNES, 2012)

Integrantes de qualquer sistema educacional, principalmente nos níveis superiores, o ensino e a pesquisa se complementam. No Exército Brasileiro (EB) não é diferente.

Suas escolas exigem, por meio de avaliações, a assimilação de conteúdos ministrados e também a produção de trabalho monográfico sob o rigor da metodologia científica. As investigações por parte dos discentes possuem papel primordial na interação entre os conhecimentos explícito e tácito. Enquanto o primeiro advém da transmissão nas salas de aula, o segundo decorre das suas experiências, valores, emoções e ideais (NONAKA; TAKEUCHI, 2008).

Assim, a pesquisa científica possui a capacidade de estruturar as informações já existentes na Instituição — documentadas formalmente ou dispersas em *expertises* individuais —, por meio de um processo que inclua a identificação, seleção, organização, distribuição e transferência sistemática de conhecimentos, visando a alavancar seu aproveitamento.

A trajetória da pesquisa no Sistema de Ensino Superior Militar acompanha a própria evolução do EB. Isso é louvável, haja vista a especificidade das demandas inerentes

* Cap Inf (AMAN/05, EsAO/13). Exerceu a função de Adjunto 1 da Seção de Pós-Graduação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (2016-17). Atualmente, serve no Centro de Instrução de Blindados. **O presente artigo é baseado na experiência do autor no período em que serviu na EsAO.**

a um processo que se assemelha a um ensino corporativo. No último quartil do século XIX, momento no qual a “Questão Militar” era preponderante no âmbito político nacional, podíamos observar militares entre os formadores de opinião da elite intelectual brasileira. O positivismo do tenente-coronel Benjamim Constant influenciou não só uma geração da jovem oficialidade como a própria decadência de uma forma de governo.

Já no século passado, esse entrelaçamento entre militares e política apresentou-se de forma cíclica. Sob influência de missões militares estrangeiras ou mesmo de divergências internas à instituição — a cisão entre bacharéis e tarimbeiros permanece enraizada na cultura militar até os dias atuais —, o enfoque na formação do militar variou ao longo do tempo. Apesar de não haver relação direta entre política e ciência, observa-se que, findo o período de regime militar, as interpretações mais difundidas da história brasileira não contemplam percepções oriundas da caserna.

Houve, por longo tempo, um certo preconceito anti-intelectualista em boa parte das forças armadas brasileiras, que evindencia o enorme divórcio existente entre os militares e a *intelligentsia* nacional. (...) Contribui também o declínio espetacular no nível de formação humanista que passou a ser oferecido ao oficial médio brasileiro (...). (ALMEIDA, 2013, p.285)

A própria ideologização de algumas universidades ou mesmo da mídia restringe a aceitação de percepções que valorizem a capacidade crítica dos militares, notadamente estudos na área de ciências humanas e sociais. Mesmo com a equiparação das titulações e graus universitários em 1999, por

meio da Lei 9.786, a penetração do pensamento militar na Academia nacional permaneceu em cadênci a lenta. É inegável que as escolas militares não possuem, no campo acadêmico, a mesma representatividade que já gozaram no passado.

Esse panorama começou a se alterar recentemente, com o advento do Instituto Meira Mattos, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). A partir de sua implementação, em 2011, observou-se uma progressiva interação com o meio científico civil, além de notória expressividade comprovada pelo reconhecimento de seu programa de doutorado acadêmico junto à CAPES, em 2016.

Nesse sentido, observa-se o progressivo alinhamento dos altos estudos do Exército com a Academia brasileira. Entretanto, em processo bem adverso, encontra-se outra componente do Sistema de Ensino Superior Militar: a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Ressalta-se que este artigo não se trata de uma crítica a gestões anteriores, mesmo porque as conjunturas eram completamente distintas, assim como os desafios e metas — inerentes ao currículo da EsAO — impunham decisões peculiares aos propósitos vigentes. Destaca-se, também, que o presente estudo é decorrente de toda uma evolução estrutural e organizacional obtida graças ao empenho e competência de gestões anteriores e que agregou diversos avanços e ensinamentos, conforme descritos na sequência.

Reconhecida como a “Casa do Capitão”, a EsAO possui uma peculiaridade ímpar no Sistema de Ensino: trata-se da última escola de caráter obrigatório para todos os oficiais de carreira do EB. Além disso, seu corpo discente, em sua maioria, é constituído de militares com relevante experiência

recente e prática no nível das pequenas frações, entretanto com reduzida *expertise* no nível estratégico e político.

Até o final do século XX, o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) da EsAO — principal curso oferecido pela escola, destinado aos oficiais da linha de ensino bélica — alternou sua exigência de trabalho de conclusão de curso. Em 1999, por exemplo, havia a obrigatoriedade de confecção de trabalho monográfico, do tipo redação, porém não se atribuía valoração por nota.

Com a promulgação da Portaria nº 003/2000, do Estado-Maior do Exército, foram estabelecidos os requisitos básicos para o reconhecimento do mestrado. A data de 23 de setembro de 1999 foi estabelecida como divisora para definição do momento a partir do qual os militares deveriam cursar programas de pós-graduação cumprindo as exigências fixadas. Os oficiais matriculados em data anterior receberam, por suprimento de título, o grau universitário de mestre.

Baseado na nova legislação, foi implementado, em 2001, o Programa de Pós-Graduação (PPG) *stricto sensu*. Todos os alunos daquele ano que apresentaram dissertação de mestrado (DM) e foram aprovados por banca examinadora qualificada, receberam a titulação de mestre.

A partir de 2002, quando houve a implementação do PPG *lato sensu*, algumas exigências foram estabelecidas para diferenciar os alunos que receberiam o grau de mestre daqueles que fariam jus ao certificado de especialista em Operações Militares. Dentre os requisitos, o depósito de um trabalho monográfico em formato de dissertação e a habilitação em, no mínimo, um idioma estrangeiro destacam-se como principais diferenciais.

Em 2009, o Ministério da Educação, por meio da Portaria Normativa nº 17, regulou o mestrado profissional, considerando “a importância da capacitação de pessoal para a prática profissional avançada e transformadora de procedimentos e processos aplicados”. Identificando o alinhamento dessa modalidade com as demandas do nível tático e a similaridade com o ensino corporativo, a EsAO adota, desde 2012, essa vertente em suas pesquisas no PPG *stricto sensu*, sendo seus concluentes considerados mestres profissionais.

Em 2013, houve uma alteração, de pouco impacto prático para a consecução das pesquisas, na denominação da área de estudo: substituiu-se a expressão Operações Militares por Ciências Militares. Ainda nesse referido ano, a EsAO submeteu-se à avaliação da CAPES visando ao reconhecimento de seu PPG *stricto sensu*, obtendo grau inferior ao necessário. Dentre os argumentos apresentados pela Comissão Avaliadora, destacam-se os relativos à proposta do curso, produtividade do corpo docente e o mérito da proposta.

Realizando uma análise das alterações indicadas pela CAPES e a fim de realizar adaptações que não incorressem em prejuízo para os objetivos do CAO, foram implementadas as seguintes alterações, ainda vigentes:

- Redução das áreas de concentração para apenas uma: Defesa Nacional.
- Redução das Linhas de Pesquisa para apenas três: Doutrina Militar Terrestre, Educação e Cultura Militares e Administração Militar.
- Normatização da carga horária de todas as disciplinas para o padrão europeu “CTPS”: 15 horas equivalem a um crédito.

A inércia em relação a outros argumentos relatados no parecer da CAPES pode ser justificada pelo entendimento de que a relação custo-benefício das alterações seria prejudicial para os propósitos essenciais do CAO. A endogenia — “corpo de professores permanentes titulados na sua maior parte da própria instituição interessada” — constitui um exemplo de que a especificidade da estrutura da EsAO tem dificuldade de se adequar ao sistema tradicional do academicismo: não existem outras instituições no Brasil capacitadas a habilitar especialistas no nível tático das ciências militares.

Independente da titulação a que o oficial faz jus ao término do CAO ou mesmo o seu reconhecimento junto à Academia, o propósito deste artigo é identificar oportunidades para otimizar a gestão do conhecimento oriundo das pesquisas conduzidas na EsAO. Assim, embora a introdução enfoque a correlação com o academicismo tradicional — cujo objetivo foi compreender as raízes dos problemas vivenciados atualmente —, este estudo visa a analisar o aproveitamento do conteúdo gerado nas investigações.

Crise de identidade

Aproveitando-se o ano letivo excepcional¹ — sem alunos na fase presencial do CAO —, a Seção de Pós-Graduação (SPG) da EsAO implementou, a partir de 2016, um processo de otimização da produção científica. Nesse sentido, o enfoque almejado foi no aproveitamento das pesquisas e, para tanto, buscou-se produzir conhecimentos de interesse aplicável ao EB.

A partir desse propósito, iniciou-se o estudo sobre a situação atual e o levantamento das metas para curto e médio prazo.

Enquanto a ECEME encontrava-se no auge de sua integração com o meio acadêmico civil, fazia-se necessário à EsAO reconhecer sua real identidade no campo da pesquisa científica. O alinhamento às demandas da CAPES não poderia se converter em subjugação irracional, sob pena de desvirtuação dos objetivos fundamentais da escola.

A essência do estudo, portanto, baseou-se em otimizar a produção científica para as demandas da Instituição, concernente com um ensino corporativo, aproveitando-se das experiências positivas de outros estabelecimentos de ensino similares e de parâmetros da CAPES, quando julgados convenientes.

Aproveitamento das pesquisas

Ao longo dos últimos anos, observou-se o baixo — praticamente nulo — índice de aproveitamento do conhecimento gerado nas pesquisas realizadas na EsAO. Quando se trata de aproveitamento, o primeiro questionamento surge de uma dicotomia: as pesquisas não são valorizadas porque não possuem qualidade suficiente ou não possuem qualidade suficiente porque não são valorizadas? Salvo raríssimas exceções, os trabalhos elaborados pelos alunos do CAO são arquivados na biblioteca da Escola, sem qualquer aplicabilidade no desenvolvimento da doutrina militar vigente.

A discussão da relação causa-consequência desse baixo aproveitamento é extenuante e inócuia. A percepção geral compreendida é de que os trabalhos de conclusão de curso, independente se *stricto* ou *lato sensu*, eram meramente formalidades técnicas para equiparação com o meio acadêmico, não se constituindo relevantes no seu conteúdo em nível suficiente para serem aproveitados.

Esse entendimento encontra explicação histórica, conforme apresentado nos antecedentes, e se traduzia no enfoque voltado às exigências formais — regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e outros aspectos metodológicos — em detrimento da profundidade e da relevância do conteúdo. Cabe destacar que todas as medidas implementadas se encontram em consonância com a regulamentação do mestrado profissional, conforme previsto na Portaria 17/2009-MEC.

Assim, a maioria dos alunos elabora sua investigação com enfoque de atingir metas formais para a aprovação. A condução dessa prática ao longo dos anos, no entender do autor deste artigo, é uma das principais causas para que haja pouco aproveitamento pela própria Instituição, já que os oficiais concludentes não enxergam possibilidades de “conteúdo” relevante nas pesquisas desenvolvidas. E a pesquisa com a vertente “profissional” preza justamente por ampliar a produtividade da organização demandante, apresentando resultados com clara aplicabilidade.

A quebra do paradigma de pesquisa como mera exigência curricular é um processo que encontra resistências de diversas naturezas, inclusive internas à EsAO, por parte de quem as orienta, visto que foi nesse sistema que o corpo docente foi “formado”. Reverter essa percepção, por mais nobre que seja a motivação, exige mudança de mentalidade que pode levar anos.

Acerca da gestão do conhecimento, evitou-se a procura por responsabilidades e priorizou-se identificar os motivos pelos quais se evidenciam baixos índices de aproveitamento, propondo soluções. A melhor forma de convencer a respeito da relevância da pes-

quisa é apresentar resultados práticos, principalmente no caso da modalidade profissional.

Dentre os principais obstáculos para o aproveitamento, destaca-se o formato final do trabalho. O volume de informações — seja de uma dissertação ou mesmo um trabalho de conclusão de curso — disposto em estilo de redação, com linguagem e formatação científica, tornava a sua leitura extenuante e sua aplicabilidade difícil, haja vista a demanda de tempo para adequar seu conteúdo ao formato dos principais produtos doutrinários concebidos pelo Exército: manuais, cadernos de instrução, notas de coordenação doutrinária, condicionantes doutrinárias e operacionais.

Assim, houve o entendimento de que a elaboração das pesquisas deveria facilitar ao máximo sua aplicabilidade. Nesse viés, algumas adaptações foram necessárias, dentre as quais podemos citar:

- Exigência para que a apresentação final do trabalho contenha, em anexo, uma proposta de solução prática, com o objetivo de transcrever, no formato que o autor considerar mais eficiente, as conclusões de sua investigação.
- Autorização, junto ao DECEEx, da apresentação do trabalho sob formato de artigo científico, no programa *lato sensu*, o que tende a facilitar sua publicização.
- Disponibilização, pela SPG, de modelos de trabalhos em arquivo digital, para diminuir o tempo demandado pelos alunos com a formatação e manter o enfoque do aluno no conteúdo.
- Definição prévia de eixos temáticos interdisciplinares a serem pesquisados no ano letivo — que, por sinal, vai ao encontro

de um dos argumentos constantes do Parecer da CAPES 2013. A SPG, após consulta aos órgãos de direção setorial (ODS) e centros de instrução, consolida uma lista de temas sobre o eixo temático, agrupados por funções de combate ou outra segmentação específica. O objetivo é, ao final do ano letivo, encaminhar aos ODS um compilado sistematizado sobre uma temática relevante.

Quanto a essa adaptação, ressalta-se que não há a obrigatoriedade aos alunos da escolha de assuntos dos eixos temáticos, visto que, além desses, cada Curso elenca outros eixos prioritários, e ainda há a possibilidade de o aluno propor um tema no qual se considera especialista. Portanto, mantém-se

o aproveitamento das experiências e habilidades individuais; entretanto, ao se apresentar uma lista de assuntos mais detalhada e com delimitações claras, há um direcionamento que facilita e estimula a escolha por parte dos alunos.

Outro aspecto relevante que constitui um óbice para o aproveitamento dos trabalhos da EsAO é a concepção intrínseca de que o curso de mestrado apenas prepara o pesquisador e, somente a partir do doutorado, o autor estará capacitado para inovar. Esse entendimento, herdado do academicismo tradicional, não se sustenta na modalidade “profissional”, haja vista que a solução/aplicação é aspecto indelével para o perfil do pesquisador almejado por essa vertente científica, conforme pode ser observado no **Quadro 1**.

Similaridades e divergências entre CPG profissional e acadêmico		
Peculiaridades	CPG <i>stricto sensu</i> acadêmico	CPG <i>lato sensu</i> acadêmico
Core	Pesquisa básica e estratégica	Pesquisa tecnológica e industrial
Grade curricular	Com disciplinas ligadas à docência (pedagógico)	Puramente profissional
Corpo docente	Doutores e pesquisadores	Profissionais e executivos altamente qualificados
Perfil do candidato	Professor/pesquisador	Técnicos e profissionais
Seleção do candidato	Editais e seleção acadêmica	Segundo o Sr. Klaus Capelle, ¹ por intermédio da prospecção, passagens nos laboratórios das empresas, conceito de supervisor e pertinência do projeto e pesquisa
Foco discente	Formação sob a metodologia da pesquisa	Foco no aluno (profissionalização na área)
Produção	Acadêmico/pesquisa (livros, artigos e demais papers)	Soluções e aplicações empresariais/industriais
Fomento (Governo)	SIM	NÃO
Financiamento privado	Há possibilidade	Espera-se que o setor privado finance o tipo de capacitação (empresas/indústrias)
Status quo	Tendência de equivalência quanto ao seu reconhecimento perante a sociedade	
Regimes de trabalho	Presenciais	EAD? (citado, mas não discutido)
Avaliação dos CPG	Adoção de mesma sistemática e equivalência, respeitando as singularidades dos CPG	
Custo de ensino	Acesso e apoio do Governo	Segundo o Sr. Antônio Carbonri, ² regulamentar o pagamento do CPG profissional (estendendo inclusive para o acadêmico)

Obs:

1 Físico alemão, atual reitor da Universidade Federal do ABC
 2 Conselheiro CES/CNE

Quadro 1 – Extrato de Quadro Comparativo entre as modalidades “profissional” e “acadêmico”

Fonte: Resumo Informativo nº 002/AE/Departamento de Ciência e Tecnologia, de 9 de maio de 2017

Não obstante ao explicitado acima, destaca-se que a especificidade do ensino no Exército corrobora para a necessidade de aproveitamento das pesquisas elaboradas na EsAO. Basta compreender que, diferentemente de outras carreiras profissionais, os oficiais alteram seu enfoque de trabalho ao longo do tempo. Sendo assim, caso sua produção seja aproveitada apenas ao final da sua carreira — quando sua rotina profissional lhe exige conhecimentos no nível estratégico —, haverá uma escassez de soluções no nível tático.

Foco das pesquisas: miopia ou hipermetropia?

Outro aspecto extremamente relevante e polêmico para a reformulação da pesquisa na EsAO diz respeito à delimitação do nível a ser investigado. Enquanto na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) os cadetes são preparados para comandar frações nível pelotão (Pel) e subunidade (SU), na Casa do Capitão, os oficiais recebem ensinamentos para o assessoramento de frações no nível unidade (U). Na ECEME, o enfoque é o nível operacional-estratégico.

Nesse sentido, uma visão simplista levaria à conclusão de que as investigações na EsAO devem privilegiar o estudo dos batalhões — nível U; entretanto, recai-se em duas constatações práticas:

- o cadete não possui experiência prática para agregar valor aos estudos no nível Pel e SU — seus estudos, em geral, se restringem a revisões de literatura;
- as pesquisas na ECEME, majoritariamente, visam a analisar problemas no nível U ou superiores.

Surge, portanto, uma lacuna de conhecimento no nível Pel e SU, que se faz refletir na deficiência de conhecimentos atualizados para essas pequenas frações. Destaca-se que, no cenário dos conflitos modernos, essas frações são crescentemente empregadas de maneira descentralizada e autônoma, exigindo um dinamismo ímpar na gestão do conhecimento proveniente, principalmente, da implementação de tecnologias e de estudos de caso relativos ao emprego de forças armadas em todo o mundo.

Sendo exigência fundamental da modalidade “profissional” das pesquisas científicas, a vivência do autor no nível a ser investigado é imprescindível para que os estudos apresentem soluções aplicáveis. A credibilidade do conhecimento do autor sobre a temática investigada é condição *sine qua non* para que a Instituição usufrua suas conclusões. Conclui-se assim, que a efetividade das pesquisas na EsAO tende a ser maior caso seu enfoque priorize os níveis Pel e SU. Devido à especificidade de determinadas especializações — que, anteriormente à EsAO, já vivenciam o nível U ou mesmo superiores —, algumas exceções devem ser admitidas. Ressalta-se que essa percepção vislumbra a efetividade para a Instituição.

Outro óbice observado ao longo do estudo diz respeito à concepção acerca dos propósitos da EsAO. Existe uma corrente de militares que defende o direcionamento do ensino voltado às necessidades do fim da carreira, quando o militar trata de assuntos no nível político-estratégico. Essa percepção resume a EsAO à preparação intermediária para essa fase. Para tanto, insistem que as pesquisas da Casa do Capitão devem tratar de temas geopolíticos ou similares,

constituindo-se em uma preparação para a ECEME, o que agregaria cultura geral aos capitães. Muitos, inclusive, enxergam a pesquisa da EsAO como um treinamento para as técnicas de redação exigidas no concurso de admissão à ECEME.

Esse pensamento desconsidera as necessidades do nível tático. A maioria dos capitães concludentes do CAO, ao retornar aos corpos de tropa, assume funções de comando de subunidade ou assessores de batalhões, onde vão ser exigidos sobre decisões eminentemente práticas. Além disso, entre a EsAO e a ECEME, existe o Curso de Pós-Graduação em Bases Geo-Históricas para a Formulação Estratégica, que se constitui em uma ótima ferramenta para iniciar os oficiais no contexto político.

Obviamente, não se pretende alienar os capitães-alunos do conhecimento em outros níveis. A cultura geral é essencial para o oficial dialogar nos diversos meios em que se insere na sociedade. O que se pretende com a reformulação da pesquisa é, simplesmente, produzir estudos no nível tático com credibilidade e aplicabilidade. Inclusive, para o desenvolvimento do senso crítico em assuntos diversos, propõe-se estimular a produção de artigos de opinião sobre temáticas em níveis superiores, entretanto desvinculada do trabalho de conclusão do CAO.

Corpo docente

A SPG é a responsável pela coordenação e fiscalização das pesquisas na EsAO, e sua estrutura é recente quando comparada à história da Escola. Sua implementação data de meados da primeira década deste século, e sua composição se manteve, basicamente,

inalterada, a não ser pelo crescimento progressivo do número de oficiais prestadores de tarefa por tempo certo (PTTC).

Devido à quantidade de alunos, a orientação acadêmica é descentralizada para os instrutores dos cursos, permanecendo apenas os alunos do mestrado profissional sob a tutoria dos oficiais PTTC da SPG. A disponibilidade de vagas para o programa *stricto sensu* varia de acordo com o efetivo de orientadores da SPG. No ano de 2017, por exemplo, foram destinadas cinco vagas para cada orientador, totalizando quarenta e cinco alunos inscritos no programa.

Sobre a tutoria do mestrado profissional, apesar de vasta experiência militar e metodológica, uma avaliação natural da orientação acadêmica pelos oficiais PTTC da SPG induz à percepção de que esses militares se encontram afastados da vivência prática do nível tático há muitos anos. Essa lacuna possui baixo impacto na vertente acadêmica das pesquisas, entretanto, para a modalidade profissional é interessante que a qualificação do orientador contemple *expertises* alinhadas com o cenário atual, composto por tecnologias e desafios que se alteram com velocidade vertiginosa.

A fim de mitigar essa deficiência, existe a possibilidade da implementação de parcerias com instituições civis e militares, de forma a permitir, aos docentes, participação em experimentações doutrinárias, exercícios de adestramento, visita a tropas em operações reais, eventos científicos ou outras atividades que agreguem atualizações práticas, não restritas a revisões de literatura.

Outro fator extremamente relevante — inclusive um dos principais argumentos

para o parecer negativo da CAPES em 2013 — diz respeito à baixa produção por parte do corpo docente. Não há registro de qualquer pesquisa autônoma conduzida pelos oficiais PTTC no nível tático. Embora não haja o objetivo de cumprir as exigências da CAPES simplesmente por automatismo, esse requisito de produção é fundamental para manter a atualização do corpo de orientadores, sem contar os ganhos da visibilidade do programa e os intercâmbios que advêm desta prática.

Apesar do destaque que se dá ao mestrado profissional, este estudo não se restrin-
giu a este programa. O objetivo foi otimizar a produção e aproveitamento das investigações em ambos os programas: *stricto sensu* e *lato sensu*. Acerca deste último, que contempla quase 90% dos alunos, uma análise preliminar detectou algumas oportunidades de melhoria no tocante ao seu corpo docente:

- Os instrutores estavam orientando alunos acerca de temáticas completamente distintas, não aproveitando a especialização prévia dos docentes e dificultando a revisão de conteúdo dos trabalhos dos alunos.
- Os encargos de rotina dos instrutores, notadamente a sistemática de aprovação-correção de provas, demandam uma parcela significativa do seu tempo, impedindo a constante atualização de conhecimentos, imprescindível para a orientação de pesquisas.
- Os instrutores, em sua maioria, realizaram trabalhos de conclusão de curso influenciados pelo paradigma de mera exigência curricular, o que resulta numa reprodução automática no seu método de orientação/correção.

A exigência de produção por parte dos instrutores dos Cursos — orientadores do programa *lato sensu* — encontra óbices no tempo desses militares, haja vista as demais atividades que desenvolvem: a preparação e condução de aulas, os exercícios no terreno e a extenuante sistemática de elaboração de provas. Ademais, cabe destacar que esses instrutores ainda possuem encargos administrativos muito grandes, comuns em todas as unidades militares, como sindicância, escala de serviço, entre outros.

Portanto, no nível *lato sensu*, foi considerada uma solução mais adequada o agrupamento de alunos, que se encontram investigando temas similares, sob a orientação de instrutor com especialização sobre essa temática. Assim, constituiu-se um corpo de docentes por afinidade ao tema, o que pode desenvolver um desenho estrutural de “especialistas” por temáticas. Uma consequência interessante dessa medida, e que deve ser estimulada, é a participação do instrutor “especialista” em cursos e seminários específicos existentes.

No âmbito do *stricto sensu*, o corpo docente não possui encargos administrativos ou outros que concorram com a sua atividade-fim. Naturalmente, além da orientação acadêmica, os oficiais PTTC realizam a correção dos projetos inscritos no processo seletivo e participam de bancas examinadoras. Porém, possuem carga mínima — em torno de duas horas por ano — como professor de disciplina, o que os torna mais aptos e em condições para pesquisa, se compararmos sua disponibilidade de tempo com a da maioria de professores de programas de pós-graduação do país.

Assim, a definição de uma linha de pesquisa para cada orientador do programa *stricto sensu* se especializar e, por consequência, se capacitar à orientação acadêmica é factível e essencial. Orientar apenas a metodologia científica não condiz com o que se espera de um mestrado profissional. A utilização de coorientadores ou supervisores para usufruir técnicos especialistas é uma manobra aceitável, mas deve ser acessória, já que o corpo permanente deve ser a referência no conteúdo, e não apenas no método.

Entretanto, mais uma vez, a especificidade das ciências militares no nível tático impõe uma barreira para esse processo. A diversidade de temas exigiria uma infinidade de orientadores na tentativa de abranger, com profundidade, todos os assuntos. Uma visão simplista — e alinhada com exemplos do meio civil — levaria à opção de aceitar apenas trabalhos que estivessem inseridos na especialização dos orientadores disponíveis. Contudo, ressalta-se que essa solução não seria interessante para a Instituição, pela probabilidade de desprezar excelentes trabalhos, além do aspecto legal, devido às vantagens pecuniárias e na valorização da carreira dos oficiais que concluem o mestrado.²

Questão recorrente na SPG — também fruto de depreciação por parte da avaliação da CAPES em 2013 — é a contratação de professores para disciplinas consideradas secundárias no ensino da EsAO, como Relações Internacionais, Ciências Políticas e Estratégia. No que reflete à pesquisa, essa medida teria pouco impacto prático na produtividade, visto que raríssimos trabalhos possuem enfoque direcionado a temáticas afetas a essas áreas do conhecimento. Dessa

forma, o processo de otimização implementado em 2016 não considerou como prioritária a contratação de professores.

Catálise de experiências

Um dos principais argumentos utilizados pela corrente que percebe a pesquisa como mera exigência curricular reside no menosprezo às capacidades e experiências dos capitães-alunos. Essa concepção não condiz com a realidade. A maioria dos oficiais, ao ingressarem na EsAO, já possui cerca de 10 anos de vivência profissional no nível tático, sem contar as mais diversas habilitações, cursos e estágios civis e militares.

Outro fato que reforça sua experiência é a crescente participação do EB em operações reais de vulto e considerável intensidade, como a segurança dos Jogos Olímpicos e a pacificação de comunidades como Complexo do Alemão e da Maré.

Por mais que operações de garantia da lei e da ordem não se constituam a prioridade do EB, é inegável que a experiência da progressão sob fogos em ruas e vielas exige relevante adaptação e evolução das tropas e pode ser replicável a muitas situações de conflitos atuais vivenciados por vários exércitos estrangeiros. A despeito disso, muitos militares ainda evitam colher ensinamentos desse tipo de operação, talvez ainda bloqueados por uma visão ortodoxa pelo tipo de emprego e por ainda acreditarem que os exércitos somente serão empregados em uma guerra irrestrita, em que poderiam evacuar a população e impor força sem haver contraposição da mídia (VISACRO, 2018).

Assim, o presente estudo percebe como subemprego da capacidade intelectual

dos capitães a Instituição não exigir que suas investigações redundem em soluções para as demandas existentes. Sem dúvidas, a concorrência de tempo entre a pesquisa e as avaliações da EsAO tendem a diminuir o ímpeto do pesquisador. Entretanto, a experiência dos militares indica que a rotina nos corpos de tropa restringe ainda mais o tempo disponível para qualquer pesquisa.

Nesse sentido, este estudo entende que o CAO representa um excelente momento de reflexões críticas por parte dos capitães, em que o aluno confronta suas vivências com a doutrina militar vigente e traduz seus pensamentos em soluções práticas por meio de metodologia científica. Catalisar esses conhecimentos e transformá-los no formato inteligível para sua aplicabilidade caracterizam o sucesso pleno esperado.

Próximos passos

A implementação do processo de otimização da pesquisa teve, em 2017, seu batismo de fogo. Após um ano de estudo e preparativos, que incluíram o convencimento dos instrutores dos Cursos acerca das vantagens da mudança, o primeiro passo contemplou, basicamente, o programa *lato sensu*.

Sem dúvidas, conforme previsto no planejamento inicial, algumas adaptações foram necessárias ao longo do processo, como a necessidade de uma tutoria para os instrutores compreenderem a diferença entre trabalho de conclusão de curso e artigo científico, bem como a própria tarefa de orientação acadêmica. Contudo, a aprovação do processo, tanto por docentes como pelos discentes, foi extremamente satisfatória.

Difusão de soluções

Na sequência do processo, vislumbra-se a finalização do ano letivo com a elaboração dos cadernos de pesquisas compiladas por eixo temático e o subsequente encaminhamento para o Comando de Operações Terrestres, centros de instrução e estabelecimentos de ensino.

A remessa dos títulos dos trabalhos sempre ocorreu, entretanto, a dispersão de assuntos dificultava a sua compilação. O agrupamento dos temas, desde sua origem na seleção pelos alunos, pretende facilitar o trabalho de possíveis grupos de estudo responsáveis pela atualização da doutrina. Almeja-se também a autorização para o aproveitamento dos conhecimentos provenientes das pesquisas para exploração de experiências nos estabelecimentos de ensino do EB.

Embora seja comum no meio acadêmico, a exploração de estudos recentes em salas de aula encontra resistências no meio militar. O receio de contradizer uma informação constante em manual restringe a liberdade de manobra dos instrutores, que se encontram cercados de agregarem “novos conhecimentos” devido à falta de amparo para a cobrança em avaliações.

Essa mentalidade se constitui em um dos maiores obstáculos para atender ao dinamismo curricular tão essencial ao militar no nível tático. A cultura institucional impõe uma longa sistemática para admitir a inclusão de conhecimentos nos manuais de campanha, como, por exemplo, a experimentação em exercícios no terreno ou mesmo relatos de guerras ocorridas.

O processo de otimização da pesquisa não pretende criar doutrinas ou mesmo substituir a metodologia de admissão de

novos conhecimentos. A intenção é explorar estudos recentes nas salas de aula, de estabelecimentos de ensino e centros de instrução, com a finalidade de estimular o pensamento crítico e soluções inovadoras. O processo de atualização de manuais já não possui a agilidade suficiente para acompanhar a evolução dos conflitos e, dessa forma, seria interessante dispor de outras referências.

Nesse sentido, as pesquisas podem-se constituir em excelente subsídio para apresentar tendências e experiências nacionais e internacionais. A reflexão sobre técnicas e táticas ainda não consolidadas como doutrina se propõe a desenvolver a criatividade e espírito inovador, além de verificar a efetividade do método de planejamento vigente quando do emprego de novas ferramentas e contra novas ameaças.

Apesar de não se constituir objeto deste estudo, o sistema de avaliação da EsAO — como também de outras escolas do EB — merece ser mencionado. A sistemática de classificação, com suas imensas consequências para a carreira do oficialato, impõe uma busca incessante pelo maior grau possível. Desse modo, a inclusão de conhecimentos táticos recentes e inovadores nas avaliações tende a ampliar a reflexão e aprendizagem dos alunos quanto à Guerra na Era da Informação.

Estrutura organizacional

Algumas das deficiências relatadas na seção anterior tratavam sobre a lacuna entre a pesquisa e a doutrina bem como a dificuldade de atualização do corpo docente pela dinâmica do nível tático.

Em face do exposto, vislumbra-se — como possível solução para ampliar a efetivi-

dade e aplicabilidade das pesquisas principalmente no nível *stricto sensu* — a integração da Seção de Coordenação Doutrinária (SECOD) com a SPG, a partir da instituição de uma Divisão de Pesquisa e Doutrina. Essa Divisão atende, por natureza da concepção, todas as prerrogativas essenciais para o que se pretende de pesquisas no nível tático: alinhamento prático com o dinamismo curricular.

Essa fusão pretende, além da integração semântica, agilizar o processo de incorporação de conhecimentos provenientes de pesquisas ao conteúdo ministrado no curso da EsAO. Composta, de acordo com o atual quadro de cargos, por onze militares, a SECOD é responsável pela análise doutrinária das provas formais e temas ministrados pelos Cursos, além de coordenar a elaboração de publicações doutrinárias.

Uma possível estrutura para essa integração reduziria alguns encargos administrativos, que poderiam ser centralizados em uma secretaria única, e contempla a instituição de um Centro de Pesquisa Tático, constituído por linhas de pesquisa especializadas, que podem ser definidas dentre os elementos do poder de combate ou mesmo temáticas específicas de alto impacto no nível tático, como: terrorismo, SARP entre outras.

Cada linha de pesquisa pode ser integrada por um oficial PTTC — atualmente orientador do mestrado profissional — e um oficial instrutor da SECOD, caracterizando a interação entre a metodologia e a atualização doutrinária. Esse formato possui a vantagem, também, de ampliar a capacidade de vagas disponíveis ao programa *stricto sensu*, tendo em vista a disponibilidade dos atuais

instrutores da SECOD que possuírem a titulação de mestre, como orientadores.

Nesse sentido, outra possibilidade de ampliar a disponibilidade de vagas para o mestrado profissional é a utilização de instrutores do Curso de Ensino a Distância (CEAD) como orientadores acadêmicos. Para tanto, é interessante que sejam designados para o CEAD instrutores com o curso de mestrado. Essa possibilidade advém da disponibilidade dos instrutores do referido curso durante todo o ano, por não realizarem exercício no terreno, além de sua capacidade de especialização em disciplinas cujas temáticas são frequentemente abordadas em pesquisas e cuja tarefa de lecionar cabe ao CEAD: liderança, história militar, gestão organizacional.

Longo prazo

Em uma terceira fase de reformulações, vislumbra-se a consecução de um antigo sonho de consumo da SPG: a realização de um curso de mestrado com dedicação exclusiva. Uma linha de ação já estudada anteriormente e que tende a suprir diversas demandas para a efetividade da pesquisa é a possibilidade de o pesquisador se dedicar, ao longo de um período determinado, somente ao estudo relacionado à sua temática.

Atualmente, essa solução parece distante por diversos motivos, notadamente a escassez de pessoal nos corpos de tropa e a própria efetividade do que está sendo produzido. Entretanto, a partir do momento em que as pesquisas apresentarem resultados significativos, principalmente quanto à economia de recursos humanos e financeiros, o

EB tenderá a compreender como vantagem a alocação de uma parcela de seus oficiais para a solução de demandas.

Por exemplo, a Instituição pode delegar a um oficial pesquisador um estudo comparativo de diversos modelos de simuladores de tiro para que, ao final e utilizando-se de metodologia apropriada — como experimentações conduzidas nos corpos de tropa —, conclua sobre a que apresenta a melhor relação custo-benefício. Tal medida visa a evitar a tomada de decisões, muitas vezes parcial e errônea, que causam prejuízos irreparáveis e, também, a auxiliar na evolução da doutrina.

Uma possível operacionalização — dessa pesquisa com dedicação em tempo integral — seria a seleção, a partir de um efetivo de oficiais com perfil e habilitação específica, de um grupo restrito de pesquisadores — *a priori*, em torno de cinco — que possuam maior relação com as demandas a serem investigadas. Eses militares receberiam recursos para acompanhar e realizar experimentações doutrinárias e participar de eventos científicos alinhados com seu estudo. Sob contínuo acompanhamento metodológico da SPG/EsAO, deveriam apresentar seus resultados em, no máximo, doze meses.

Ao longo do período de estudo, o pesquisador poderia ser aproveitado para ministrar palestras ou instruções em estabelecimentos de ensino e, após a sua conclusão, poderia ser designado instrutor do centro de instrução interessado em sua pesquisa. Esse delineamento de carreira encontra amparo na crescente necessidade de especialização dos oficiais, o que vai de encontro à obsoleta cultura que valoriza o

“conhecimento do tamanho de um oceano com a profundidade de um palmo”.

Ainda sob a óptica de valorização do pessoal com perfil de pesquisador, urge um estudo sobre a inclusão da produção científica continuada na valorização do mérito atribuída aos militares. A referida medida, adaptada às necessidades de cada fase da carreira, pode-se refletir em motivação para uma nova cultura institucional que não enxergue uma barreira entre o guerreiro e o pesquisador.

Outra evolução que se vislumbra essencial é a integração entre combatentes e engenheiros. A tecnologia e suas soluções cirúrgicas ganham cada vez mais espaço no teatro de operações, e as frações táticas não podem mais abdicar desses recursos. Assim, estudos devem ser conduzidos de forma integrada, em que o combatente define suas necessidades enquanto o engenheiro avalia as possibilidades e apresenta o protótipo. Entretanto, diferentemente do que ocorre atualmente, esse trabalho deve ser conduzido em parceria desde a sua concepção para evitar que o combatente termine sua pesquisa sugerindo requisitos inviáveis sob o ponto de vista técnico.

O Projeto *Tablet* da EsAO é um exemplo de subemprego da tecnologia. A substituição de manuais impressos pelos digitais realmente já compensou financeiramente o investimento, porém existem muitas outras funcionalidades do *tablet* que poderiam ser exploradas. Por exemplo, um estudo integrado entre engenheiros e combatentes poderia desenvolver aplicativos que simulassem o planejamento tático em cartas di-

gitalizadas, com o emprego de simbologias militares e análise de linhas de ação. Essa solução pode ter custo zero para a Instituição, caso haja a disponibilidade de vagas para um mestrado profissional, cujo resultado exigido seja um protótipo para essa aplicação.

Considerações finais

Após um período de reflexões e estudos acerca do melhor caminho para otimizar a produção científica dos alunos da EsAO, diversas medidas já foram implementadas, e os resultados aparentam encaminhar em maior aplicabilidade dos conhecimentos gerados pelas pesquisas na Casa do Capitão.

Como qualquer mudança estrutural em uma instituição tradicional e hierarquizada como o EB, esse processo tende a encontrar dificuldades e resistências, que, ao longo do primeiro ano de sua implementação, não se constituíram em obstáculo. Pelo contrário, vários alunos e instrutores elogiaram a proposta e demonstraram motivação para desenvolver um estudo, por acreditarem que sua “voz possa ser ouvida” pelo EB.

Além dos resultados já obtidos, os próximos passos devem ser os mais decisivos para o sucesso do processo. A maneira como as pesquisas serão compiladas e suas “soluções práticas” apresentadas aos escalões superiores precisam transmitir credibilidade e atratividade para facilitar seu aproveitamento e subsequente difusão para a “ponta da linha”.

Por fim, é importante salientar que a otimização da pesquisa é um processo que não se esgota em simples medidas. A conscientização dos agentes responsáveis, desde a seleção dos eixos temáticos prioritários até

a divulgação dos resultados, precisa ser constante. A cultura institucional carrega alguns paradigmas que precisam ser desmitificados, e o produto da pesquisa geralmente não possui uma clareza e objetividade que facilite sua atratividade.

Dessa forma, o acompanhamento dos resultados das primeiras medidas bem como a implementação dos próximos passos do

processo precisam ser continuamente avaliados e reajustados de acordo com os novos cenários que surgem. A inclusão da Defesa Nacional como área de conhecimento e a instituição do doutorado profissional, homologadas pelo Ministério da Educação em 2017, representam grandes avanços e merecem novos estudos, por parte da EsAO, para que sejam aproveitados em sua plenitude. ☰

Referências

- ALMEIDA, João Daniel Lima de. **História do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- NUNES, R. F. O Instituto Meira Mattos da ECEME e o Processo de Transformação do Exército Brasileiro. **Coleção Meira Mattos, revista das ciências militares**. Volume 2, nº 26, 2º quadrimestre. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.
- VISACRO, Alessandro. **A Guerra na Era da Informação**. São Paulo: Contexto, 2018.
- N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Devido aos Jogos Olímpicos de 2016, os próprios nacionais residenciais (PNR) destinados aos alunos foram utilizados em apoio à organização do evento esportivo, o que foi decisivo para a não realização da fase presencial no referido ano.

² Os capitães concludentes do mestrado profissional da EsAO (ou curso equivalente reconhecido pelo EB) fazem jus a um adicional de habilitação correspondente a 25% do soldo, enquanto os não possuidores do referido curso recebem apenas 20%. Além disso, os oficiais possuidores da titulação acima citada têm um acréscimo de 3,0 pontos em sua Ficha de Valorização do Mérito, utilizada como critério para promoções.

Compensação tecnológica, industrial e comercial no Ministério da Defesa

Uma visão prospectiva

Damião Fontenele dos Santos*

Introdução

Asituação financeira por que vem passando o país nos últimos anos impõe ao Ministério da Defesa (MD) buscar alternativas para dar continuidade aos seus programas estratégicos. Neste contexto, as compensações tecnológicas, industriais e comerciais, comumente chamadas de *offsets*, surgem como excelentes possibilidades, pois se utilizam do poder de barganha das grandes compras governamentais no setor de produtos de defesa.

Neste processo, são estabelecidos acordos de compensação, os quais proporcionarão as compensações pretendidas pelo comprador, mediante a importação. O processo de escolha das contrapartidas que integrarão o respectivo acordo de compensação, no caso do Brasil, é concebido com base nos critérios pertinentes a cada Força singular. Tais requisitos são de fundamental importância, sob pena de gerar impactos ao longo da execução do acordo ratificado entre as partes, sobretudo por conta da capacidade de absorção da Base Industrial de Defesa (BID)

dos escassos recursos financeiros e contingenciamentos orçamentários.

Neste sentido, as Forças Armadas (FA) do Brasil, ao longo dos anos, vêm regulamentando esta prática, alinhadas com as legislações emanadas da mais alta administração da Defesa; entretanto, ainda carentes de uma coordenação conjunta efetiva, no que diz respeito a procedimentos prévios para as negociações das contrapartidas, quando das importações de produtos de defesa, e adequada gestão dessas compensações.

A compensação comercial, industrial e tecnológica sempre foi abordada de forma prioritária na Estratégia Nacional de Defesa (END), mesmo em versões anteriores, quando se refere às aquisições de produtos de defesa: “[...] em relação ao equipamento, o planejamento deverá priorizar com compensação comercial, industrial e tecnológica [...]” (BRASIL, 2008).

A transferência de tecnologia, entendida como “[...] frutos de acordos comerciais diretos com os fornecedores estrangeiros, que representem um aumento qualitativo do nível tecnológico do País [...]” (IVO,

* Cel Av (AFA/91, EAOAR/00, ECEMAR/12, CPEAEx/18). Atualmente, serve no Ministério da Defesa (Brasília-DF).

2004, p.33), tem sido buscada, por intermédio de compensação comercial, industrial e tecnológica, diante dos escassos recursos no setor de defesa.

Contudo, a própria END já havia identificado, em alguns casos, a inexistência desta abordagem, apontando como uma das principais vulnerabilidades da atual estrutura de defesa do país a ausência de cláusula de compensação comercial, industrial e tecnológica (*offset*) em alguns contratos de importação de produtos de defesa (BRASIL, 2008).

Como observado, em que pesse a dificuldade em se definir essa prática, é incontestável a grande importância de cláusulas de compensação nos contratos internacionais, preferencialmente, se negociadas de forma conjunta entre as FA, a fim de não se deixarem hiatos tecnológicos e agregar valor às importações.

Os bloqueios tecnológicos impostos por países desenvolvidos, retardando os projetos estratégicos de concepção brasileira, já não se podem apresentar como uma vulnerabilidade da atual estrutura de defesa (BRASIL, 2008).

Em sua revisão mais recente, a END entende que, para se atingir tal condição, é necessário que os projetos de pesquisa sejam, prioritariamente, **realizados de forma conjunta pelas instituições** de tecnologia avançada das três Forças singulares. Para isso, projetos de interesses comuns devem ter esforços integrados, com um polo integrador. Estes, por sua vez, deverão ser selecionados e avaliados, também, por sua fecundidade tecnológica, ou seja, que sejam multiplicadores para outras iniciativas (BRASIL, 2016a, grifo nosso).

Neste complexo contexto, em que se buscam alternativas para os projetos das FA e consequente fomento da BID, é que este trabalho se propõe a verificar se a gestão adotada pelo MD, na coordenação das compensações tecnológicas, industriais e comerciais decorrentes de grandes compras internacionais de defesa, contribui para que sejam realizadas negociações conjuntas de *offsets* entre as Forças singulares.

Depreende-se que persiste um hiato entre a prática e uma adequada gestão dos *offsets* pelo MD, concluindo-se pela implementação de melhor governança desta atividade. Nesse sentido, verifica-se a necessidade de uma sistemática dedicada, que permita visualizar os processos das FA voltados a *offset*, “como um todo”, visando eliminar eventuais disfunções e proporcionar maior eficiência nesses processos.

Pretende-se, portanto, suscitar uma reflexão sobre o tema, de forma a contribuir para uma conscientização da importância de uma adequada gestão dos *offsets*, de modo conjunto, pela alta administração do MD. Tal sistematização implicará maior eficiência nas negociações prévias de *offset*, com impacto positivo para os projetos estratégicos das FA e, consequentemente, transbordamento de benefícios para a nossa BID.

Conceituação de *offset*

Pode-se definir *offset* como toda e qualquer prática compensatória acordada entre as partes, como condição para a importação de bens, serviços e tecnologia, com a intenção de gerar benefícios de natureza industrial, tecnológica e comercial (BRASIL, 2002a).

Ou, como resume Modesti, *offset* é toda e qualquer prática compensatória acordada entre as partes como condição para a importação de bens e/ou serviços, com a intenção de gerar benefícios de natureza comercial, industrial e tecnológica (MODESTI, 2004).

Para um melhor entendimento do processo, um acordo de *offset* relacionado a um contrato comercial segue um rito processual e formal comum a todas as FA, o qual inicia-se com a elaboração de um instrumento convocatório, pela organização contratante, com base nas orientações de cada estado-maior das Forças.

Após receber as ofertas das empresas participantes, uma análise é processada, na qual se verifica o atendimento aos requisitos estabelecido no pedido de oferta – *request for propose* (RFP).

Uma vez selecionada a proposta mais vantajosa, o contrato comercial e o acordo de compensação são negociados, sendo que este último, no âmbito da respectiva Força, é tratado como um contrato administrativo, considerando o disposto no Parágrafo Único, do art. 2º da Lei 8666/93, que considera como contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada (BRASIL, 1993).

Nesta fase, enfim, são definidos os projetos que constituirão o acordo de compensação bem como suas valorações. Esta atividade resultará em uma planificação de todo o acordo, a qual se chama “programa do acordo de compensação”.

Constata-se, portanto, que o *offset* aparece como uma excelente alternativa para que se possa usar o poder de barganha do Estado, em negociações internacionais de produtos de defesa, em contraponto aos escassos recursos financeiros disponibilizados e eventuais contingenciamentos.

Assim, é razoável dizer que uma coordenação conjunta entre as três Forças, visando prévias negociações de *offset*, vem favorecer processos mais eficientes e minimizar gargalos tecnológicos, razão pela qual surge um questionamento se o modelo atual de coordenação dessa atividade contribui para que negociações conjuntas ocorram, no âmbito das Forças singulares.

Marco regulatório

Inicialmente, visando atender ao estabelecido pela END desde a sua concepção, a Força Aérea Brasileira (FAB) teve a seguinte iniciativa:

[...] de formalizar os instrumentos adequados à prática da compensação, que, aliados às experiências vivenciadas pelas Forças na prática de *offset*, resultaram na edição da Portaria nº 764 do Ministério da Defesa, que constitui, atualmente, a mais importante referência acerca de *offset*, no Brasil. (IVO, 2004, p.108)

Esta portaria, publicada em 27 de dezembro de 2002, aprovou a Política e as Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa. Nela, se estabelece, entre outras diretrizes gerais, que as **Forças Armadas devem ter um órgão coordenador das atividades de compensação comercial, industrial e tecnológica**.

lógica, de forma a prover assessoria técnica de alto nível; concentrar os especialistas no assunto; **gerenciar os acordos de offsets**; e interagir com órgãos congêneres nas demais Forças, com o MD e com as demais entidades públicas e de interesse (BRASIL, 2002a, grifo nosso). Nesta mesma portaria, o MD definiu que as Forças o informassem e, também, às demais FA sobre negociações envolvendo *offsets*.

Posteriormente, o Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos do MD, no qual foi estabelecido, no art. 26, que cabe ao Departamento de Produtos de Defesa (DEPROD) propor ao secretário de Produtos de Defesa critérios e procedimentos para a contratação e aquisição de produtos de defesa; e cláusulas de capacitação industrial e de compensação comercial e industrial.

Por sua vez, o art. 27 do mesmo decreto definiu que cabe ao Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial (DECTI) propor cláusulas de transferência de tecnologia e compensação tecnológica; e coordenar as ações e propor **aperfeiçoamentos para medidas de compensação tecnológica (offset)** de interesse da defesa (grifo nosso).

Com o advento da Lei 12.598, de 22 de março de 2012, foram estabelecidas normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa e dispostas regras de incentivo à área estratégica de defesa.

Dentre alguns dispositivos da lei, destacam-se os seguintes:

[...] Compensação – toda e qualquer prática acordada entre as partes, como condição para a compra ou contratação de bens,

serviços ou tecnologia, com a intenção de gerar benefícios de natureza tecnológica, industrial ou comercial, conforme definido pelo Ministério da Defesa; Acordo de Compensação – instrumento legal que formaliza o compromisso e as obrigações do fornecedor para compensar as compras ou contratações realizadas; Plano de Compensação – documento que regula a especificidade de cada compromisso e permite controlar o andamento de sua execução; [...] (BRASIL, 2012a)

Passado cerca de um ano, foi criada por intermédio do Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013, a Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID), que tem por finalidade, de acordo com seu art. 2º, assessorar o ministro da Defesa em processos decisórios e em proposições de atos relacionados à Base Industrial de Defesa (BID).

Entre outras atribuições, essa Comissão tem por responsabilidade: propor e ordenar estudos relativos à política nacional da indústria de defesa; promover a integração entre o Ministério da Defesa e órgãos e entidades públicos e privados relacionados à base industrial de defesa; e propor ao ministro de Estado da Defesa políticas e orientações sobre processos de aquisição, importação e financiamento.

Ainda, no seu art. 16, define que as importações de produtos de defesa (PRODE) ou sistema de defesa (SD) que envolvam **compensação comercial, tecnológica ou industrial serão autorizadas e acompanhadas pelo MD, ouvida a CMID** (BRASIL, 2013a, grifo nosso). Em seguida, no seu parágrafo único, ressalva que, comprovada a impossibilidade de atendimento à exigência de compensação comercial, tecnológica ou industrial, o MD,

ouvida a CMID, poderá autorizar a importação, independentemente de compensação.

Na Portaria Normativa nº 564/MD, de 12 de março de 2014, ficou estabelecido, no seu art. 7º, que cabe ao DEPROD, entre outras atribuições, propor ao secretário de Produtos de Defesa critérios e procedimentos para a contratação e a aquisição de produtos de defesa; cláusulas de capacitação industrial e de compensação comercial e industrial; exercer as funções de Secretaria-Executiva da Comissão Mista da Indústria de Defesa; controlar as importações e exportações de produtos de defesa; e coordenar as ações e propor **aperfeiçoamentos para as medidas de compensação comercial e industrial (offset)** de interesse da defesa (grifo nosso).

Ainda, no seu art. 10, coube à Divisão de Aquisição de Produtos de Defesa coordenar as ações e propor as bases para a formulação e a atualização da Política de Aquisições de Produtos de Defesa e das diretrizes sobre compensação tecnológica, industrial e comercial relativas à aquisição de produtos de defesa; coordenar as ações e propor o aperfeiçoamento das medidas de compensação tecnológica, industrial e comercial de interesse da defesa; e coordenar a proposição, nos acordos de transferência de tecnologia e compensação tecnológica, de cláusulas de interesse comum às Forças Armadas.

Mais recentemente, o Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, reorganizou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos do MD, no qual foi estabelecido, no seu art. 38, que cabe ao Departamento de Produtos de Defesa (DEPROD) coordenar o fomento das atividades de produção de produtos e sistemas de de-

fesa; acompanhar a participação das Forças Armadas no processo de fabricação de produtos de defesa (PRODE); e **coordenar as ações e propor aperfeiçoamentos para as medidas de compensação tecnológica, industrial e comercial — offset — de interesse da defesa** (BRASIL, 2017, grifo nosso).

Na END, atualmente sob apreciação do Congresso Nacional, observa-se que, no Objetivo Nacional de Defesa (OND) 7, vinculado à Estratégia de Defesa (ED) 15, e na Ação Estratégica de Defesa (AED) 64, há uma diretriz para que se estimule a obtenção de compensação comercial, industrial e tecnológica nas aquisições no exterior (BRASIL, 2016a).

Desta forma, constata-se, neste breve histórico, que o MD, como órgão da administração central do mais alto nível das FA, possui todas as condições legais para exercer a coordenação dos *offsets* e proporcionar a necessária integração entre as Forças. É competente, portanto, para realizar tal governança, com vistas à eficiência nos processos, minimizando os bloqueios tecnológicos impostos por países desenvolvidos, promovendo resultados para os projetos estratégicos das Forças, com o consequente transbordamento tecnológico para a nossa BID.

Visão prospectiva

Ao se estudarem algumas teorias organizacionais, observa-se na teoria estruturalista que a integração entre os indivíduos de um grupo social bem como entre as próprias organizações é de fundamental importância para uma eficiente gestão.

Na linha da teoria estruturalista, destacam-se, dentre alguns influenciadores, Max

Weber, no qual se norteia esta base teórica, bem como Amitai Etzioni, James D. Thompson, Victor A. Thompson e Peter M. Blau. Tais pensadores consideram as burocracias como um tipo específico de organização, chamadas de “organizações formais”, que são caracterizadas por regras, regulamentos e estrutura hierárquica, permitindo reduzir as incertezas da variabilidade humana.

Especificamente, para Max Weber (1947), estruturalismo está voltado para “o todo” e com o inter-relacionamento das partes na constituição do “todo”. A totalidade, a interdependência das partes e o fato de o todo ser maior do que a soma das partes, são as características do estruturalismo (WEBER, 1947, apud, PIRES, 1999).

A organização, sob a ótica estruturalista Weberiana, implica, necessariamente, fazer uma análise globalizante de todos os fatores que compõem o todo organizacional. Mais ainda, reconhecer a integração e a interdependência desses fatores, visando a maior eficiência e combatendo eventuais disfunções com uma boa governança (AURELIO, 2018, palestra na ECEME, curso CPEAEx).

Tais considerações se aplicam muito bem em grupos sociais nos quais interesses setoriais são defendidos, mas que o processo decisório levará a um consenso, sobre o qual, prioridades deverão ser dadas para a organização como um todo.

Replicando estes conceitos para o caso das FA, como partícipes do processo de *offsets* no âmbito do MD, podemos inferir que tais características se enquadram como essas organizações. Apesar de serem parte da mesma instituição MD, buscam atender a seus projetos estratégicos, em razão dos requisitos técnicos e operacionais de cada um de-

les, embora estejam focadas em um objetivo maior e conjunto, que é a defesa da Pátria.

Realizando-se uma correlação entre a referida teoria com organizações militares, em uma perspectiva comparativa, depreende-se que integração entre as FA é de extrema relevância para se ter melhor eficiência de suas atividades. Portanto, é razoável inferir que uma estrutura única voltada aos processos de *offset* das FA, cuja composição seria dada por representantes das três Forças trabalhando integradamente, sob a coordenação única, proporcionaria um melhor aproveitamento do poder de barganha desses processos.

Analizando a estrutura atual adotada na coordenação dos processos de *offset*, no âmbito do MD, notam-se alguns aspectos que sugerem incrementos de medidas para a melhoria da coordenação desses processos.

Os recursos humanos alocados no MD para coordenar, conjuntamente, as ações das FA relacionadas aos processos de *offset* ainda são escassos. Embora as FA se esforcem para disponibilizar militares para esse fim, verifica-se um número aquém do necessário para essa atividade. Ainda com relação a esse fator, observa-se que esses recursos humanos, quando disponibilizados, ficam pulverizados no âmbito do MD, por vezes, acumulando atividades.

Por outro lado, a alta administração carece de uma diretriz mais abrangente para as negociações das cláusulas de *offset*, que sirva como referência, com o devido respaldo do MD, que represente os interesses da Defesa, **de forma conjunta** (grifo nosso). Este aspecto implica favorecer uma adequada interação entre as FA.

Em negociações dessa natureza, o estabelecimento prévio das necessidades de compensação, alinhadas com as diretrizes da alta administração, é de fundamental

importância. A parte contratante, entendendo-se o MD representado pelas Forças, tem que ter uma visão bastante clara das diretrizes para seus projetos estratégicos.

Em atendimento a esse quesito, todavia, é necessário ter uma perfeita percepção da capacidade da indústria nacional. O parque industrial nacional deverá ter uma base industrial e tecnológica instalada, em condições de receber novos investimentos tecnológicos e industriais. Com isso, haverá um enquadramento adequado do que se quer ter como compensação.

Por fim, os recursos alocados para esta atividade ainda são modestos. Aliados a isso, contingenciamentos de recursos financeiros acabam dificultando o andamento de programas de compensação por incidirem, diretamente, nos objetos contratados e, por consequência, suas contrapartidas ficam comprometidas.

Assim sendo, considerando-se as peculiaridades organizacionais inerentes a cada FA, no que se refere às ações de *offset*, observa-se que as dificuldades encontradas na coordenação desses processos impedem um maior aproveitamento conjunto das contrapartidas oriundas das negociações internacionais.

Para mitigar as disfunções dos processos, entende-se que uma gestão conjunta favoreceria a ampliação das oportunidades de *offset*, que poderiam trazer mais benefícios para os projetos estratégicos das FA, como um todo, e consequências positivas para a BID.

Nesse sentido, os escritórios de projetos de cada FA poderiam prevalecer nas negociações conjuntas, na medida em que seus interesses em adquirir certas capacidades estariam sendo considerados em cada negociação. Even-

tuais “gargalos” em projetos podem ser transpostos, em razão de uma negociação em que inúmeras possibilidades sejam visualizadas.

Em uma abordagem mais contemporânea, pode-se dizer que, para a solução dos problemas, deve ser buscado um pensamento sistêmico único, supondo que os problemas são complexos, têm mais de uma causa e mais de uma solução e estão inter-relacionados com o restante de toda a organização.

Este é o principal ponto desse artigo, o qual propõe uma gestão das transações de compensação tecnológica, industrial e comercial, no âmbito do MD, de forma que possam ser consolidadas todas as propostas de *offset* e, assim, haja um aproveitamento de todo o potencial das negociações no contexto da política e na consecução das diretrizes de compensação.

Considerando que a Força Aérea (FAB) é pioneira e promissora na prática com *offset*, esta servirá, em alguns momentos, como referência para que algumas ideias acerca do tema sejam propostas. No campo do capital intelectual, por exemplo, a FAB se destaca pela existência de profissionais que se tornaram experientes no assunto, graças aos trabalhos realizados em complexos projetos. Isso foi resultado de um período relativamente longo de aplicação de regras de *offset* nos contratos internacionais e da formação padronizada de recursos humanos por meio de cursos específicos ministrados pelo Instituto de Logística da Aeronáutica (ILA).

Destaca-se que na FAB funciona um fórum colegiado para decisões sobre *offsets* (Comitê de Compensação do Comando da Aeronáutica) no EMAER, responsável por produzir um fluxo de conhecimento sobre *offset*.

Utilizando-se de uma perspectiva comparativa entre a FAB e o nível mais alto da ad-

ministração no MD, do mesmo modo, o tema *offset* pode ser discutido em um departamento que possa reunir, sob uma única coordenadoria geral, representantes das três Forças. Esta sistemática permitiria a um grupo dedicado ao tema visualizar e discutir, prévia e conjuntamente, as contrapartidas advindas de contratos internacionais. Uma estrutura sistêmica e integrada entre as FA favoreceria a identificação de necessidades e de produção de informações para o processo decisório, sem, entretanto, comprometer as especificidades de cada FA.

Ressalta-se que não se pretende estabelecer, neste momento, qual o modelo organizacional a ser adotado pelo grupo, ficando este aspecto como objeto de estudo para outra oportunidade. Contudo, essa reformulação não requer grandes mudanças, mas, sim, uma adaptação do modelo existente, mesmo porque já existe algum acompanhamento dessa atividade pelo MD e uma base legal já bem definida.

Neste sentido, para capacitar a estrutura vigente a enfrentar mudanças que se vislumbram na área de compensação comercial, inicialmente, é necessário repensar a gestão estratégica para se atingir maior eficiência, segundo uma determinada cadeia de valor.

Com este novo processo, que deve ter liderança e coordenação exercidas no âmbito do MD, buscar-se-ia atender as necessidades das Forças com os acordos de *offset* a serem firmados, gerir pessoas e processos, elaborar o planejamento estratégico, implementar sistemas de informação e análise bem como adequar a estrutura funcional e legal relacionada ao tema.

Para viabilizar a sistemática proposta e implementar uma visão sistêmica que as estruturas atuais não proporcionam, será necessária a adequação de um setor único, que

agregue os interesses das FA, por intermédio de seus representantes, sem detimento, contudo, de uma comunicação fluida entre os recursos humanos desse setor e as Forças singulares, permitindo uma perfeita integração.

Considerando essa premissa, a primeira ação a ser empreendida consiste na indicação de um fórum colegiado, responsável pela coordenação das atividades relacionadas a *offset* no MD, sob a égide de uma única coordenação. Este setor relacionar-se-ia com a Marinha do Brasil (MB), Exército Brasileiro (EB) e a FAB por intermédio dos seus representantes, indicados pelos respectivos comandos.

Esta sistemática, abordada ainda de forma superficial, pois não há pretensão de se esgotar o assunto neste momento, promoveria uma adequada visibilidade de todos os processos de *offset* em curso e dos futuros, por parte de seus integrantes bem como, em um esforço conjunto, permitiria um melhor acompanhamento dos processos. Isto implicaria adequada coordenação dos projetos de *offset*, desde sua concepção até os seus resultados. Os representantes das FA poderiam articular entre si, de forma a terem parâmetros para as compensações, utilizando-se de análises multicritérios, advindas de uma equipe multidisciplinar, que serviriam ao processo decisório. Este aprimoramento proporcionaria a integração maior entre as FA, na qual se poderiam contemplar áreas de interesses comuns a mais de uma Força singular. Esta evolução deveria ser apoiada por ferramentas de gestão, a fim dar uma dinâmica nos processos.

Contudo, a implementação dessa sistemática tem de estar, necessariamente, alinhada com os ditames da Política e das Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do MD (Portaria nº 764 /MD),

seguindo suas atualizações. Assim, faz-se mister o estabelecimento de metas que balizem os resultados e levem à mensuração dos resultados das contrapartidas pela equipe, de acordo com indicadores, bem como sirvam de referência para reavaliações dos processos, sempre conjuntamente. Sugerem-se para isso, reuniões de caráter permanente ou eventuais, quando o caso exigir, para discussões e debates dos processos, até mesmo com outros ministérios, para se verificarem possibilidades de *offset* para outros setores produtivos nacionais de interesse para o país.

Considerando a complexidade na condução do tema e visando dar a devida abrangência às três Forças, propõe-se que, para a coordenação da equipe, seja indicado um oficial designado pelas FA, seguindo um rodízio entre as três Forças.

Ademais, esse colegiado seria composto por militares oriundos das três Forças, em número proporcional, os quais tratariam da coordenação entre os comandos subordinados e atividades correlatas, no contexto de *offset*. Neste sentido, a coordenação da equipe buscaria todas as informações inerentes aos propósitos de cada Força, por meio dos seus respectivos representantes. Nessa linha, para o estabelecimento da sistemática supracitada, é preciso se ter em mente a premissa de que os resultados devem atender, em uma primeira aproximação, aos interesses das FA, sem, contudo, perder de vista que a abrangência das análises deve permitir resolver hiatos tecnológicos.

Com o intuito de estruturar a gestão das diversas atividades, atendendo aos requisitos da unicidade e comunicação fluida, é desejável um funcionamento do grupo que respeite alguns pressupostos, considerando as características de cada FA.

A coordenação particularizada de projeto de *offset* deve ser conduzida por um processo normatizado, que reflita cada plano de ação vinculado ao respectivo projeto. Toda a equipe, entretanto, terá conhecimento de cada plano, a fim de verificar possíveis interesses comuns a serem atendidos. Desta forma, os registros das informações visam dar visibilidade a todos da equipe, com o intuito de nivelar conhecimento e proporcionar eventuais resoluções de gargalos tecnológicos nos projetos de cada FA.

Esta sistemática permitirá, também, aprimoramentos nos processos, uma vez que, com a participação de todos, a curva de aprendizagem tenderá a ser mais rápida e consistente. Tal abrangência de informações favorecerá decisões mais acertadas e não limitadas a universos afins a determinados projetos.

Desta forma, como todos de uma equipe estariam cientes dos processos em curso, as reavaliações dos projetos comparados com os indicadores e outras referências seriam mais consistentes. Evidentemente, reuniões periódicas ou eventuais, de acordo com o caso, devem ser a tônica nesta sistemática. As participações em reuniões têm de ser ativas, diante do dinamismo dos processos; para isso, sugere-se um número de participantes que permita substitutos, em casos fortuitos. Neste diapasão, ferramentas gerenciais de análise multicritérios seriam bem-vindas para um acompanhamento eficiente.

Outro fator de extrema importância trata-se da qualificação dos integrantes. Cada integrante da equipe deverá possuir conhecimento sobre os projetos e acordos de compensação vinculados, ou lançar mão de um corpo técnico, respeitando as especificidades de cada Força, segundo seus

respectivos comandos. Visando suprimir esta eventual carência de recursos humanos, um planejamento de capacitação deverá ser uma meta a ser perseguida, a fim de corrigir eventuais disfunções.

Considerações finais

No contexto das estratégias estabelecidas na Política e Diretrizes de Compensação Tecnológica, Industrial e Comercial do MD, verifica-se como uma das prioridades o estabelecimento de cooperação entre os setores militares, empresas e o parque industrial de tecnologia militar visando a produtos duais.

Contudo, a forma com que esta orientação vem sendo implementada no MD, a despeito das muitas expectativas geradas em alguns segmentos, não provocou, especificamente na prática do *offset*, ganhos significativos conjuntos, deixando as FA trabalhando este tema de forma distinta.

Ao longo dos anos, um arcabouço legal sobre o tema foi consolidado, seguindo uma curva de aprendizagem. Embora ainda haja muito a ser regulamentado, pois se trata de processos dinâmicos e relativamente novos, no âmbito das FA, uma base legal robusta regula a prática de *offset*. Isto oferece uma adequada segurança jurídica aos gestores ou ordenadores das FA voltados a essa atividade.

Com o intuito de dar a devida transversalidade aos processos, as FA normatizaram suas práticas de compensação, de acordo com as suas especificidades, alinhadas com as legislações emanadas da mais alta administração da Defesa; entretanto, são ainda carentes de uma diretriz que oriente uma coordenação efetiva, no que diz respeito a negociações prévias e conjuntas das contrapartidas.

Historicamente, vários casos de sucesso são identificados nas FA, principalmente, na FAB. Este universo ratifica a importância dessa prática, como uma das alternativas para dar continuidade aos seus programas estratégicos, diante dos escassos recursos financeiros e contingenciamentos orçamentários. Neste contexto, as compensações tecnológicas, industriais e comerciais surgem como excelentes possibilidades, pois se utilizam do poder de barganha das grandes compras governamentais de produtos de defesa, proporcionando, sobretudo, transbordamento tecnológico para a BID.

A compensação comercial, industrial e tecnológica sempre foi abordada de forma prioritária na END, a qual define essa prática com incontestável importância, preferencialmente, se negociada de forma conjunta entre as FA, a fim de não se deixarem hiatos tecnológicos e agregar valor às importações.

Neste complexo contexto, em que se buscam alternativas para os projetos das FA e consequente fomento da BID, é que este trabalho se propôs a verificar se a gestão adotada pelo MD na coordenação das compensações tecnológicas, industriais e comerciais, decorrentes de grandes compras internacionais de produtos de defesa, contribuía para ocorrências de negociações conjuntas de *offsets* entre as Forças singulares.

Verificando-se aspectos referentes às estruturas organizacionais, suas características e correlações com os diversos grupos sociais, bem como suas implicações funcionais nesses sistemas, pode-se analisar o modelo de gestão adotado para as compensações tecnológicas, industriais e comerciais, correlacionando-o com a legislação em vigor, sob a ótica da teoria estruturalista.

Depreendeu-se, após essa análise, que persiste um hiato entre a prática e uma adequada gestão dos *offsets* pelo MD, concludendo-se pela implementação de melhor governança para esta atividade. Nesse sentido, verificou-se a necessidade de uma sistemática dedicada ao tema, que permita visualizar todos os processos “como um todo”, eliminando eventuais disfunções e proporcionando maior eficiência nesse processo.

Portanto, foi suscitada uma reflexão sobre a conscientização da importância de uma adequada gestão conjunta dos *offsets*, pela alta administração do MD. Isto implicará maior eficiência, pois motivará negociações prévias de *offset* entre as FA, com impacto positivo para os projetos estratégicos das FA e consequente transbordamento de benefícios para a BID. Maior integração entre as FA nesses processos resultará em uma sinergia nas negociações de compensações tecnológicas, industriais e comerciais, proporcionando a desejada eficiência para os projetos militares.

Com efeito, a aplicação desse modelo permitirá um melhor acompanhamento e controle de todas as ações de *offset* em andamento e futuras, possibilitando que as negociações relativas a cada projeto envolvido extrapolem suas esferas e concorram para que sejam alcançados objetivos maiores, ordenadamente entre as três FA.

Considerando o baixo custo requerido para a implantação da proposta, aliado à simplicidade das providências necessárias, entende-se pela viabilidade da proposta, sobretudo, no que diz respeito aos benefícios resultantes em termos de incremento de oportunidades e transbordamento de benefícios para a BID.

Entretanto, deve-se inferir que eventuais conflitos podem ocorrer, principalmente,

pelas características intrínsecas a cada FA. Desta forma, quanto maior for o grau da qualidade dos planejamentos previos, maior será o ganho conjunto.

É esperado que esse modelo favoreça a união de esforços voltados à unicidade de objetivos estratégicos das FA, quando das negociações de grandes projetos de defesa de qualquer uma das Forças. Assim, o direcionamento de compensações para setores de pesquisa e desenvolvimento ou de indústria de suporte das Forças trará efeitos de alta sinergia, pela colaboração, de forma a evitar eventuais disfunções de oportunidades de melhorias.

As vantagens advindas de uma coordenação conjunta dos processos de *offset* tendem a ser potencializadas, quando congregados os interesses dos participantes em um ambiente único. Em tese, como mencionado na teoria estruturalista, “o todo é maior que a soma das partes”. Portanto, uma visão do todo possibilitará melhor aproveitamento das oportunidades relacionadas a essa natureza de atividade.

Nesse sentido, tecnologias obtidas poderão ser comuns a vários projetos das FA, e o transbordamento tecnológico, em um universo maior, fortalecerá o binômio Defesa e Desenvolvimento. Tal tarefa é por demais árdua e muito cara em termos de recursos financeiros; e aqui nem se considerou a situação econômico-financeira por que tem passado o país há tantos anos.

Finalizando, as FA não trabalham isoladas. Necessitam cada vez mais da interoperabilidade, seja em operações ou na busca da ampliação de suas capacidades para a defesa da Pátria. Nesse caminho, seguirão contribuindo, em grande escala, para um adequado desenvolvimento de nosso país. ☰

Referências

- ALMEIDA, Nelson Marcio Romanelli. Acordos de Compensação Comercial, industrial e Tecnológico (offset) no processo de industrialização da base industrial de defesa. A gestão de offset na Marinha do Brasil e seus reflexos na Base Industrial de Defesa. Tese de mestrado. Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2016.
- AFFONSO, José Augusto Crepaldi, A política de offset da Aeronáutica no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa. In: seminário do Livro Branco de Defesa Nacional, São Paulo, SP, 2011. Disponível em: <www.defesanet.com.br/photo/HO/senado/jose_augusto_crepaldi.pdf>.
- BRASIL. Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, que estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1º abr. 2013a. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7970.htm>.
- _____. Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Acesso disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d8978.htm>.
- _____. Estado-Maior da Armada. EMA-420: Normas para Logística de Material. Brasília, DF, 2002b. rev. 2. Mod. 1.
- _____. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 764/MD. Aprova a Política e Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa. Brasília, DF, em 27 dez. 2002a.
- _____. Força Aérea. Portaria nº 1.395/GC4. Aprova a Política e Estratégia de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica da Aeronáutica: DCA 360-1. Brasília, DF, 13 dez. 2005a.
- BRASIL. Força Aérea. Portaria nº 1.397/GC4. Aprova os preceitos para a negociação de acordos de compensação comercial, industrial e tecnológico na Aeronáutica: ICA 360-1. Brasília, DF, 13 dez. 2005b.
- _____. Estado-Maior da Armada. Circular nº. 08 de 23 de julho de 2016. Brasília, DF, 2016c. Modificações das Normas de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica (offset) na MB.
- _____. Estado-Maior do Exército. Portaria nº 201-EME, de 26 de dezembro de 2011. Aprova as Normas para Gestão de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica no Exército Brasileiro. Brasília, DF, 26 dezembro 2011.
- _____. Gabinete do Comandante da Marinha. Portaria nº 223/MB. Aprova as Diretrizes para a Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica (“OFFSET”) da Marinha do Brasil. Brasília, DF, 25 jul. 2016b.

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF, 22 jun. 1993.

_____. Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012. Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei no 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências. Brasília, 22 mar. 2012a.

_____. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. DCA 400-6: Ciclo de Vida de Sistemas e materiais da aeronáutica. Brasília, DF: Comando da Aeronáutica, 2007.

_____. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. 1.ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2008.

_____. Ministério da Defesa. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012b.

_____. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. 3.ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2016a.

_____. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2016d.

BRASIL. Secretaria Geral da Marinha. Normas sobre Licitações, Acordos e Atos Administrativos: SGM-102, rev. 4. Brasília, DF, 2013b.

CARRILHO, Maria. Principais tendências na sociologia militar. Nação e Defesa. Literatura e seleção bibliográfica Universidade de Lisboa, 1978.

Cruz, R. L. V. (2005c). Offset o exemplo do setor aeroespacial brasileiro. (Dissertação de Mestrado, Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, Brasil). Acesso em <www.defesa.mil.br/arquivos/espaco_academico/biblioteca_virtual/dissertacoes/ciencias_exatas/51691.pdf>.

Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013c. Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, que estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa. Acesso em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7970.htm>.

Diretriz do Comando da Aeronáutica 360-1. (2005). Política e Estratégia de Compensação Commercial, Industrial e Tecnológica da Aeronáutica. Brasília: Comando da Aeronáutica.

FILGUEIRAS, Eduardo Quesado. A conjuntura político-econômica 2007-2011 e transferência de tecnologia nos offsets da Aeronáutica. Dissertação (Curso de Comando e Estado-Maior). Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, 2010.

FILGUEIRAS, Eduardo Quesado. A conjuntura político-econômica 2007-2010 e a transferência de tecnologia nos offsets da Aeronáutica. UNIFA, Rio de Janeiro, jun. 2012.

FILGUEIRAS, Eduardo Quesado. Offsets: uma visão crítica no contexto da Organização Mundial do Comércio. Revista Seiva, nov. 2014.

IVO, Ronan Coura. A prática do offset como instrumento dinamizador do desenvolvimento industrial e tecnológico. 157 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2004.

Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012d. Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa. Acesso em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12598.htm>.

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Institui as normas para licitações e contratos da administração pública. Acesso disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>.

Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (1999). Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Acesso em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp97.htm>.

LIMA NETO, Diógenes. A institucionalização do processo de acordos de offset no comando da Aeronáutica do Brasil. 104 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade do Minho, Braga, PT, 2012.

MODESTI, A. Offset: teoria e prática. In: WARWAR, Z. (Ed.). Panorama da Prática de Offset no Brasil: uma visão da negociação internacional de acordos de compensação comercial, industrial e tecnológica. Brasília, DF: Projeto Editorial/Livraria Suspensa, 2004.

MOTTA, Fernando C. Prestes. O estruturalismo na teoria das organizações. Revista de Administração de Empresas, vol. 10, n.4, São Paulo, out./dez. 1970.

PIRES, Rui Pena. Uma Teoria dos Processos de Integração. 54f. Artigo. Instituto Universitário de Lisboa. Editora CIES-ISCTE / CELTA, 1999.

SILVA, R. Acordo de Compensação (offset) em itens de Defesa: Uma perspectiva do setor Aeronáutico. 28 f. Dissertação (Interfaces Científicas - Exatas e Tecnológicas • Aracaju - SE, V.2, N.1, 2016.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

As relações entre civis e militares nas operações de paz multidimensionais

*Sérvio Corrêa da Rocha Junior**

Introdução

Hoje fazendo parte no contexto mundial, as operações de manutenção da paz (OMP) eram impensadas na primeira metade do século XX, quando as duas Grandes Guerras tiveram papel decisivo na transformação do modo de viver e pensar das sociedades.

Uma nova ordem mundial surgiu após o término da Segunda Guerra Mundial, e o mundo foi dividido em dois blocos que buscavam a hegemonia mundial, liderados pelos Estados Unidos da América (EUA) e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com ideologias capitalista e socialista, respectivamente. Iniciava-se a Guerra Fria, que teve seu fim decretado com a queda do muro de Berlim em 1989.

Em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, foi fundada a Organização das Nações Unidas (ONU). Uma organização que abarcava vários países e que tinha como objetivo principal promover a paz e a segurança internacionais. Junto com a criação da ONU, veio a Carta das Nações Unidas, seu documento mais importante, acordado

entre os países fundadores, que desejavam uma paz duradoura.

Fruto do que foi observado logo após o término da última grande guerra, a preocupação fundamental era prevenir um novo conflito entre Estados, mas o que aconteceu, notadamente a partir da década de 1990, foi a diminuição dos conflitos interestatais e um crescimento dos conflitos intraestatais. Essa situação se deveu muito ao poder de veto que os EUA e a URSS têm no Conselho de Segurança, juntamente com China, França e o Reino Unido, o que paralisava qualquer resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Na Carta das Nações Unidas, não está expressamente claro que as operações de manutenção da paz seriam uma ferramenta política para lidar diretamente com os conflitos, sejam intraestatais ou entre Estados. Neste contexto, surgiram na ONU as operações de paz (OPs), como dispositivo para manter a paz e a segurança internacionais, objetivo do Capítulo 1º da Carta das Nações Unidas. Sendo o Conselho de Segurança da ONU responsável primário pela manutenção da paz e segurança internacionais, conforme consta no Capítulo V da Carta.

* CMG Fuz Nav (EN/93, CAOFN/01, CEMOS/11, CPEAEx/18). Atualmente, é o comandante do Centro de Instrução e Adestramento de Brasília.

A evolução das operações de manutenção da paz da ONU

Inicialmente “tradicionais”, as OMP contavam apenas com a presença de observadores militares e tropas para a manutenção de cessar-fogo, evoluindo depois para as OMP “multidimensionais”, em que vários outros atores, além dos militares, civis e policiais, também trabalham unidos procurando uma paz sustentável. Surgiram então novas relações e necessidades para o funcionamento das OMP multidimensionais bem mais complexas do que as anteriormente implementadas.

A ONU então começou a atuar através de missões diplomáticas e militares para promoção da paz, intervindo nos conflitos através de cinco tipos de OPs: diplomacia preventiva, promoção da paz, manutenção da paz, imposição da paz e consolidação da paz.

As OMP da ONU começaram em 1948, quando o Conselho de Segurança autorizou o envio de observadores militares da ONU para o Oriente Médio. O papel da missão era monitorar o Acordo de Armistício entre Israel e seus vizinhos árabes — uma operação que ficou conhecida como a Organização de Supervisão de Tréguas das Nações Unidas (UNTSO). Desde então, 71 operações de paz foram implantadas pela ONU, 57 delas desde 1988. Ao longo dos anos, centenas de milhares de militares bem como dezenas de milhares de policiais da ONU e outros civis de mais de 120 países participaram das operações (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2008). Até 30 de setembro de 2018, 3.771 soldados da paz da ONU, de 124 países, morreram enquanto serviam sob a bandeira da ONU (UNITED NATIONS PEACEKEEPING, 2018).

Inicialmente, as OMP limitaram-se principalmente a manter o cessar-fogo e a estabilizar as situações no terreno, fornecendo apoio crucial aos esforços políticos para resolver conflitos por meios pacíficos. Essas missões consistiam de observadores militares desarmados e tropas levemente armadas, principalmente com funções de monitoramento, encaminhamento de relatórios e construção de confiança. São as chamadas OMP tradicionais.

Além da UNTSO, foi enviado o Grupo de Observadores Militares da ONU na Índia e no Paquistão (UNMOGIP). Ambas as missões, que continuam operando até hoje, exemplificam o tipo de operação de observação e monitoramento, em que os observadores militares da ONU estavam e continuam desarmados (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2008).

Em 1956, foi criada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I), como o objetivo de separar forças egípcias e israelenses. Vários países enviaram tropas, dentre eles o Brasil, sendo um dos pioneiros neste tipo operação.

Em 1960, foi implementada a Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC), sendo a primeira missão a contar com um número expressivo de militares, com aproximadamente 20.000 militares. A ONUC mostrou as grandes dificuldades de se tentar estabilizar uma região arrasada pela guerra. Na operação, 250 funcionários da ONU perderam enquanto trabalhavam na missão, incluindo o secretário-geral da ONU, Dag Hammarskjold, que morreu em um acidente de avião em setembro de 1961 na Rodésia

do Norte, atual Zâmbia, juntamente com quinze outros passageiros (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2008).

As forças de paz da ONU, em 1988, receberam o Prêmio Nobel da Paz, devido às importantes contribuições para a promoção da paz mundial. A importância da ONU aumentou, assim como sua responsabilidade nas questões mundiais. O mundo estava otimista que a ONU teria sucesso na resolução das questões relacionadas à paz mundial.

Com o fim da Guerra Fria, em 1989, o contexto estratégico para a manutenção da paz da ONU mudou drasticamente. A ONU mudou e expandiu suas operações rapidamente, das costumeiras missões “tradicionalis” para missões “multidimensionais”, para ajudar a implementar acordos de paz complexos, com inúmeras tarefas, duras e não habituais para militares, exigindo assim a presença de outros atores. O Conselho de Segurança autorizou um total de 20 novas operações entre 1989 e 1994, elevando o número de mantenedores da paz de 11.000 para 75.000 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2008).

Embora os militares fossem e continuem sendo a “espinha dorsal” da maioria das OMP, novos rostos surgiram para execução das tarefas, entre eles: administradores, economistas, policiais, observadores eleitorais, especialistas em assuntos civis e governança, trabalhadores humanitários, especialistas em informação pública etc. (FAGANELLO, 2013).

A ONU, fruto do sucesso obtido em missões anteriores, criou uma exagerada expectativa na capacidade de cumprir metas além de sua capacidade. Isso foi comprovado

em meados da década de 1990, em situações em que o Conselho de Segurança não foi capaz de autorizar mandatos¹ suficientemente robustos ou fornecer recursos adequados que provessem a segurança adequada para o cumprimento do mandato. Missões foram estabelecidas em situações em que as armas ainda não se haviam calado, em áreas como a antiga Iugoslávia (Força de Proteção das Nações Unidas – UNPROFOR), Ruanda (Missão de Assistência da ONU para Ruanda – UNAMIR) e Somália (Operação da ONU na Somália II – UNOSOM II), onde não havia paz para se manter. Essas três operações de manutenção da paz foram criticadas quando os mantenedores da paz enfrentaram situações em que as partes em conflito não aderiram aos acordos de paz, ou onde os próprios mantenedores da paz não recebiam recursos adequados ou apoio político. Esta situação propiciou que as baixas civis aumentassem e as hostilidades continuassem, o que fez com que a reputação da manutenção da paz da ONU fosse manchada (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2008).

Os insucessos do início e meados da década de 1990 fizeram com que o Conselho de Segurança limitasse o número de novas missões de manutenção da paz e iniciasse um processo de autorreflexão para evitar que tais falhas voltassem a acontecer. O secretário-geral da ONU encomendou uma investigação independente às ações das Nações Unidas durante o genocídio de 1994 em Ruanda e, a pedido da Assembleia Geral, fez uma avaliação abrangente sobre os acontecimentos na ex-Iugoslávia. As circunstâncias que levaram à retirada da ONU da Somália também foram cuidadosamente examinadas.

Enquanto isso, as forças de paz da ONU continuaram suas operações de longo prazo no Oriente Médio, Ásia e Chipre (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2008).

Em decorrência das investigações e diversos fóruns realizados pela ONU após aqueles conflitos, em que foi discutido se as OMP propiciavam os benefícios esperados e o que seria necessário para seu aprimoramento, tornando-as mais eficientes, foram gerados vários documentos. Neste contexto, foram relevantes o Relatório Brahimi (2000), o estudo da International Commission on Intervention and State Sovereignty (ICSS), que consagrou o princípio da “responsabilidade de proteger” (2001), o *Handbook on United Nations Multidimensional Peacekeeping Operations* (2003), e a chamada *Doutrina Capstone* (2008), que consolida a experiência adquirida pela ONU em 60 anos de OMP (FAGANELLO, 2013).

Mesmo com crises contínuas em vários países e regiões, o papel essencial da manutenção da paz da ONU foi reafirmado na segunda metade dos anos 90. O Conselho de Segurança autorizou novas operações da ONU em diversos países, como Angola, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Haiti, entre outros (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2008).

Em 2009, a ONU lançou a publicação *Uma Nova Agenda de Parceria: Traçar um Novo Horizonte para a Manutenção da Paz da ONU*, preparada pelo Departamento de Operações de Manutenção de Paz (DPKO) e pelo Departamento de Apoio de Campo (DFS), refletindo uma análise dos departamentos e uma série de recomendações cruciais para o futuro das operações de manutenção da paz.

Há quase dez anos, a tarefa de proteger civis da população local tem sido central nos mandatos das operações de paz. Esta tarefa tornou as missões de paz ainda mais complexas e de difícil equacionamento, exigindo o uso da força robusta contra agentes negativos.

As OMP multidimensionais e seus atores

Uma OMP Multidimensional é planejada e controlada pelo DPKO da ONU. Esta operação é complexa, com muitas dimensões, em que militares, civis e policiais de diferentes nacionalidades, formações e culturas profissionais trabalham em tarefas específicas dentro de um espectro maior. Estes civis podem trabalhar na ONU ou podem pertencer a organizações não governamentais (ONGs), organizações internacionais (OIs), ao Time das Nações Unidas no País (UNCT) etc.

Os militares, policiais e civis da ONU são os responsáveis pela implementação das tarefas obrigatórias, ou seja, o trabalho essencial em uma OMP. O trabalho essencial refere-se às tarefas definidas pelo mandato da missão, auxiliando diretamente os parceiros locais e nacionais.

Trabalhando juntos em tarefas obrigatórias, militares, policiais e civis realizam uma enorme gama de tarefas para ajudar a fortalecer as bases para a paz sustentável. São tarefas complexas, como: desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) de ex-combatentes; observação do cumprimento dos direitos humanos e ajuda na formação de novos governos. Sua efetiva realização é um grande desafio nas OMP.

O UNCT trabalha para apoiar o Governo na construção e fortalecimento das

capacidades nacionais para alcançar o desenvolvimento econômico, político e social. É o responsável por assegurar a entrega de resultados tangíveis em apoio ao desenvolvimento nacional do governo e em conformidade com os princípios e padrões acordados internacionalmente. Faz parte do Sistema das Nações Unidas, e é representado por agências especializadas (FAO², UNAIDS³, UNDP⁴, UNESCO⁵, UNICEF⁶, UN WOMEN⁷ etc.), programas e fundos que realizam suas atividades em função de seus mandatos específicos em um determinado país.

As agências da ONU trabalham com diversos outros atores coordenadamente na ampliação de projetos conjuntos, ONGs, instituições privadas, civis etc., buscando sempre a solução para problemas que dificultam o desenvolvimento humano.

As organizações não governamentais (ONG) nas OMP

As ONGs estão presentes em diversos países, em conflito ou não. Seu principal papel é encontrar soluções para problemas complexos, através de ações que seriam difíceis para o Estado, por serem menos burocráticas e mais flexíveis. Seu acesso às empresas e setores do Estado é facilitado pelo seu *modus operandi*, menos formal e sem fins lucrativos, assim como a setores da sociedade, por serem enxergadas como semelhantes a aqueles que ajudam.

Nos conflitos armados, em que as tensões estão sempre presentes e as desigualdades tendem a aumentar, as ONGs levam esperança e procuram o incremento da felicidade humana e por isso sua função torna-se relevante para o alcance de uma paz sustentável.

No Haiti, desde 2004, a ONG Viva Rio desenvolve um trabalho de inclusão social de jovens através da cultura e do esporte. Possui uma sede no país desde 2007, realizando cursos técnicos de engenharia civil, aulas de pintura e música. Possui também o centro de capacitação R. Louis Roy, onde é ministrado o treinamento na área de hotelaria e turismo para civis. Criaram o time de futebol Pérolas Negras, que tem um centro de treinamento no Haiti e outro no Brasil, onde haitianos treinam futebol e participam de várias competições (VIVA RIO, 2018).

O Desafio da integração e coordenação

As Nações Unidas têm a capacidade única de empregar uma mistura de civis, policiais e militares, sob uma liderança unificada, para apoiar um processo de paz, trabalhando de forma coordenada. Ao mesmo tempo, as OMP das Nações Unidas são quase sempre implantadas ao lado de uma variedade de atores externos, com mandatos, agendas e horizontes de tempo muito diferentes. O desafio da gestão de uma missão integrada é, assim, agravado pela necessidade de garantir que haja algum grau de coordenação entre os componentes das Nações Unidas e os atores não pertencentes às Nações Unidas que estão frequentemente presentes nas situações de conflito e pós-conflito.

O representante especial do secretário-geral (SRSG) é o representante da ONU no país com autoridade geral sobre todas as atividades das Nações Unidas e é responsável por assegurar que todos os componentes da missão da ONU (civis, policiais, militares e de apoio) no país busquem uma abordagem

dinâmica e coerente (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017).

A integração e coordenação bem-sucedidas exigem um alto grau de sensibilidade aos interesses e culturas operacionais dos três grandes conjuntos de atores de uma OMP: os componentes da missão, os membros da UNCT e os parceiros externos. Perante esta necessidade, avulta de importância a coordenação civil-militar.

A coordenação civil-militar (CIMIC) nas OMP multidimensionais

As OMP Multidimensionais possuem uma grande complexidade, em face de uma enorme gama de tarefas e de atores que as executam, tornando a coordenação entre estes atores fundamental para o sucesso dessas missões.

A coordenação civil-militar fornece a interface entre política e segurança por um lado e humanitário por outro, no auxílio ao desenvolvimento e consolidação da paz. O vínculo civil-militar está inserido em qualquer operação de paz complexa e é fundamental para a capacidade da missão ter um impacto abrangente no conflito.

O objetivo da coordenação civil-militar é melhorar a eficácia da missão entre os três principais componentes da missão de campo da ONU (civis, policiais e militares) e os demais atores pertencentes à mesma. Permite um apoio militar mais eficaz aos parceiros civis, a fim de facilitar a resolução eficaz do conflito, alcançar o mandato da missão mais cedo e melhor e chegar ao que é comumente conhecido como o “estado final” da manutenção da paz em conformidade com a estratégia da ONU.

Dois fatores impulsionam à necessidade de melhor coordenação da missão. Primeiro, a complexidade do ambiente de operações de paz que requer maior coordenação entre atores, programas e atividades, porque eles têm impactos transversais e são, em última instância, interdependentes. Em segundo lugar, recursos limitados e sua demanda crescente, que significa que se deve fazer mais com menos, ou seja, deve-se usar o princípio da economicidade, utilizando os recursos disponíveis da maneira mais judiciosa, eficiente e eficaz.

Essa coordenação não é fácil devido a muitos fatores, tais como a grande quantidade de atores locais e internacionais envolvidos; o número de instituições e agências envolvidas em ações de paz; a grande diversidade de tarefas a serem desempenhadas; os altos custos, principalmente do trabalho humano; além das diferenças linguísticas e socioculturais entre as forças de paz internacionais e a sociedade local; e a coordenação com atores internos do país anfitrião, normalmente sobrevivendo ao caos.

As duas principais tarefas do CIMIC são a ligação entre civis e militares com o compartilhamento de informações e a assistência civil.

A interação da CIMIC com a polícia e parceiros civis deve ser baseada em um processo que assegure o fluxo transparente de informações, levando em consideração a confidencialidade e cuidado no manuseio de informações sensíveis.

O planejamento e implementação das atividades da CIMIC em todas as missões devem maximizar as forças inerentes às forças armadas, policiais e civis, a fim de minimizar a duplicidade de esforços e permitir a eficiência e uso efetivo de recursos.

As atividades da CIMIC fornecem assistência indireta, servindo como um “multiplicador” para os esforços civis, que trabalham no intuito de melhorar a capacidade local e a confiança. Essas atividades podem ser implementadas através de projetos de impacto rápido (QIPs), que são pequenos projetos, de fácil execução e que trazem benefício para a população assistida, propiciando um ambiente favorável à implementação do mandato.

A unidade responsável pela CIMIC é responsável por todas as questões relativas às operações civis-militares, o impacto civil sobre as operações militares e o impacto das operações militares na população civil, visando melhorar a relação entre forças militares, autoridades civis e o pessoal na área de operações para assegurar o sucesso da missão.

O treinamento de CIMIC no Brasil

O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), criado em 15 de junho de 2010, tem como missão a preparação de militares e civis brasileiros e de nações amigas a serem enviados em missões de paz.

Entre os diversos cursos do CCOPAB, o Estágio de CIMIC destina-se à preparação de militares que exercerão atividades relacionadas à coordenação civil-militar, oficiais de nações amigas que irão participar de missões de paz e de integrantes de instituições civis parceiras. O curso ministrado por integrantes do CCOPAB ou equipes móveis de instrução da ONU é ministrado em inglês e utiliza a metodologia de ensino da ONU.

Este treinamento e a experiência adquirida desde o início da missão teve impac-

to direto na atuação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e principalmente na resposta ao terremoto no Haiti em 2010, que incluiu o apoio de diversos governos, instituições humanitárias e ONGs de todo o mundo, que prestaram a ajuda humanitária destinada a diminuir o sofrimento do povo haitiano.

Alguns países organizaram o envio de socorros e equipes humanitárias diretamente para as zonas afetadas pelo terremoto, enquanto outros procuraram organizar a angariação de fundos nacionais para fornecer apoio monetário aos grupos sem fins lucrativos que trabalham diretamente no Haiti.

O Brasil enviou mais um batalhão para atuar na distribuição de ajuda humanitária, que se somou aos outros militares que já estavam participando da missão de paz no Haiti desde 2004, além de toda a ajuda material enviada, fruto da contribuição do povo brasileiro, consternado com a situação.

A coordenação entre os atores já presentes no Haiti e os que se somaram em resposta ao terremoto, em um país devastado na sua infraestrutura, que já era deficiente, encontrou este enorme obstáculo para que a ajuda humanitária chegassem ao país e aos necessitados. A história mostrou o sucesso da ajuda e a importância da CIMIC.

Conclusão

Atualmente é impossível conceber uma OMP somente com militares. As tarefas cresceram muito, e, por limitações de pessoal e capacidade profissional, o incremento de civis veio completar possíveis lacunas e não sobrecarregar os militares. Estes civis,

além das tarefas específicas, também podem exercer a chefia de centros conjuntos, liderando outros civis, militares e policiais.

A harmonização entre diversos atores, com nacionalidades, culturas, religiões e culturas organizacionais diferentes, é um extraordinário desafio. A despeito de tarefas bem definidas para cada ator, por vezes os militares executam tarefas que deveriam ser feitas por civis, por não ser viável prover segurança aos mesmos. O militar também é um ser humano com sentimentos; estar fardado não o impede de querer ajudar outras pessoas necessitadas.

A integração é fundamental para o sucesso de uma OMP multidimensional. A tolerância, o respeito e a compreensão das suas capacidades e limitações, por civis e militares, constroem a chave para do sucesso para o trabalho integrado. Assim, ambos tiveram de aprender a trabalhar juntos. Situação vivenciada no nosso país, quando da criação do Ministério da Defesa (MD) em 1999, responsável pela direção superior das Forças Armadas, chefiado, até recentemente, somente por civis.

Essa integração exige maior coordenação entre os atores de uma OMP multidimensional, em face das atividades transversais e interdependentes que executam e suas possíveis implicações. Essa coordenação permite o uso correto dos recursos, que não se gaste energia desnecessária em um lugar ou por mais de uma vez, sempre buscando o melhor para a população assistida.

A coordenação apropriada entre civis e militares nas OMP cada vez mais complexas propicia o melhor aproveitamento das diversas capacidades e maior eficácia de suas

ações. Sendo assim, o bom relacionamento entre civis e militares avulta de importância.

A postura do trabalho conjunto e coordenado entre civis e militares nas OMP multidimensionais pouco difere das operações interagências⁸ realizadas no Brasil, devido ao emprego cada vez maior das Forças Armadas nas mais diversas situações (GLO,⁹ apoio a desastres naturais, inspeção de presídios etc.). Decerto estes afazeres podem requerer a necessidade de coordenação entre diversos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Segurança Pública, entre outros, nos níveis federal, estadual e municipal, além de ONGs, empresas privadas e organismos internacionais.

Assim como nas OMP multidimensionais, a coordenação nas operações interagências é essencial para a realização das tarefas e a harmonização das diferentes culturas presentes.

A coordenação entre civis e militares, nas mais diversas atividades, é imperativa, tanto em OMP multidimensionais como nas diversas tarefas que as Forças Armadas Brasileiras vêm desempenhando no nosso território. É a confirmação da necessidade da soma de esforços para que um objetivo seja alcançado da melhor forma possível.

As relações entre civis e militares mudaram, tanto em qualidade quanto em quantidade. Militares e civis estão cada vez mais integrados, mais receptivos com as ideias uns dos outros, compreendendo e respeitando parceiros de diferentes lugares, culturas e costumes. Nas recentes OMP, todo o pessoal da ONU, militares, civis e policiais, recebem treinamento antes de serem desdobrados na missão e tomam conhecimento dos objetivos

e trabalhos a serem realizados, minimizando qualquer rivalidade entre os componentes e as deficiências de liderança de civis e militares. A coordenação entre componentes, células da OMP, pessoal de agências e ONGs está cada vez mais sedimentada como sendo fundamental para o sucesso das missões.

Os conflitos no mundo não acabaram e, ao que tudo indica, estão longe de acabar, vide os problemas na Síria, a anexação da Crimeia pela Rússia, a instabilidade no continente africano, as atuais 14 OMP da ONU, entre outros. Soma-se a esta situação o res-

surgimento de um antigo *player* mundial de peso, a Rússia, e o aparecimento de outro de peso ainda maior, a China. *Players* que podem rivalizar com os EUA economicamente e/ou militarmente, podendo mover a balança do equilíbrio mundial. Essa conjuntura evidencia que a ONU ainda terá muito trabalho no futuro, que as OMP ainda deverão ser muito empregadas e que a participação de civis é um caminho sem volta, devendo militares e civis estreitar seu relacionamento, nas mais diversas esferas para consecução dos objetivos das OMPs. ☀

Referências

- FAGANELLO, Priscila Liane Fett. **Operações de manutenção da paz da ONU: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz.** Brasília, FU-NAG, 2013.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. **Operações Interagências – MD33-M-12**, Segunda Edição. Brasília, 2017.
- _____. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, 2012a.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **An Agenda for Peace**. New York, 1992.
- _____. **Booklet on Peacekeeping Operations, Principles and Guidelines (Capstone Doctrine)**. New York, 2008.
- _____. **Civil-Military Coordination in UN Integrated Peacekeeping Missions (UN-CIMIC)**. New York, 2013.
- _____. **Panel on the United Nations Peace Operations (Brahimi Report)**. New York, 2000.
- _____. **Report of the Panel on United Nations Peace Operations**. New York, 2010f.
- _____. **Report on A New Partnership Agenda: Charting a New Horizon for United Nations Peacekeeping**. New York, 2009b.
- _____. **Security Council Resolution 2086, Multidimensional Peacekeeping**. New York, 2013b.
- _____. **United Nations Civil-Military Coordination Specialized Training Materials (UN-CIMIC STM)**. New York, 2014.

_____. **United Nations Peacekeeping Operations.** New York, 2008.

ONU BR. **A Carta das Nações Unidas.** Disponível em: <[//nacoesunidas.org/carta/](http://nacoesunidas.org/carta/)>. Acesso em 15 de março de 2018.

PALLARDY, Richard. Haiti earthquake of 2010. Disponível em: <www.britannica.com/event/Haiti-earthquake-of-2010>. Acesso em 21 de julho de 2018.

UNIVERSITY OF FONDWA. **The History of Natural Disasters in Haiti.** Disponível em: <[htps://ufondwa.org/history-natural-disasters-haiti/](http://ufondwa.org/history-natural-disasters-haiti/)>. Acesso em 21 de julho de 2018.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **Global peacekeeping data.** Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/data>>. Acesso em 07 de novembro de 2018.

UPSALA UNIVERSITET. **Armed Conflict by Type, 1946-2017.** Disponível em: <www.pcr.uu.se/digitalAssets/667/c_667494-l_1-k_armed-conflict-by-type--1946-2017.pdf>. Acesso em 29 de outubro de 2018.

VIVA RIO. **Viva Rio no Haiti.** Disponível em: <www.vivario.org.br/viva-rio-no-haiti/>. Acesso em 12 de julho de 2018.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ São os documentos formais que estabelecem uma OP, contendo os seus fundamentos e objetivos a atingir.

² Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

³ Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS.

⁴ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

⁵ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

⁶ Fundo das Nações Unidas para a Infância.

⁷ ONU Mulheres.

⁸ Interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017).

⁹ Operações de garantia da lei e da ordem.



Biblioteca do Exército

Tradição e qualidade em publicações

Seja
assinante

www.bibliex.eb.mil.br

